

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

AUDREY MERLIN LEONARDI DE AGUIAR

**O DESAFIO DO ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: o caso dos
Produtores Rurais Feirantes do Município de Pato Branco-PR**

PONTA GROSSA

2007

AUDREY MERLIN LEONARDI DE AGUIAR

**O DESAFIO DO ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: o caso dos
Produtores Rurais Feirantes do Município de Pato Branco-PR**

Dissertação apresentada para obtenção do
título de mestre na Universidade Estadual de
Ponta Grossa, - UEPG, área de Ciências
Sociais Aplicadas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

PONTA GROSSA

2007

Ficha catalográfica elaborada pelo setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

A282d Aguiar, Audrey Merlin Leonardi de
O desafio do associativismo na agricultura familiar: o
Caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato
Branco – Pr. / Audrey Merlin Leonardi de Aguiar. Ponta
Grossa, 2007.
160 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa -PR.
Orientador: Prof^o. Dr^o.Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

1. Associativismo. 2. Representações sociais. 3.
Agricultores familiares. I. Cunha, Alexandre Gonçalves. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas. III.T.

CDD: 306.349

TERMO DE APROVAÇÃO

AUDREY MERLIN LEONARDI AGUIAR.

"O DESAFIO DO ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DOS PRODUTORES RURAIS FEIRANTES DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PR."

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:


Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Universidade Estadual de Ponta Grossa


Profª. Drª. Walquíria Krüger Corbá
Universidade Federal do Paraná


Profª. Drª. Danusa Brumka Cantola Luiz
Universidade Estadual de Ponta Grossa

*Dedico aos meus meninos; Jairo e
João Felipe, meu filho amado.
Alguém muito além do que sonhei,
desejei ou mereci.*

AGRADECIMENTOS

Dizem que um trabalho de dissertação é bastante solitário, entretanto, o percurso deste estudo foi marcado por inúmeras contribuições que recebi pelo caminho e que sem elas, sejam de pessoas conhecidas ou anônimas, teriam sido horas muito mais árduas. Se, em muitos momentos, estive isolada para escrever, estes instantes nunca foram solitários, pois muitas pessoas estiveram permanentemente junto a mim.

Este estudo procura abrigar percepções, idéias, relatos e observações que impulsionaram minha busca a uma maior profundidade e intensidade na relação com todo este universo de pessoas, sentimentos, sonhos e ações. Agradeço...

A Deus por todas as bênçãos derramadas sobre mim neste período e ao longo da minha vida, na sua incansável proteção a minha família e especialmente durante as inúmeras viagens de estudos.

Ao professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, meu orientador, pela forma competente com que me inspirou e conduziu pelos caminhos científicos, estimulando minhas reflexões e partilhando seu conhecimento.

Às professoras Walquíria e Danuta, membros da Banca Examinadora, pela profunda generosidade, carinho e disposição, fundamentais para que eu superasse algumas das minhas limitações. Seus estímulos e sugestões muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos professores, funcionários e colegas do Curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, por todos os momentos que fizeram da Universidade um lugar de excelência e fundamental interação, companheirismo e apoio, que me levaram a conhecer e a compreender coisas e a ser capaz de amadurecer várias lições.

Aos diversos parceiros e apoiadores das Associações de Produtores Feirantes do Município de Pato Branco e aos seus associados, pelo carinho com que me receberam, pela sua atenção e principalmente pela disposição em ensinar-me inúmeras coisas e por narrarem pacientemente suas experiências de vida.

À direção, colegas e amigos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que oportunizaram meu afastamento para realizar este estudo e que cederam a mim, um pouco do seu tempo e do seu saber.

Às minhas eternas amigas, Andréia Martins e Claudia Bocchese de Lima, minhas irmãs por adoção, que muito carinhosamente me ajudaram em todos os momentos da minha caminhada, sem vocês o presente não seria o mesmo.

Aos amigos Miguel, Norma, Godoy, Marlize e Ieda que iluminaram as trevas dos perdidos labirintos do saber, com suas sugestões, críticas e bibliografias.

A muitos outros amigos que com seus conselhos, olhares, abraços e sorrisos foram estímulos constantes e aos quais represento nas pessoas da Maria Júlia, Cassol, Loraci, Mariza, Baggio, Denise, Edival e Neri. Sou-lhes eternamente grata.

Aos meus meninos; meu esposo Jairo e meu filho João Felipe, pela paciência, pelo apoio, pelo carinho e por terem suportando as minhas ausências como grandes homens que são.

Ao meu pai Romualdo e aos meus irmãos Paulo Ricardo e Lislaine que mesmo distantes foram presenças constantes a me mostrar que o que nos une são laços intensos e indissolúveis. Sinto muita falta de vocês.

E, finalmente à melhor mãe do mundo, Nelsi, razão da minha existência. Aquela que fez de mim o que sou, com seu exemplo, amor, incentivo, orações e muito mais. Sei que jamais poderei agradecer pelos seus cuidados comigo, com minha casa e com os meus meninos.

Desta forma, compreendo agora que fazer ciência não é um trabalho solitário e que o saber e o aprender são feitos por muitas vidas!

“Transgredir os meus próprios limites me fascinou de repente. E foi quando pensei em escrever sobre a realidade, já que essa me ultrapassa”.

Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas mas, delas voam faíscas e lascas como aços espalhados “.

Clarice Lispector – A hora da estrela.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de construir possibilidades que contribuíssem para a compreensão das percepções e significados atribuídos ao associativismo a partir das representações sociais dos agricultores familiares feirantes do município de Pato Branco-PR. A categoria de pesquisa utilizada foi o estudo de caso, com abordagem quantitativa e qualitativa, disposta em entrevistas semi-estruturadas, em cujos relatos dos associados remontaram a sua experiência na atuação coletiva. As referências teóricas utilizadas neste estudo integram-se as multidimensões das histórias de vida dos agricultores familiares, que construíram a partir das suas representações sociais, um modelo de associativismo como forma alternativa de participar do mercado local. Os resultados apurados demonstram através de suas identidades culturais, experiência associativa, desafios e oportunidades a necessidade de implementação de novas formas de gestão que estimulem o envolvimento coletivo e a maior participação dos associados.

Palavras-chave: associativismo, representações sociais, agricultores familiares.

ABSTRACT

The objective of this study consisted in constructing possibilities that contributed for the understanding of the perceptions and meanings attributed to the associativeness from the social representations of the trader familiar agriculturists in the city of Pato Branco. The technique of data collection used was the case study, with quantitative and qualitative approaches, arranged in half-structuralized interviews, in whose stories of the associates they had retraced their experience in the collective performance. The theoretical references used in this study join to the multi dimensions of the life histories of the familiar agriculturists, who had constructed from their social representations, an associativeness model as an alternative form of participating of the local market. The refined results demonstrate through their cultural identities, associative experience, challenges and opportunities the necessity of the implementation of new forms of management that stimulate the collective involvement and the participation of the associates.

Keywords: associativeness, social representations, familiar agriculturists,

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1 – Mapa da localização geográfica do município de Pato Branco na Região Sudoeste.
- FIGURA 2 – Vista parcial de sistema de irrigação em propriedade de cultivo orgânico
- FIGURA 3 – Registro da Assembléia Extraordinária da Afepato onde se decidiu pela incorporação dos associados a Asporg no espaço da Feira do Produtor.
- FIGURA 4 – Vista parcial do espaço interno da Feira da Asporg (atualmente extinta).
- FIGURA 5 – Vista externa do barracão onde funciona atualmente a Feira do Produtor promovida pela Afepato.
- FIGURA 6 – Vista parcial do espaço interno da Feira do Produtor promovida pela Afepato.
- GRÁFICO 1 – Origem dos entrevistados (descendência).
- GRÁFICO 2 – Faixa etária dos entrevistados.
- GRÁFICO 3 – Escolaridade.
- GRÁFICO 4 – Número de propriedades rurais por área.
- GRÁFICO 5 – Área destinada ao cultivo de produtos para a feira.
- GRÁFICO 6 – Origem da força de trabalho.
- GRÁFICO 7 – Comparativo entre o número de pessoas da família e o número de pessoas que trabalham nas propriedades.
- GRÁFICO 8 – Tempo de associado.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	–	Estabelecimentos agropecuários de Pato Branco, segundo as atividades econômicas em 1996.	48
TABELA 2	–	Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola em Pato Branco em 2004.	49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AFEPTO	Associação de Feirantes de Pato Branco.
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas.
APROSUDOESTE	Associação de Produtores Orgânicos do Sudoeste do Paraná.
APROVIDA	Associação de Produtores Orgânicos do Sudoeste.
ASPORG	Associação de Produtores Orgânicos e Coloniais.
ASSESSOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural.
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base.
CEPAD	Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional.
CRAPA	Coordenação Regional das Associações de Pequenos Agricultores.
CTP	Comissão Pastoral da Terra.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FADEP	Faculdade de Pato Branco.
FETAEP	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná.
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
IBD	Instituto Biodinâmico Demeter.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IN CRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social.
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano.
ITCP	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
ONGs	Organizações Não Governamentais.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais para o Ministério do Trabalho.
SEBRAE-PR	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -Paraná.
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS.....	21
A Abordagem.....	21
O Universo Pesquisado: reflexões sobre sujeito e objeto.....	26
Métodos e Instrumentos.....	29
O Desafio da Análise.....	34
CAPÍTULO I.....	38
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO	38
1.1 Um Longo Caminho de Luta.....	38
1.2 O Município de Pato Branco.....	44
1.3 Feiras Livres: sua história, seu papel e suas relações.....	53
1.3.1 A Associação dos Produtores Orgânicos e Coloniais – Asporg.....	62
1.3.2 A Associação dos Produtores Feirantes de Pato Branco – Afepato.....	66
CAPÍTULO II.....	72
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ASSOCIATIVISMO: um novo desafio para a agricultura familiar.....	72
2.1 Concepções sobre as Representações Sociais.....	72
2.2 Participação: uma prática cultural.....	78
2.3 Agricultor Familiar: uma identidade cultural.....	81
2.4 O Intercâmbio entre o Rural e o Urbano pela Agricultura Familiar.....	84
2.5 O Desafio da Experiência Associativa na Agricultura Familiar.....	90
2.6 Associativismo: aspectos legais, dinâmica e ação.....	99
CAPÍTULO III.....	108
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA: o caso da Associação dos Produtores Feirantes de Pato Branco.....	108
3.1 O Associado: Identidades Culturais.....	108
3.2 A Experiência Associativa.....	124
3.3 Desafios e Oportunidades.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	151
ANEXOS.....	156

INTRODUÇÃO

O novo milênio protagoniza importantes ciclos de mudanças. Surgem impulsionadas pelas manifestações sociais democráticas que reivindicam voz, lugar e oportunidades no mercado. Dado que estas ainda são realidades para um número restrito de afortunados, intensificam-se ações desencadeadas pela coletividade, buscando promover o desenvolvimento sociocultural e econômico para grupos marginalizados da população brasileira.

Deste modo, compreender como os “frutos” do trabalho são distribuídos para esta população, bem como a forma pela qual ela participa do processo, é estímulo constante à busca de informações acerca da construção histórica e cultural das identidades destes sujeitos. Assim, as representações sociais que contemplam esta realidade serão apresentadas pela percepção dos próprios associados demonstrando a interferência desta experiência em sua participação social, política e econômica.

Definir como e se estes sujeitos se organizam, quais as suas principais dificuldades e expectativas e como administram os diversos fatores envolvidos em sua experiência coletiva.

Os sujeitos deste estudo são os agricultores familiares que buscam, na modalidade associativa, expressa sob a forma de feira-livre uma alternativa de renda que lhes permita melhorar suas condições de vida.

Trata-se de agricultores de pequenas unidades produtivas, compatíveis a até 4 módulos rurais que, de acordo com a configuração do município de Pato Branco, é de 18 hectares. São estabelecimentos rurais com baixo grau de mecanização, utilizando-se exclusivamente da força de trabalho familiar.

Desta forma, o objeto em questão configura-se pelas percepções e significados atribuídos ao associativismo pelos agricultores familiares feirantes do município de Pato Branco-PR.

Os envolvidos neste processo associativo, são os membros da Associação dos Feirantes de Pato Branco – Afepato e da Associação de Produtores Orgânicos e Coloniais – Asporg que, no decorrer deste estudo, integraram-se e passaram a ocupar um espaço único para a comercialização de seus produtos.

Assim também, compreender quais as percepções e significados atribuídos ao associativismo é ponto fundamental para entender a dinâmica que norteia as ações e comportamentos oriundos das representações sociais do grupo analisado neste estudo.

Além disto, também contribuem para a realização do estudo, outros fatores que envolvem as multidimensões sócioambientais e econômicas desta prática. São questões relativas à gestão de pessoas, conflitos internos e a coletivização das necessidades como forma de atendimento de demandas individuais e as práticas que refletem na intensidade da participação social, que pode modificar o seu modo de vida.

Neste aspecto, o estudo tem o intuito de responder a seguinte pergunta: Quais as percepções e significados atribuídos ao associativismo pelos agricultores familiares feirantes do município de Pato Branco-PR?

Ilustra esta problemática, o estudo das suas histórias de vida, da formação das suas identidades culturais, além dos reflexos da experiência associativa no seu modo de vida e os desafios e oportunidades prementes no futuro desta mobilização coletiva sob as seguintes hipóteses de pesquisa:

- Os associados atribuem um maior significado à sua identidade individual do que à coletiva.
- A percepção dos associados quanto ao seu envolvimento, empenho e satisfação estão diretamente ligados à forma de gestão adotada pela diretoria da associação.
- As transformações ocorridas na participação social dos associados são atribuídas mais ao reforço financeiro no seu orçamento familiar que ao seu envolvimento coletivo.
- As expectativas dos associados com relação aos apoiadores e parceiros são maiores com relação aos incentivos financeiros que àqueles voltados à formação e capacitação técnica.

Como o principal objetivo deste estudo é compreender quais as percepções e significados atribuídos ao associativismo a partir das representações sociais dos agricultores familiares feirantes do município de Pato Branco-PR.

Para tanto, buscou-se sistematizar as identidades culturais e o perfil socioeconômico dos associados, apurar quais eram as expectativas e motivações individuais dos atuais associados em relação à atuação coletiva e verificar qual a avaliação dos associados quanto às transformações ocorridas em sua participação social em decorrência do associativismo.

Desta forma, a preocupação deste estudo se volta à reconstrução das representações sociais que desembocaram na atuação dos sujeitos na associação e a influência que esta estabelece sobre a valorização das suas identidades culturais, da qualificação do trabalho desenvolvido e também no incremento à participação social dos envolvidos.

O interesse pelo tema surgiu do convívio com a realidade dos avós, agricultores pioneiros na região que idealizavam um futuro promissor, vislumbrando novas oportunidades oferecidas pelo crescimento e desenvolvimento do município de Pato Branco.

Assim como as relações e os processos de organização social das instituições locais construíram para a história desta região, encampa-se este estudo acreditando-se que os agricultores das propriedades familiares deste município estarão dispostos a contribuir com suas histórias de vida, redes de relações, valores, canais de informação e experiências.

Os contatos iniciais com os sujeitos sociais envolvidos no estudo permitiram perceber importantes fatores que poderiam refletir nos resultados das organizações. Foi através dos relatos de fatos cotidianos que fizeram parte das múltiplas determinações de suas vidas, que nos inteiramos da realidade ali instituída.

Contribuíram também para a escolha do tema; toda a história de participação dos agricultores familiares na economia, na política, na cultura do município de Pato Branco e a participação da pesquisadora no Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional – CEPAD da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Campus Sudoeste, onde os estudos buscam despertar ações emancipatórias e fomentando iniciativas que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável.

Neste aspecto, destacam-se as iniciativas que empregam princípios associativos ou de redes de colaboração e solidariedade social que possam encorpar-se e fortalecer as ações já existentes na região.

Como apurado a partir das abordagens iniciais, em Pato Branco as histórias das associações de produtores feirantes revela episódios de lutas e desafios, são

ações desenvolvidas visando o fortalecimento e qualificação dos associados e que contaram com parceiros institucionais importantes como é o caso da Prefeitura Municipal, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outros.

Apesar do apoio recebido, o grupo em estudo encontra muitas dificuldades, especialmente com relação à gestão de pessoas e dos conflitos internos. Os dados colhidos, já no levantamento empírico do estudo, mostram uma significativa preocupação neste sentido. Minimizar os conflitos internos, melhorar a qualidade da participação do grupo e garantir a continuidade das atividades comerciais também se revela expectativas latentes entre os associados.

Diante da constatação do grupo de que há significativa queda nas vendas e que suas tentativas de escoar a produção através de outros meios não surtiram o efeito esperado, alguns buscam se antecipar empreitando ações individuais. Estas atitudes expõem mais claramente as fragilidades do grupo onde se intensificam ações individuais em detrimento às coletivas.

Explorar potencialidades que lhes permitam o fortalecimento da coletividade, de forma planejada e com uma produção diferenciada com qualidade, constância e preços competitivos tem se mostrado um caminho viável e de sobrevivência no concorrido mercado da olericultura paranaense.

Contudo, o exercício efetivo da gestão participativa é um processo lento onde mais importante que discutir problemas é encontrar opções, demonstrando que, sejam quais forem as dificuldades, em qualquer nível de influência ou envolvimento, as palavras-chaves parecem ser a integração, a cooperação e a solidariedade. Fatores importantes em todos os processos coletivos, cujos resultados muitas vezes deixam a desejar, além de terem raízes culturais, percorrem um longo caminho histórico.

Sob este aspecto acentua-se o fato de que as práticas coletivas democráticas não podem ser impostas ou ensinadas. Precisam ser conquistadas pela experimentação. Daí a importância de ações colaborativas conscientes que permitam alcançar, de forma mais prudente e duradoura, uma maior competitividade no mercado, melhores condições de vida para os envolvidos permitindo sua mobilidade social.

Além disso, iniciativas desta natureza requerem uma constante gestão de conflitos internos à organização, a partir de lideranças hábeis que contem com o apoio de parceiros institucionais dispostos a colaborar na formação técnica dos associados, aliadas à formulação e implantação de políticas públicas estruturantes. Organizada dessa forma, a associação de agricultores pode estimular a solidariedade, a integração e a cooperação entre os atores envolvidos no processo, diversificando e agregando valor à sua produção, com aumento da renda e melhoria das condições de vida dos associados.

Cientes de que há disposição para que isto venha a ocorrer, acredita-se que este estudo possa esclarecer os efetivos resultados desta ação associativa e apontar alternativas que as aprimorem e mantenham.

Com este intento, primeiramente, será apresentada a descrição dos procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa, o município de Pato Branco-PR e o objeto de estudo, procurando relatar como ocorreu a criação das associações de produtores feirantes, como e por que se fundiram e qual a sua dinâmica operacional, segundo a percepção de seus atuais presidentes.

A seguir, procurar-se-á analisar as concepções teóricas sobre as representações sociais e a caracterização das suas relações com a agricultura familiar dentro do novo contexto do espaço rural como um lugar de vida e de

interação cotidiana com o urbano. É, também neste momento, que se tratará o associativismo como opção histórica de disputas pela geração de renda e como oportunidade de transformações profundas na organização da produção e da sociedade local.

Por fim, estabelecer-se-ão as conexões entre os temas abordados e as percepções dos agricultores feirantes, segundo suas experiências cotidianas, relatadas na pesquisa e contempladas pelas categorias de análise pré-estabelecidas.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A Abordagem

Para atender aos objetivos deste estudo, optou-se por não trabalhar com critérios isolados para definir a natureza da forma social em estudo. Entende-se que uma das principais críticas ao atual processo de produção do conhecimento científico esbarra na sua hiperespecialização, trazendo graves conseqüências para o entendimento e a explicação da realidade nas ciências da vida, da natureza e da sociedade. Impondo-se muitas vezes ao conhecimento científico das sociedades modernas produtivistas uma racionalidade instrumental e intervencionista.

O debate epistemológico contemporâneo à cerca do conhecimento científico busca aprimorar as discussões e, para tanto, elegeu uma série de contribuições teóricas capazes de expressar a crise das concepções de ciência e as alternativas como novos horizontes paradigmáticos possíveis.

Uma delas nos é apresentada por Floriani (2000) que toma a produção da ciência como parte das expressões culturais das sociedades, caracterizando-se pela combinação e pela simultaneidade de processos de comunicação, informação, culturais, econômicos, científico-tecnológicos, ambientais, políticos, étnicos, religiosos e outros mais.

Partindo deste pressuposto, é possível afirmar que, no interior das atividades representadas pela produção, distribuição e consumo, é que o conhecimento científico, campo de disputas materiais e simbólicas, revela diversos níveis de conflitos: econômicos, políticos, filosóficos e culturais.

Sob este aspecto e com o intento de desvelar fatores significativos deste universo, que congrega identidades individuais e coletivas com interesses comuns e particulares, é que se ensaia neste estudo uma abordagem mais generalista que nos permita observar a realidade sob o prisma do conhecimento ético, espontâneo e criativo.

A discussão implementada por Floriani (2000) converge com as opiniões de Demo (2000) e Minayo (1993) quando esclarece tratar-se de um processo em andamento, uma tentativa de diálogo entre diferentes saberes através da abordagem transversal aplicada ao contexto interdisciplinar. Uma tentativa de construção do conhecimento pelas interfaces dos sistemas natural e social, “um desafio para desbravadores audaciosos que convivem com as incertezas dos resultados esperados e se esforçam para romper paradigmas enraizados pela cultura científica vigente”. (FLORIANI, 2000, p.3)

O diálogo de saberes apresentados pelo autor nos aponta uma nova possibilidade para encampar o desafio ao qual nos propomos, sendo capaz de nos orientar para novas colaborações, através de trocas e parcerias a ser construídas quando o conhecimento científico moderno for obrigado a lidar com uma complexidade crescente da realidade. Seguindo o proposto por Floriani (2000), é preciso “reeducar-se cientificamente para construir com os outros saberes um conhecimento interdisciplinar e submisso aos desafios lançados pela sociedade”. (FLORIANI, 2000, p.12)

No domínio das relações sociedade-natureza, certamente, justifica-se cada vez mais novas associações, para produzir novos conhecimentos e engendrar práticas diferentes e alternativas ao modelo predatório de civilização instaurado pela economia de mercado e pelo produtivismo exacerbado. (FLORIANI, 2000. p. 30).

Almeida (2003) corrobora com estas afirmações destacando que, apesar da dificuldade prática de investigar tendo o conhecimento como um processo em constante movimento, é um mérito poder aglutinar diferentes perspectivas teóricas que permitam perceber visões de mundo com qualidade multidisciplinar. “Buscar outros quadros teóricos e metodológicos no escopo de diferentes disciplinas para, de forma multi ou interdisciplinar e integrada, dar conta da complexidade das relações” (ALMEIDA, 2003, p.06). O autor faz sua crítica às abordagens que não contemplam as significações socioculturais e as práticas sociais distanciando-as da possibilidade de serem percebidas nas análises e interpretações mais freqüentes.

Entende-se que a abordagem interdisciplinar é uma proposta desafiadora de construção do conhecimento científico, especialmente nas ciências sociais, mas compreendemos também que procedimentos rigorosos e controláveis e alguns argumentos historicamente defendidos de comprovação científica ficaram parcialmente insustentáveis sob a análise social.

Desvelar “uma sociedade viável e não apenas possível” como propõe Floriani (2000) através da atração de outras formas simbólicas da realidade pela linguagem científica “não se faz antagônica em suas representações, ao contrário; emancipa-as e transforma”:

Uma agenda socioambiental exigirá o concurso desse diálogo interdisciplinar, no qual as ciências da vida, da natureza e da sociedade buscarão novas alianças. Não será tão relevante, talvez, o nome que se dê a esse novo “contrato de saberes” (inter/trans/disciplinaridade?). Mais importante é a mudança de atitude diante da trama complexa da vida, tecida entre os seres humanos em sociedade e com a natureza. (FLORIANI, 2000.p.38)

Neste sentido, o autor parafraseia o escritor argentino Ricardo Piglia (2000): “o conhecimento científico se apóia em experiências e construções teóricas, mas

nem sempre se superpõe à vida, já que esta possui sua própria memória, refratária, em muitos casos àquela discursividade”. (p.22)

Outro fator que merece destaque é apresentado por Giddens (1997) que define a dialética das incertezas e ambigüidades que contemplam este tema como “reflexividade” ou de “modernização reflexiva”, visível nas várias esferas sociais. Para ele, as ações humanas inseridas em contextos históricos e culturais ,independentemente dos resultados alcançados, são portadoras de sentidos que influenciam as suas próprias orientações.

Sob estas análises, a dialógica passa a ser a característica fundamental do pensamento complexo; um pensamento capaz de unir conceitos que tradicionalmente se opõem; e que não se encontravam em compartimentos fechados anteriormente, mas adormecidos.

Neste contexto, o objeto é pensado sob forma de sistema, com múltiplas interações e retroações, não em sua causalidade, mas apoiado em suas relações culturais, sociais e econômicas.

A este respeito Almeida (2003) faz uma crítica direta ao “movimento sistêmico” e um alerta. Segundo o autor, a academia tem ajudado a criar uma verdadeira “metáfora sistêmica”, portadora da chave para a compreensão da complexidade do real, dos sistemas agrários, produtivos e sociais. Ressaltam ainda os riscos da aplicação do método/abordagem com certos generalismos e lugares comuns. “A descoberta de racionalidades e das lógicas camponesas parece, em muitos casos, induzir às visões encantadas e à exaltação desmedida de suas virtudes”. (ALMEIDA, 2003, p.07)

Muitas vezes, apesar de se tratar de uma metodologia de aproximação ou ajustamento progressivo da realidade, a forma mais generalizada do sistemismo em contextos rurais no sul do Brasil não tem levado em consideração a heterogeneidade social, as formas históricas de ocupação da terra e da formação humana e a dinâmica social atual. Os enfoques sistêmicos na área da agronomia, de um modo geral, parcelam, recortam a realidade desconsiderando as outras dimensões que desempenham um papel importante na “conformação” e na dinâmica sociais, como, por exemplo, a dimensão socioambiental e cultural. Desta forma, atribuem seguidamente ao econômico e ao técnico-produtivo um potencial que, isoladamente, não têm. (ALMEIDA, 2003. p.06)

O campo de análise que delimita o tema deste estudo é o do social, cujos referenciais teóricos para interpretar o objeto estão apoiados no debate sobre a natureza social e econômica da agricultura familiar, a partir do pensamento social crítico.

Busca-se apresentar uma abordagem teórico-metodológica que, na verdade, atenda a perspectivas analíticas distintas sobre um mesmo objeto, buscando discutir sobre as potencialidades e características da principal forma de organização coletiva do trabalho; o associativismo. Desta forma, há a cautela de não desconectar as discussões teóricas sobre o tema de um debate mais amplo que se refere à persistência da forma familiar de produção no excludente sistema capitalista, através da prática coletiva.

As diversas fontes pesquisadas e apresentadas nos indicam que a proposta da abordagem interdisciplinar poderá ser mais segura se estiver voltada as multidimensões em que estará apta a contemplar parte significativa dos diálogos de saberes e a plenitude das relações que envolvem o grupo em estudo. A forma associativa abarca uma série de novas experiências, que muitas vezes confundem e inibem os sujeitos sociais, dentre elas a evolução do comportamento individual para o pensamento coletivo, do espírito de grupo e sua adaptação ao processo participativo, são estas posturas que ajudam a aguçar o interesse pelo tema.

Soma-se às dificuldades típicas desta forma social todo o aparato inerente ao processo de comercialização: negociação política, preço de venda, diversificação da produção agrícola, relação com clientes e parceiros, e muitos outros que aumentam os obstáculos a serem transpostos pelos sujeitos deste processo.

Desta forma, Almeida (2003) estabelece uma congruência entre todos os aspectos abordados revelando suas percepções quando afirma:

O método de abordagem deve se mostrar capaz de instrumentalizar o pesquisador, orientar os agentes sociais e as políticas públicas em última instância na direção de “novos saberes”, incorporando a contribuição de várias disciplinas, em um processo multi e interdisciplinar. [...] Ainda que por vezes, fornecendo elementos metodológicos e de observação empírica útil, permitindo o diálogo entre e com os agricultores. (ALMEIDA, 2003. p.09)

Entremeiam-se a este contexto, questões de políticas públicas, jurídicas, econômicas, sociológicas, culturais e de gestão, que podem revelar novas oportunidades para o grupo, justificando nossa opção de abordagem.

O universo pesquisado: reflexões sobre sujeito e objeto

A partir das considerações de interdisciplinaridade, vislumbramos como caminho mais seguro aquele que percebe os sujeitos sociais deste estudo como agentes de transformação. Atores dinâmicos, que encenam sua própria história, interagem e intervêm na realidade a tempo e a hora das suas próprias necessidades. Pessoas que superam e transformam o meio onde vivem mesmo sob a imposição das leis de capital.

Floriani (2000, p. 9) também aborda esta questão lembrando que, muitas vezes, as expectativas coletivas e mesmo as individuais não se tornam

imediatamente conscientes ou transparentes para os atores sociais, uma afirmação prudente e que se enquadra perfeitamente numa das hipóteses deste estudo. Em suas palavras, o retrato da reação a uma ação corriqueira: “daí o permanente conflito entre as possibilidades de ação e as escolhas assumidas: os interesses sobrepõem-se uns aos outros”.

Sendo assim, constata-se ser prática comum na sociedade contemporânea o fato de que o significado histórico das atividades humanas possa ser representado como algo fora do controle dos indivíduos, quando de fato está ao seu alcance entendê-las, criticá-las e até superá-las.

Desta forma, na disposição em compreender este universo percebe-se a importância das observações referentes às conexões de toda uma teia de relacionamentos, percorrendo suas vias em mão dupla de forma crítica e autônoma. Buscando atuar como intermediários entre aqueles que querem expressar seus sentimentos e expectativas e aqueles que pretendem transformá-las em realidade.

Quanto à preocupação com a inserção da pesquisadora nos meandros da realidade, considerou-se os agricultores familiares como protagonistas de todo o processo, pois imaginá-los como simples suportes seria um equívoco sem precedentes. Neste intento, procurou-se esquecer pré-conceitos ou gerar expectativas e ouvindo a todos que poderiam relevar percepções distintas sobre o tema.

Já no transcorrer das sondagens exploratórias existiram dificuldades de postar-se com autopolicimento frente à neutralidade científica. Sabendo que o envolvimento é inerente a este tipo de processo e que qualquer análise será sempre subjetiva, buscaram-se referências científicas sobre o tema e foram feitas as várias aproximações necessárias, destacando não apenas as concepções teóricas de cada

estudo, mas as percepções dos envolvidos e as conexões que elas estabelecem entre si.

O acesso aos agricultores ocorreu tanto no espaço destinado às feiras, onde foi possível também observar a postura dos associados frente ao cliente, aos demais associados e ao ambiente e contribuiu para uma maior receptividade; como também nas propriedades, mediante prévio agendamento. Ao se intensificarem os contatos, especialmente nas entrevistas de sondagem e reconstrução histórica da formação das associações, a presença mais constante da pesquisadora gerou inquietudes. Neste momento, solicitou-se junto às diretorias, a participação em reunião para as devidas apresentações e comentários sobre as intenções da pesquisa.

Procurou-se fazê-lo também junto à Secretaria da Agricultura do município, a Emater-PR e a Aprovida que contempla o instituto Maytenus e demais representantes da agricultura familiar no município. A intenção foi tranquilizar a todos, conquistar sua confiança e estabelecer caminho seguro rumo aos objetivos propostos.

A opção pelo município de Pato Branco deve-se à existência de 32 comunidades rurais, algumas já estruturadas e com significativa representatividade junto à comunidade urbana. Também houve o acompanhamento de algumas discussões que revelaram dificuldades quanto ao envolvimento coletivo dos agricultores do município em relação aos municípios vizinhos.

A escolha das associações que contemplam as feiras aconteceu em decorrência de estarem estruturadas há mais tempo e por possuírem um número significativo de associados de diferentes comunidades rurais integradas com a sociedade local e por, efetivamente, comercializarem sua produção em espaço urbano, estabelecendo uma relação de continuidade com o espaço rural.

Método e Instrumentos

Para atender aos objetivos propostos pelo estudo que busca compreender as percepções e significados atribuídos ao associativismo pelos agricultores familiares feirantes do município de Pato Branco-PR, construídas a partir das suas representações sociais, recorreu-se à pesquisa qualitativa/quantitativa. Esta modalidade de pesquisa permite coletar e analisar as informações de forma integrada com a teoria captando significados, aspirações, valores e atitudes pertinentes à interação instituída entre os sujeitos sociais, além de coletar dados numéricos que revelam o perfil socioeconômico e cultural dos participantes.

Para tanto, valeram as considerações de Minayo (2000) onde o método científico de pesquisa se refere ao instrumental necessário para a abordagem de uma realidade. Por sua vez, o conjunto de técnicas usadas para tal se constituiria num instrumental secundário, mas importante, enquanto cuidado metódico para a realização do trabalho de investigação.

Segundo as considerações de Minayo (1993), o ato de pesquisar corresponde de modo simplificado, à busca por respostas às nossas indagações num processo contínuo e que não se esgota:

[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade e como uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. Além de atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (MINAYO, 1993, p.23)

Corroborando com suas afirmações a discussão de Demo (2000) em que a pesquisa é uma atividade cotidiana, uma atitude, um “questionamento sistemático,

crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. (DEMO, 2000, p. 34)

Esta perspectiva de ciência também é reafirmada nas palavras de PINTO (1985, p. 366) nas quais “os métodos não preexistem à pesquisa, nem são um fruto recolhido posteriormente pela meditação sobre os eixos obtidos. Os métodos são a própria pesquisa no seu exercício eficaz”. A partir destas considerações é possível sugerir que o método escolhido pode ser um dos determinantes essenciais para a análise da realidade, mas que esta é medida também por nossos valores e perspectivas.

Sendo assim, oportunizou-se a participação efetiva dos associados na pesquisa, contribuindo com suas histórias de vida e experiências práticas de convívio no universo coletivo que os insere inicialmente pela comercialização da sua produção, mas que agrega outros fatores que aprofundam e intensificam os meandros das relações sociais capitalistas. São atores que interferem em sua realidade que é dinâmica e que, segundo as discussões que alimentam este estudo, agregam valores que vão muito além do econômico:

Não é suficiente querer trabalhar com ou a favor do campesinato ou da agricultura familiar; é necessário que se produza conhecimento e se experimentem processos sociais que indiquem a essa categoria sócio-produtiva a perspectiva para a superação do enclausuramento nos sistemas de produção, na busca de contextos mais amplos, levando-se em conta fatores ou componentes que são sociais, culturais, políticos, ambientais, éticos, simbólicos, econômicos, entre outros. (ALMEIDA, 2003, p. 07)

Selecionou-se o estudo de caso como categoria de pesquisa devido a sua característica flexível, pois a intenção é conhecer a dinâmica deste fenômeno específico, delimitado pela realidade dos agricultores familiares do município de Pato Branco.

Assim, norteiam este estudo, as sondagens empíricas oportunizadas pelos seguintes instrumentos de coleta de dados: estudo exploratório, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, observação livre e dados secundários.

Como destaca Gil (1991, p.121), a totalidade de um objeto “[...] é uma construção intelectual. Não existem limites concretos na definição de qualquer processo ou objeto”. Desta forma, foi na etapa exploratória que se conheceu o objeto de pesquisa, sua história, seus sujeitos e relações de parcerias. Também houve o contato com as primeiras opiniões externas ao grupo e suas percepções sobre as dinâmicas de comercialização, de gestão e de relacionamento praticadas pelas associações, que nos aproximaram do problema.

Com este objetivo, foram ouvidos os diversos atores envolvidos: agricultores familiares autônomos, associados e não feirantes, agrônomos, técnicos e pesquisadores sobre os temas ligados ao associativismo, à comercialização em feiras livres na região sudoeste e fora dela e as perspectivas para este mercado, além de profissionais ligados ao cultivo orgânico. A partir das suas indicações foram realizadas entrevistas preliminares com agricultores associados aos dois grupos para conhecer melhor suas experiências e expectativas coletivas, além de sua percepção quanto à dinâmica interna das associações.

A partir dos estudos exploratórios, definiu-se o local, os recursos necessários e a sequência metodológica da pesquisa de campo, determinando com maior clareza o problema a ser pesquisado.

Com as entrevistas semi-estruturadas foram colhidas as percepções, sentidos e expectativas dos atores sociais, como meio de coleta de informações vivenciadas pelos sujeitos-objeto. Este instrumento se justifica por fornecer maior liberdade aos

interlocutores, pessoas de trato simples, e que precisavam sentir-se seguros para relatar particularidades de suas vidas.

Sob esta perspectiva estabeleceu-se um roteiro com as questões abordadas nas entrevistas, mescladas às questões abertas que propiciam o debate e deram um tom de informalidade, oportunizando relatos de fatos marcantes especialmente sobre a participação dos associados nas decisões, comunicação interna e estratégias de ação. Sempre podendo recorrer-se ao roteiro quando outros temas ganharem o lugar daqueles que se pretende abordar ou para garantir uma maior profundidade aos temas relevantes à investigação.

O estudo conta também com informações objetivas obtidas através de questões fechadas, próprias para dados comparativos e que caracterizam o perfil social e produtivo dos agricultores, permitindo atender ao objetivo previsto neste estudo. Todas as entrevistas foram realizadas após teste prévio.

A seleção dos agricultores entrevistados decorreu da etapa exploratória. Na Asporg eram 9 feirantes associados, dos quais 6 foram, no mês de fevereiro, reintegrados ao espaço de feira da Afepato. Dos 41 expositores foram selecionados inicialmente 10 que atendiam à especificação de agricultor familiar e outros 5 que comercializavam produtos manipulados como pães, massas, mel e frios, totalizando 15 associados entrevistados. A intenção era ampliar a amostra, porém, no decorrer das entrevistas, percebeu-se que os relatos apresentados eram muito parecidos e contribuíam para o detalhamento da realidade ali apresentada. Como ação posterior, estabeleceram-se as questões relativas à construção do perfil dos associados a todos os demais. Para definir a escolha, optou-se por critérios iniciais variáveis que compreendessem extremos nos quesitos: tempo de ingresso na associação,

quantidade e variedade de produtos que comercializam, localidade de residência e participação ou não na diretoria.

Paulatinamente, houve a interação e o envolvimento das associações com as demais representações sociais que interferem no desenvolvimento de suas atividades; sendo assim, foram ouvidos também, representantes de organizações diretamente ligadas às ações das associações para a coleta de dados empíricos. Foram entrevistados representantes da Secretaria Municipal da Agricultura, Emater-PR, Aprovida e um pesquisador que desenvolve estudos nesta área que revelando suas expectativas quanto ao fortalecimento dos grupos e as perspectivas deste mercado no cenário regional e nacional. Optamos por incluir no estudo de forma expressa, as contribuições da Secretaria Municipal da Agricultura e do presidente da Aprovida, por se tratarem de instituições mais intensamente ligadas às associações e a seus participantes.

Buscando contribuir com elementos ligados ao aprofundamento das questões, utilizou-se o instrumento da observação livre e anotações de campo, acompanhadas por reflexões sobre ações e posicionamentos dos sujeitos em vários momentos: visitas às propriedades e às feiras, durante palestras sobre o tema deste estudo, reuniões internas ou durante as entrevistas. Foram dados e traços específicos a cada grupo que justificam ou ilustram informações posteriores.

Ilustram também o cotidiano desta experiência registros fotográficos que ensejam interpretações de momentos e situações marcantes do processo de pesquisa. Somam-se aos demais recursos apresentados os dados secundários oriundos de documentações institucionais, censos, informações divulgadas pela imprensa local e nacional.

Todos os dados colhidos foram transcritos, ordenados, classificados e articulados ao referencial teórico da pesquisa, buscando responder às questões decorrentes dos objetivos propostos e às hipóteses levantadas.

As gravações foram realizadas mediante autorização prévia, transcritas e organizadas mediante as especificações das categorias de análise. Conforme acordo antecipado, as pessoas entrevistadas têm suas identidades preservadas, suas contribuições estão representadas nas citações por duas letras que não correspondem a seus nomes. No caso específico das pessoas identificadas como presidentes de associações, apresentamos à sua apreciação a transcrição das entrevistas e formalizamos autorização para sua publicação nos moldes apresentados.

Este estudo torna enfático o posicionamento dos agricultores familiares quanto à sua identidade cultural, individual e coletiva, a dinâmica que envolve as associações de produtores feirantes e suas percepções quanto à prática associativa, sua satisfação e suas expectativas institucionais e pessoais. São as suas falas que conduzem as interpretações e permitem à pesquisadora as aproximações e caracterização dos interesses revelados.

O Desafio da Análise

Na tentativa de oferecer a este estudo uma maior consistência científica e metodológica optou-se por uma breve construção histórica que nos ofereceu a luz para se conhecer o presente.

Foi necessário, ao longo do estudo, conviver no limite do conhecimento, aprender e reaprender, perceber que os sujeitos possuem a sua própria leitura do

mundo, construída por suas representações sociais acumuladas ao longo do processo de humanização como explica Oliveira (2000):

O conhecimento torna-se conhecimento de uma realidade que deixa de ter existência imediata, externa ao homem, independente dele, para ser uma realidade mediata pelo homem. O homem passa a ser compreendido como um ser histórico, que desenvolve e elabora suas idéias a partir de determinadas condições sociais (OLIVEIRA. 2000, p.37).

Para melhor captar estas percepções da realidade considerou-se a análise de conteúdo dos depoimentos dada a importância das falas que revelam, mesmo na simplicidade do vocabulário ou na dificuldade de expressar suas opiniões, o verdadeiro significado deste estudo.

Procurou-se lançar olhares de vários ângulos, levar em conta o fato de que o método vislumbra uma investigação de conteúdo simbólico, onde se faz necessário questionar se aquilo que nos é revelado pelos documentos e entrevistas estão mesmo lá, assim como nas afirmações de (BARDIN, 1997, p. 29) “ultrapassar a incerteza” , ou “[...] não existe ponto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras base [...] a técnica tem de ser reinventada a cada momento” em (BARDIN, 1997, p. 31).

A partir destas possibilidades compreende-se que é preciso ir além do imediato, como sugere a autora, refletir sobre as possibilidades contidas no discurso e reconstruir os sentidos textuais.

Tendo como referência às reflexões explicitadas até o momento e as motivações que levaram este estudo a estabelecer *a priori*, o associativismo como a principal categoria de análise, parte-se para novas categorias que lhe são subjacentes e que permitirão analisar os dados de forma transversal.

Busca-se analisar as respostas dos nossos interlocutores com o intuito de compreender, nas formas discursivas, as questões que ultrapassam a explicitação formal como sugere Oliveira (2000):

Para tanto, formaram-se novas categorias que emergiram do processo de coleta de dados e moldou a seguinte estrutura de análise:

- Identidades Culturais.
- Experiência Associativa.
- Desafios e Oportunidades.

A primeira categoria de análise está relacionada especificamente ao associado e buscou construir seu perfil socioeconômico e cultural agregando a este as determinações pessoais relativas às identidades individuais e coletivas. Nesta primeira categoria, a intenção foi identificar traços comuns desde a origem até as suas relações com a continuidade ou herança familiar da prática rural. Esta categoria contempla também os intercâmbios familiares dos associados, seu trabalho e suas relações sociais com a comunidade a que pertencem.

A segunda categoria estabelece as interfaces entre o associado e o seu cotidiano, compreende questões relacionadas às representações sociais, que aliadas ao convívio, constroem suas percepções sobre a realidade da sua experiência na prática. Neste momento, o associado reflete e avalia a sua participação nas decisões.

Os desafios e as oportunidades estão contemplados pela terceira categoria de análise em que o associado comenta como convive com as diferenças individuais e conflitos internos da associação. Revela a aplicabilidade efetiva dos conhecimentos adquiridos pela capacitação técnica e analisa o impacto das ações

internas da associação nas redes sociais através de seus parceiros e apoiadores externos. Esta categoria analisa a percepção do associado quanto à existência de estratégias internas que poderão fortalecê-la futuramente.

As categorias selecionadas foram construídas no âmbito da própria pesquisa e surgiram da convergência de dados obtidos na prática investigada. A discussão dos dados explicitará melhor as suas relações.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

1.1 Um Longo Caminho de Luta

As propriedades rurais do município de Pato Branco se caracterizam pela colonização de descendentes de imigrantes europeus que no final da década de 1940, migraram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. São, predominantemente formadas por minifúndios familiares, o que ressalta a importância das relações sociais, suas formas de solidariedade, integração e cooperação visando o desenvolvimento equilibrado e sua transformação socioeconômica.

O movimento chamado de (re)ocupação e exploração da região Sudoeste do Paraná, onde o município de Pato Branco se localiza, apresenta historicamente dois momentos distintos: a expansão da pecuária pelos campos de Guarapuava e de Palmas e o período da exploração das reservas naturais de erva mate e madeira, no início do século XIX.

Estudos sobre esta região remontam sua história desde a época do Império, quando, em 1839, expedições criadas pela “Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava” ocuparam os campos de Palmas. Onde, “apesar da resistência indígena, fundou-se em 1840, o povoado de Palmas composto em sua maioria por fazendeiros vindos de Guarapuava e União de Vitória” (MENOSSO, 2002)

Esta autora apresenta ainda as mais expressivas disputas sociais que marcaram a saga dos agricultores que desbravaram a região: a chamada “Questão

de Palmas”, a “Revolução Federalista”, a “Revolta do Contestado”, a “Coluna Prestes” e a mais expressiva delas a “Revolta dos Posseiros de 1957”.

Nesta obra é possível verificar, segundo dados do Ipardes (1978, apud Menosso, 2002, p. 86) que os pequenos estabelecimentos rurais, com até 50 hectares, eram 89% em 1960, passando para 94% em 1970. No censo agropecuário de 1996 (IBGE. 2006), os mesmos estabelecimentos compreendiam 86% das áreas de até 50 hectares, ocupando 44% da área total do Estado.

Abramovay *et al* (2005) também conta a história da ocupação da região Sudoeste do Paraná, relevando os meandros de uma trajetória que somente a aglutinação de várias pesquisas ao longo do tempo foi capaz de expressar.

Esta região era ocupada pela população “cabocla” ⁽¹⁾ que praticava formas de agricultura itinerantes, associadas à caça e à pesca. O regime de propriedade privada destas terras ocorreu somente mais tarde, com a venda das lavouras pelos “caboclos” aos migrantes.

Na nova estratégia de ocupação, os novos habitantes optaram pela derrubada da floresta que lhes garantia solo fértil para as futuras safras, também era possível alimentar-se com a caça e ocupar vastas superfícies de pastagens naturais.

Abramovay *et al* (2005) lembra que a primeira crise de produtividade ocorreu a partir do início dos anos 1970, quando a cobertura florestal já estava seriamente comprometida, o solo apresentava sério desgaste ocasionado pela prática da rotação de terras. A partir daí, surgiram os primeiros pacotes tecnológicos com o uso intensivo de insumos químicos e mecânicos.

O caso da ocupação das terras da região Sudoeste do Paraná ilustra a formação das propriedades de agricultura familiar do Brasil meridional, exemplo de

¹ São ilustrativas as definições de caboclo do dicionário Houaiss: indivíduo (especialmente habitante do sertão) com ascendência de índio e branco e com físico e os modos desconfiados, retraídos; selvagem brasileiro que tinha contato com os colonizadores.

destruição ambiental, de eliminação social do “caboclo” e pelo uso de insumos de origem industrial característicos da chamada Revolução Verde.

Abramovay *et al* (2005) destaca ainda que, à sociabilidade primária da população sudoestina, se acrescentam três importantes elementos subjetivos aos movimentos sociais:

a) “Poucas regiões brasileiras tiveram um trabalho tão profundo e capitalizado de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)” (ABRAMOVAY, 2005), de pequenos grupos de agricultores se originou a Comissão Pastoral da Terra - CPT e parte significativa do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

b) A história do Sudoeste Paranaense contempla ainda a vitoriosa revolta popular contra o latifúndio a conhecida “Revolta dos Colonos” ou “Revolta de 1957”.

c) O trabalho das Comunidades Eclesiais de Base e a vitória histórica contra o latifúndio fizeram com que os agricultores da região Sudoeste adotassem postura crítica, frente às novas modalidades produtivas. Nesta época, cresce o poder da indústria e inicia-se o processo endividamento na agricultura.

Sob este contexto, alterou-se panorama das lutas sociais no campo, com mudanças que ofereceram aos agricultores familiares um novo elemento de identidade social:

[...] dado pela experiência de relação com novos atores (comerciantes e fabricantes de insumos, compradores de novos produtos, gerentes de bancos), pelo enfrentamento de novos problemas (decomposição das comunidades, erosão dos solos, manuseio de agrotóxicos) e pelo início da construção de um horizonte de oposição a estas transformações, vindo tanto do que veio a ser a luta por uma nova política agrícola, como nas mais variadas tentativas de organização alternativa da produção. (ABRAMOVAY *et al*, 2005).

Com base nos dados apresentados por Abramovay *et al* (2005) é possível perceber que a história recente da agricultura familiar no Brasil estimulou ou

desenvolveu movimentos sociais importantes em muitas regiões. Apoiados em formas de vida comuns e em experiências partilhadas de significados culturais. A essas lutas somaram-se recursos oferecidos por outros parceiros capacitando-os para aproveitar oportunidades políticas e afirmar:

Num país de tradição democrática recente e precária, a existência de organizações voltadas a representar os interesses de segmentos das populações cujos indivíduos vivem próximo à linha de pobreza e são excluídos das chances mais promissoras de inserção social, isso, por si só, já é notável. (ABRAMOVAY. 2005)

Cabe ressaltar que, no município de Pato Branco, a atuação sindical apresenta características conservadoras, sendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pato Branco considerado de atuação menos combativa. Fundado em 26 de junho de 1963 e reconhecido três anos depois, atualmente é filiado a Contag e Fetaep, que são conhecidas por desenvolvem ações mais assistencialistas, atreladas às difundidas políticas públicas de incentivo financeiro.

Um dos membros de sua diretoria salienta que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pato Branco não vê motivo para extremismos pois, há mais de quinze anos todas as reivindicações apresentadas ao governo do Estado do Paraná, vêm sendo atendidas, sendo que os possíveis impasses têm sido resolvidos em negociações satisfatórias para os trabalhadores rurais.

Por sua vez, o segmento da Fetraf, formada por membros dissidentes dos movimentos sindicais tradicionais, não possui significativa atuação em Pato Branco; sua presença é mais intensa entre os municípios da fronteira com a Argentina, sendo considerada, pelos representantes de Pato Branco, como uma vertente desnecessariamente radical. A entidade é conhecida por desenvolver um

sindicalismo de oposição, muito mais combativo e crítico as posturas assistencialistas do Estado.

Estes são fatores que influenciam, mas não eliminam o risco de que a consolidação dos movimentos em questão, convertam suas aspirações de mudança social em representações corporativas.

Se, de um lado, as análises históricas anteriores indicaram como processo de colonização da região Sudoeste a policultura e criação pautada em relações mercantis desenvolvidas por comerciantes, por outro lado, a modernização redefiniu estas relações. As transformações ocorreram no fator produtivo e também nas relações de dependência dos agricultores com os bancos para obtenção do crédito agrícola.

Portanto, fatores como a exaustão da reserva florestal, a efetiva regularização da posse da terra e o fechamento das fronteiras agrícolas, aliados ao avanço da modernização e do capitalismo no campo, produziram efeitos que ocasionaram articulações significativas na organização da unidade produtiva familiar de toda a região Sudoeste.

Para Menosso (2002) o uso da terra na região Sudoeste adquiriu uma forma mais racional, a partir da década de 90, voltando a sua produção às culturas alimentares, consideradas relevantes para a subsistência familiar. Cabe ressaltar que, no município de Pato Branco, apesar do solo dobrado e do significativo número de propriedades de pequeno porte (até 18 hectares), houve a absorção dos progressos técnicos e a resistência na produção de culturas que exigiam alta tecnologia e investimentos maiores.

De acordo com dados da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar, o Paraná tem hoje 1,2 milhão de trabalhadores rurais. Destes, um milhão atendem ao

regime de economia familiar, qual seja: produzem em propriedades de até quatro módulos rurais; sua principal fonte de renda provém da agricultura, administram a propriedade familiar onde moram e trabalham.

Para o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase. 2007), existem atualmente no Paraná, 320 mil estabelecimentos rurais de caráter familiar.

Segundo dados da Agência Paranaense de Notícias, apesar da quebra na safra 2005/2006, o Paraná continua se destacando como o maior produtor de grãos do país. Com uma produção estimada de 24,71 milhões de toneladas, 10,2% maior que a do ano anterior.

A produção nacional, estimada para a safra 2006, é de 121,1 milhões de toneladas, sendo que o Paraná começou com participação de 20% em janeiro de 2006, e em maio, passou a 20,7% da produção.

A Secretaria de Agricultura do Estado calculava que a produtividade esperada para a safra 2006 seria de 3.025 kg/hectare, mas foram obtidos 2.400 kg/hectare (aproximadamente 40 sacas), mesmo assim, é superior à obtida em 2005, quando se colheram 2.307 kg/hectare. No Sudoeste do Estado são estimadas perdas em 29% da produção total devido ao período de estiagem que atingiu a região no último ano.

Já a agricultura orgânica, que têm contribuição importante neste estudo, apresenta segundo dados do IBD (2006) seu crescimento nacional estimado em 30% ao ano, e ocupa atualmente uma área de 6,5 milhões de hectares de terras, colocando o país na segunda posição dentre os maiores produtores mundiais de produtos de origem orgânica.

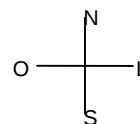
1.2 O Município de Pato Branco

O mapa abaixo revela a posição geográfica do município de Pato Branco, um dos pólos da Região Sudoeste do Estado do Paraná, em destaque, os seus limites com os municípios vizinhos, dando a dimensão da sua abrangência e importância para esta região.

Figura 1 – Mapa da região Sudoeste do Paraná



Fonte: Muninet in (BOCCHESI 1999)



Desde o dia 14 de novembro de 1951, “quando o município de Pato Branco foi criado pela Lei nº 790, promulgada pelo governador do Estado do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto, sendo que a emancipação política só ocorreu em 14 de dezembro de 1952” (BOCCHESI, 1999), muito se plantou esperando um futuro de farta colheita que, para muitos, demora a chegar. É discurso corrente entre os

pioneiros que a conquista do título de município foi fruto de trabalho árduo e de poucas recompensas econômicas.

O município possui uma área territorial de 537,753 Km², correspondente a 0,3% do Estado do Paraná. Segundo o último censo Pato Branco conta, em 2006, com uma população estimada de 69.903 habitantes, destes 17% vivem na área rural (8.155 habitantes). Sua densidade demográfica é de 129,68 h/Km² (IBGE, 2000), fazendo parte da região com a maior densidade no Estado.

Nos últimos estudos do IBGE (1996), o município de Pato Branco apresentou uma renda *per capita* de R\$ 8.497,00 e uma taxa de analfabetismo de 8,3%, com média de anos de estudo de 6,6 por cidadão.

Segundo Bocchese (1999) Pato Branco figura na região de mais alto índice de desenvolvimento do Estado, ocupa o terceiro lugar no Paraná, segundo dados do PNUD², sendo a trigésima sexta em índice de desenvolvimento humano do país, com o indicativo de 0,849. Está localizado na região Sudoeste do Estado do Paraná, a 120 Km da Argentina, 350 Km do Paraguai e 450 km de Curitiba, representando um importante corredor para o Mercosul.

Situada no Terceiro Planalto Paranaense, em terreno dobrado, banhada pelos rios Pato Branco, Chopim e Vitorino. Encontra-se a uma altitude de 760 metros acima do nível do mar, classifica-se sob o clima subtropical úmido, com verões suaves e invernos muito rigorosos.

A economia local é baseada na exploração da agricultura familiar; destaca-se também o comércio de bens e serviços, alavancado atualmente pelo desenvolvimento do meio acadêmico e industrial de pequeno porte, e pela

² Apesar de serem dados oficiais estes índices deixam margem a questionamentos, pois a realidade pato-branquense apresenta distorções sociais e carências em vários serviços essenciais, especialmente nas comunidades rurais. (Segundo informações do IBGE os indicadores usados para o cálculo do IDH são: Expectativa de vida ao nascer, renda per capita, taxa de frequência escolar, nº de crianças alfabetizadas e acesso a educação, além de indicadores de longevidade)

concentração regional de corpo clínico e hospitalar especializado, atraindo a população de toda a região que oferece incrementos significativos à economia local.

Pato Branco tem na agricultura seu principal potencial econômico, com pequenas propriedades que, segundo dados da Secretaria de Agricultura do Paraná somam 86% e chegam a colher 150 mil toneladas de grãos ao ano.

O cenário deste estudo estabelece como referência 32 localidades rurais que acolhem as propriedades familiares onde residem e trabalham as 41 famílias de agricultores associados.

Segundo dados do Censo Agropecuário 1995/1996 do IBGE apresentados pelo Instituto Biodinâmico Demeter (2006), o município de Pato Branco possuía, naquela data, 1.391 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 43.955 hectares. Quanto às condições de posse das terras em Pato Branco, o IBGE (1996) mostrava o predomínio dos proprietários em todos os extratos de área, respondendo por 72% do total de estabelecimentos e 79% da área explorada.

Estes dados estão distribuídos na tabela 1, onde é possível perceber o panorama da exploração agrícola no município de Pato Branco no ano de 1996:

TABELA 1– Estabelecimentos Agropecuários Segundo suas Atividades Econômicas (ano base, 1996)

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECIMENTOS
Horticultura	22
Lavoura permanente	34
Lavoura temporária	828
Pecuária	191
Pesca e aquicultura	3
Produção mista	303
Silvicultura e exploração florestal	10
TOTAL	1.391

FONTE: IBD, 2006 -IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996

Na tabela 2 apresentada a seguir, nota-se o rendimento médio que as propriedades locais proporcionam e o valor médio de cada produto praticado pelo mercado na época.

TABELA 2 – Área Colhida, Produção, Rendimento Médio E Valor da Produção Agrícola em Pato Branco – 2004.

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1.000,00)
Alho	1	6	6.000	8
Amendoim	5	6	1.200	6
Arroz	25	43	1.720	24
Aveia	850	940	1.106	329
Batata-doce	4	36	9.000	15
Batata-inglesa	5	35	7.000	14
Cana-de-açúcar	12	480	40.000	22
Caqui	4	30	7.500	12
Cebola	3	24	8.000	11
Erva-mate (folha verde)	34	313	9.206	47
Feijão	1.550	2.480	1.600	2.180
Figo	3	13	4.333	26
Fumo (em folha)	32	48	1.500	84
Laranja	20	200	10.000	29
Limão	2	17	8.500	7
Maçã	7	70	10.000	56
Mandioca	150	3.000	20.000	810
Melancia	6	120	20.000	30
Melão	3	18	6.000	16
Milho	7.200	56.520	7.850	18.652
Noz (fruto seco)	2	8	4.000	11
Pêra	2	13	6.500	11
Pêssego	40	140	3.500	125
Soja	19.500	49.100	2.518	35.352

FONTE: IBD, 2006 -IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996

No caso específico da produção de hortifrutigranjeiros e demais produtos da produção considerada colonial, tida neste contexto como artesanal, com o mínimo de influência da mecanização em seu processo produtivo destaca-se a prática agroecológica que, em Pato Branco, resultou das ações desenvolvidas pela

Aprovida (Associação de Produtores Orgânicos do Sudoeste), desencadeando uma nova forma de produção que procura diferenciar seus produtos agregando a eles o valor do sabor, da saúde e da não agressão ao meio ambiente como potencialidades para a disputa de mercado.

Estes dados revelam importantes possibilidades de incremento econômico, emprego e renda no campo que podem ser potencializados com o fortalecimento das organizações coletivas e com o apoio de políticas públicas promotoras do desenvolvimento local.

Sob este contexto Schneider (2006) apresenta resultados de um estudo realizado, a partir da dinâmica de evolução e transformação da agricultura familiar pelo processo de desenvolvimento rural endógeno.

Segundo o autor, o panorama constituído a partir da concretização da agricultura familiar como categoria social em substituição a então produção colonial, surge da incorporação lenta e gradual de um novo conjunto de estratégias produtivas e de manejo dos agroecossistemas, com muito mais especialização em cultivos e produtos para obter maior viabilidade econômica e driblar o frágil acesso aos mercados.

A combinação de um conjunto de fatores socioeconômicos e histórico-culturais, reunidos em um mesmo território, pode levar ao “desenvolvimento de uma matriz produtiva e uma conformação social que se reproduz a partir das sinergias produzidas pelo próprio processo endógeno de acumulação de capital” (SCHNEIDER, 2006, p. 33)

Para Schneider (2006) a partir da década de 70, inúmeras pressões sociais e econômicas forçaram mudanças no modo de vida do campo e acabam afetando importantes aspectos da sua cultura e sociabilidade.

Este novo sistema produtivo construiu-se sob as novas formas de acesso a terra, ao progresso técnico e ao crédito, estabelecendo relações singulares com o mercado e com o uso da força de trabalho.

O estudo de Schneider (2006) revela que as alterações ocasionadas pela modernização tecnológica dos processos produtivos agrícolas agravaram as relações de dependência do agricultor com o mercado:

[...] a mercantilização progressiva da vida social e econômica dos colonos conduziu a uma integração social e econômica crescente e a uma maior dependência do mercado. Como resultado deste processo reduziu-se consideravelmente a autonomia das famílias rurais e as estratégias de reprodução social tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes. (SCHNEIDER, 2006, p. 33).

Produzir hortifrutigranjeiros com qualidade superior, sem a adição de agrotóxicos e defensivos químicos que comprometem o bem-estar do agricultor, da sua família e do solo de onde tiram seu sustento tem sido uma importante bandeira neste processo. Além disso, a introdução de equipamentos mais modernos, ágeis e eficientes, capazes de transformar a rotina na propriedade, amplia a capacidade de produção, o rendimento do trabalho e propicia o deslocamento da força de trabalho para outras atividades que acabam interferindo nos resultados econômicos da produção familiar.

Um exemplo disto foi revelado na pesquisa a campo com os associados da Afepato, que aponta o interesse dos agricultores em dedicar maior tempo de trabalho na diversificação da produção, aliando informação, tecnologia e “recursos naturais”, uma amostra revelada no flagrante do sistema de irrigação registrado pela figura 2, a seguir.

Nas várias propriedades visitadas durante este estudo, a irrigação das hortas é feita com água retirada de nascentes ou de riachos próximos. Os animais lhes fornecem o esterco e a urina usados na adubação da terra, contribuem na produção da silagem usada no controle de pragas, além de produzirem o leite consumido pela família e cujo excedente dá origem ao queijo, a manteiga e o requeijão que possuem boa aceitação pelos clientes e valor significativo de venda na feira do produtor:

“Depois que compromo o Tobata melhorô muito! Sobra mais tempo prá fazer outras coisas que dão mais lucro e a gente não se sacrifica tanto. Aqui nós aproveitamo tudo o que dá. Muito tempo nós fizemos canteiros na pá, não foi fácil! Agora é outra vida!” (N.M, mulher, 43 anos)



Figura 2 – Vista parcial de um sistema de irrigação em propriedade visitada durante a pesquisa de campo.

Fonte: Coletânea pessoal da autora.

Estes e outros fatores contribuem para a hegemonia das propriedades familiares do município de Pato Branco e na região Sudoeste, decorrente de particularidades no processo de ocupação, reprodução social e organização da

produção e do trabalho que construíram realidades semelhantes a partir de posturas culturais e políticas diferentes.

As pressões ocasionadas pela efervescência dos movimentos sociais do campo, especialmente a partir da década de 90, produziram efeitos que refletem ,ainda hoje, os desafios políticos e sindicais da época.

A falta de crédito, a queda nos preços, a necessidade de modernização da agricultura pela mecanização e a busca do desenvolvimento econômico e tecnológico acabaram por afirmar a agricultura familiar no cenário social e político nacional, legitimando seu poder perante o Estado que, em 1996, assume o compromisso de oferecer, a esta categoria social, políticas públicas diferenciadas, criando o Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar.

Todavia, percebe-se que, independentemente desta e de outras ações, as dificuldades se sucedem. Mesmo com os ciclos de alta produtividade das últimas safras na microrregião, influenciados pela perspectiva de estabilidade na economia nacional e pelas modificações nos processos produtivos locais, persiste a desigualdade entre os produtores familiares locais. Há diferenças marcantes entre aqueles que tiveram condições financeiras para investir na modernização tecnológica e mecanização agrícola e outros que seguem utilizando-se de práticas ainda rudimentares.

A crise do modelo agrícola tecnológico que afetou a agricultura nacional, a afirmação de uma temática ambiental e de sustentabilidade para a agricultura e a nova dinâmica do mercado de trabalho repercutiu no modo de vida rural revelando novas dimensões entre a sociedade e o espaço, entre o homem e a natureza e, especialmente, destes com as atividades econômicas e produtivas.

As novas identidades culturais que se estabelecem a partir das novas formas de reprodução social são impulsionadas pelo deslocamento das questões políticas e de luta de classes e contribuem ainda as reflexões voltadas às características e particularidades do processo de desenvolvimento endógeno, com especial atenção à estrutura social e as formas de organização produtivas.

Esta nova dimensão do rural apresenta-se neste estudo sob variadas formas, entre elas, a mais polêmica e que originou o rompimento entre os associados; a forma de produção estabelecida nas propriedades através de práticas de cultivo convencional (com adição de adubos e defensivos químicos), contrapondo-se ao cultivo orgânico (que se utiliza de práticas alternativas e naturais no combate às pragas e a degradação ambiental).

No caso específico do cultivo orgânico, o que se pratica no município, na maioria das propriedades pesquisadas, é ainda uma tentativa, pois o ideal e indicado para este tipo de cultivo são propriedades isoladas de qualquer tipo de agressão química, seja ela direta ou indireta, o que em grande parte dos casos é inviável, face à ação dos agentes naturais de contaminação (especialmente o ar e a água).

Outro fator significativo é que tanto a proximidade quanto à facilidade de acesso entre as localidades rurais e o meio urbano do município possibilitam aos familiares dos agricultores em questão; residir, trabalhar ou estudar no meio urbano. Este fato demonstra uma situação complexa da divisão social do trabalho no espaço rural e amplia os horizontes para a inserção individual no tecido produtivo local. Além de contribuir para a unificação dos espaços urbano/rural e revelar uma sociedade com traços culturais marcantes e que promoveu ajustes em suas relações sociais.

Histórias de vida marcadas pela posse e cultivo da terra correspondem em significativo valor instituído, sendo o sustento da família pelo trabalho no campo, muito valorizado pelos descendentes de agricultores pioneiros que, atualmente, vivem no município de Pato Branco.

Os apelos afetivos não pouparam os agricultores familiares das inúmeras dificuldades apresentadas pelo mercado nacional, no qual a legislação, a livre concorrência e a pressão econômica dos grandes investidores acabaram por sufocar estes trabalhadores que buscaram no associativismo uma alternativa de sobrevivência.

Um histórico de políticas públicas excludentes como o seguro safra, crédito diferenciado e financiamentos acabaram beneficiando agricultores que possuíam algum tipo de garantia à concessão do benefício, mas forçaram os agricultores familiares já marginalizados se integrarem para garantir uma condição de vida digna.

Muitos membros das famílias analisadas por este estudo, buscam, no mercado de trabalho de atividades não agrícolas, novas opções de vida. É uma decorrência da própria evolução do processo de mercantilização da vida social e econômica imposta também às famílias de agricultores.

Estes fatos, somados ao apelo econômico deste processo, apontam para uma realidade de propriedades subutilizadas, com trabalhadores rurais em idade avançada e sem perspectivas de continuidade da atividade agrícola na família e que sofrem gradativamente com as alterações de suas identidades culturais.

1.3 Feiras Livres: sua história, seu papel e suas relações

Assim como Anjos *et al* (2005) que relata a trajetória das feiras livres da cidade de Pelotas-RS, para Sandroni (1989) e Coulon (2003) as feiras livres possuem forte raiz no Mediterrâneo, uma prática que lhes garantiu espaço em vários lugares do mundo. Dentre as feiras consideradas como marcos históricos estão a de Troyes, Lagny-sur-marne e Provins, localizadas no condado de Champagne, no nordeste francês.

Surgidas com a intensificação do escambo Burgo, no mar Mediterrâneo a partir do século XI, quando as rotas comerciais entre o Ocidente e o Oriente despontavam como opção estratégica para este tipo de comércio. Além do interesse das classes dominantes em mantê-los como sustentação econômica e financeira ao sistema feudal, houve o relevante estímulo oferecido pelos incentivos fiscais e pelas concessões e proteção do Estado aos mercadores tidos como honestos.

Assim como no continente europeu e nos mercados do Oriente, a origem das feiras livres no Brasil confunde-se com sua própria história.

Desde o período do Brasil Colônia, elas se multiplicaram, sendo a principal forma de comercializar a produção das pequenas propriedades familiares, assumindo importante papel, não apenas no abastecimento dos primeiros adensamentos humanos, mas como fundamental elemento que estrutura a própria organização social e econômica das populações.

Para Anjos *et al* (2005), a primeira estrutura de comercialização que se tem registro no Brasil, ocorreu em 1687, com a venda de produtos da terra no terreiro da Misericórdia em São Paulo.

Os autores destacam que, a partir deste período, as feiras se expandiram pelo território brasileiro abastecendo os aglomerados urbanos com todo tipo de

produtos agropecuários. Revelam também a importância do papel das feiras nos municípios do interior do país:

[...] nos pequenos municípios do interior brasileiro, sua presença reveste-se de uma importância transcendental, especialmente para os agricultores familiares, ao assumir a função de intermediar as trocas de bens, mercadorias e serviços, servindo também de palco em que opera a troca de saberes e onde se estabelece um elo de ligação entre o ambiente urbano e rural (ANJOS, et al, 2005, p.17).

Merecem destaque também as populares quitandas (mercado), presentes nas cidades brasileiras desde o início do período colonial, nas quais normalmente se vê uma aglomeração de negras que, acoradas ao ar livre, dispõem em seus tabuleiros produtos da pequena lavoura, da pesca e da indústria doméstica.

Inicialmente o que imperava era o escambo, com o intercâmbio de mercadorias intergrupos, ou pessoas que detinham excedentes de um determinado produto e necessidade de outros que eram incapazes de produzir.

O processo de territorialização destas modalidades populares de comércio vem de muitas décadas de uma urbanização acelerada que se baseou em muitos aspectos daquele modelo colonial.

Um quadro de baixa oferta de empregos, trouxe às cidades diferentes formas de comportamento territorial na luta cotidiana pela sobrevivência, de forma tal que a presença numerosa de negros, e posteriormente de imigrantes estrangeiros, oportunizou um vasto universo de territorialidades populares.

Desta forma, o surgimento das feiras foi uma alternativa natural, no qual era possível concentrar em um só espaço todos os produtos disponíveis à negociação e onde vários interesses podiam ser atendidos.

Mesmo hoje, em plena sociedade da informação e da economia globalizada, as feiras persistem como um traço sócio cultural que identifica regiões e realidades muito distantes.

Multiplicaram-se os mercados cobertos, iniciativa remonta a 1870, mas somente mais tarde ganhou efetivo incentivo governamental, incluindo a doação de terrenos públicos para construção e exploração por empresas privadas. Tais medidas representam não apenas a possibilidade maior de fiscalização pública e controle das atividades varejistas agora confinadas a edifícios, mas, um passo no sentido de superar e remover da paisagem o passado escravista-colonial.

As feiras livres já sentem a pressão da economia globalizada e da competitividade acirrada ficando em segundo plano do convívio comercial, tendo em vista a atuação das grandes redes de super e hipermercados, que atendem a quase todas as necessidades de consumo cotidiano dos seres humanos modernos.

Com o objetivo de autoproteção, a maioria das feiras vem atuando para segmentos diferenciados, além de sua abordagem econômica, elas continuam atuando como ponto de encontro entre compradores e vendedores em espaços populares de entretenimento.

No caso de Pato Branco, há uma feira de hortifrutigranjeiros, a Feira do Produtor, mantida pela Afepato (Associação de Feirantes de Pato Branco), que atualmente funciona em duas manhãs por semana, às quartas-feiras e aos sábados. Localizada em um espaço urbano precariamente adaptado para a comercialização dos mais variados produtos coloniais produzidos nos estabelecimentos rurais citados. No início deste estudo, havia também a Feira da Asporg (Associação de Produtores Orgânicos e Coloniais), em funcionamento há dois anos. Esta última funcionava em um estabelecimento comercial, a apenas uma quadra da feira da Afepato, às quartas-feiras à tarde e aos sábados e domingos pela manhã. Depois de enfrentar problemas com a baixa procura e com os altos custos de manutenção do local, dos nove associados da Asporg, seis fizeram um acordo com os associados

da Afepato e voltaram no mês de fevereiro, a comercializar seus produtos em espaço conjunto.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 22 de janeiro de 2007, conforme apresenta o registro na figura 3, os associados de ambas as associações estabeleceram as novas normas de convivência e concordaram em seguir as determinações da Afepato. Desta forma, convencionou-se que, a partir daquela data, os seis associados da Asporg abdicariam aos seus direitos de voz e voto nas futuras decisões.



Figura 3 – Registro da Assembléia Extraordinária que definiu pela volta dos produtores associados a Asporg para o espaço de Feira da Afepato.
Fonte: Coletânea pessoal da autora

Fazem parte do rol de produtos comercializados os mais variados hortifrutigranjeiros; hortaliças, feijão, milho verde, soja orgânica, frutas da estação, ovos, queijo, manteiga, mel e seus derivados. Além de produtos manipulados como

vinagre, melado de cana de açúcar, açúcar mascavo, pão caseiro, broa de milho e massas caseiras. Somam-se ainda as flores silvestres e as ervas medicinais tradicionalmente incorporadas à cultura local.

Sob este cenário busca-se descobrir quais as “forças” que emanam deste espaço formado predominantemente por agricultores familiares que vêm se mantendo no campo, comercializando produtos cultivados de forma convencional ou orgânica, vendidos *in natura* ou transformados.

Visando uma maior inteiração com o objeto de pesquisa e seus atores, foram realizadas entrevistas exploratórias de sondagem. Com a elaboração de questionários semi-estruturados foi possível interagir com os presidentes e fundadores das associações e coletar dados importantes sobre a história destas organizações.

Na pesquisa exploratória, os agricultores foram tácitos ao afirmar seu interesse em comercializar sua produção na feira e o quanto esta renda é significativa para a economia familiar. Revelaram também a satisfação pelo comércio e pela interação com a comunidade.

Já nos contatos iniciais, alguns relatos de como ocorreu o processo de efetivação dos grupos em associação, suas dificuldades e expectativas de adaptação ao mercado local desenhavam toda uma rede de relações que envolvem estas organizações.

Na busca pela reconstrução histórica dos grupos foram encontrados inúmeros fatores que interferem nas relações cotidianas dos grupos. Desde o convívio em grupo, a solidariedade e o companheirismo, até as posturas competitivas e individualistas que só aumentam a tensão entre os associados, culminando na desarticulação do grupo e em perdas de representatividade.

A intenção foi averiguar as redes de colaboração externas e a interligação da associação em estudo com as outras associações que partilham dos mesmos princípios e que possuam membros comuns. Este estudo valeu-se especialmente do exemplo vivenciado pela Aprovida.

Segundo contribuições de membros participantes dos processos de criação e manutenção destas associações, a capacitação dos primeiros agricultores para o cultivo orgânico, aproximadamente doze pessoas, tinha por finalidade estimular a produção de plantas medicinais para atender às expectativas de um projeto de iniciativa da Secretaria Municipal de Agricultura em parceria com o Sebrae-PR e o Instituto Maytenus.

A partir destes fatos, construía-se a história das associações, alicerçadas nos princípios da união de forças individuais, mas com objetivos externos aos grupos e expectativas pré-estabelecidas pelos órgãos de fomento. Ou seja, mais uma vez a disponibilidade de verbas públicas estimulava a elaboração de projetos que desenvolvessem a aplicação de novas modalidades de cultivo. Para tanto, havia a necessidade de atuar em várias frentes. A primeira opção foi pela capacitação técnica dos agricultores onde havia a possibilidade de potencializar ações futuras que desencadeassem novas oportunidades de incrementar a rede de ações.

“Ora; eles pintavam pra nós um futuro brilhante! O mercado só vai comprar produto orgânico. O preço chega a ser três vezes maior e quem não tivé no cultivo orgânico não vai vendê!” (M.M.C, homem, 42 anos).

Segundo, o relato de um agricultor associado a Aprovida, já durante a formação técnica, no ano de 2001, os agricultores capacitados pelo projeto “sentiram a necessidade” da criação da associação para potencializar as suas futuras ações comerciais. Naquele momento, o grupo entusiasmado pelas perspectivas da

conquista de espaço no mercado local e regional, reunia-se com freqüência, acompanhados por representantes do Instituto Maytenus e Secretaria Municipal da Agricultura. Em 2003, oficializaram a Aprovida e passaram a atuar como organização representativa junto aos órgãos oficiais instituídos.

Uma das preocupações manifestadas pelos agricultores entrevistados foi quanto ao futuro da Aprovida e das demais associações locais de agricultores familiares que, face às dificuldades cada vez mais freqüentes especialmente aquelas relacionadas aos conflitos internos dos grupos, encontram-se enfraquecidas e desestimuladas.

Diante destas preocupações foi possível desvelar um quadro comum entre as associações; os relatos afirmam que enquanto os associados participam dos encontros de formação há motivação e perspectivas otimistas que acabam se enfraquecendo nas situações de convívio coletivo onde não há a participação dos apoiadores.

Contribuem para esta situação outros fatores como a tentativa de obter vantagens individuais já que as associações normalmente se efetivam como formas legais de concorrência a financiamentos públicos ou para o rateio de despesas que seriam significativas se computadas individualmente.

Estes fatos, aliados à constatação de que a essência de formação dos grupos historicamente em nada lembra o espírito cooperativo ou de luta representativa dos trabalhadores da agricultura familiar, ou ainda, que não são iniciativas próprias ou de necessidades percebidas no trato com a realidade local, intensificam as disputas e conflitos internos e incrementam o apego ao assistencialismo público:

“O posicionamento intransigente de alguns associados que tendem a agir individualmente já causou muitos transtornos. Muitas coisas que a gente conseguiu nos últimos anos se apagaram por causa das ações isoladas e

equivocadas de associados imprudentes e intensamente apegados ao capital. Nós só não conseguimos mais porque estes fatos deixaram de ser internos e ganharam espaço na comunidade, vindo inclusive a denegrir a imagem das associações” (P.P.S, homem, 41 anos).

Estes e outros relatos demonstram que as tentativas de se criarem grupos conscientes e engajados em lutas coletivas com espírito de classe e representatividade não têm surtido o efeito esperado. Especialmente porque estes são comportamentos construídos a partir de experiências de vida, de princípios ideológicos e culturais, estimulados pela prática social ativa e crítica e os exemplos vivenciados em Pato Branco revelam que esta não parece ser a intenção nem dos incentivadores ou apoiadores reconhecidos pelos grupos, nem mesmo da maioria dos associados envolvidos.

Sob este aspecto, é possível destacar que há significativa dependência ao papel de apoiadores ou parceiros; que lhes indiquem um caminho a seguir. Nas entrevistas realizadas este apego é tácito e representado por comportamentos que revelam uma zona de conforto estabelecida por posturas de execução. A satisfação da maioria aparece quando há o papel de quem planeja e decide para que os demais possam assumir confortavelmente o papel daqueles que executam e criticam. Sua participação passa a ser entendida e percebida pelo pagamento das mensalidades de manutenção da feira.

“[...] parece que é uma cultura de dependência ao que é público e de dar forte credibilidade pra quem é de fora. Se você é agricultor como eu, não vale! Não sabe nada!”. (P.P.S, homem, 41 anos)

A necessidade constante de aumentar o número de membros para ratear os custos também é discurso comum nas associações de Pato Branco. Em entrevista com representante da Aprovida apurou-se que o custo da certificação que é pleiteada junto ao IBD (Instituto Biodinâmico de Demeter) é significativo para quem

pretende pleitear individualmente. No ano de 2005, treze agricultores associados à Aprovida ratearam as despesas com a taxa de certificação que foi de CR\$ 1.514,00, somaram-se a esta, as despesas com a visita do inspetor responsável.

Este é um dado considerável revelador da tendência à filiação em organizações maiores como já ocorre com a Aprosudoeste (Associação de Produtores Orgânicos do Sudoeste do Paraná) que tem maior representatividade regional e conta com um número muito maior de produtores estendendo-se a cinco municípios.

Assim como os incentivos financeiros, ou aqueles de infra-estrutura, também as limitações econômicas despontam com ponto de referência para o efetivo envolvimento coletivo. As contribuições obtidas pelas entrevistas mostram que o interesse pela prática associativa está fortemente condicionado ao apelo financeiro estabelecido, assim como os benefícios individuais obtidos a partir do seu envolvimento.

A maioria dos associados demonstra uma cultura servil, de resignação e vários traços comportamentais que apontam para sua precária prática na participação social. Posturas contidas, aliadas aos frágeis interesses coletivos que emanam destes associados, e contribuem para aumentar seu apego ao capital e à propriedade e tendem a enfraquecer ainda mais as ações representativas.

1.3.1 Associação dos Produtores Orgânicos e Coloniais – Asporg

Em entrevista semi-estruturada, com o presidente da Asporg, recriaram-se os caminhos percorridos até a efetivação desta associação. Um casal de agricultores que dividiu a tarefa de implantação da nova feira também contribuiu com seu relato.

A entrevista que aconteceu no dia 16 de agosto de 2006, na própria sede da feira, foi gravada, transcrita e aprovada pelos agricultores.

Inicialmente os entrevistados contaram que eram associados e feirantes da Afepato e que seu principal objetivo foi criar um espaço próprio para comercializar os produtos já diferenciados pelo cultivo orgânico. Outro fator de significativa influência foi o precário relacionamento que mantinham na antiga associação (Afepato). A partir daí, surgiu a idéia de uma feira somente para produtos de origem orgânica, fato que, para estes feirantes com experiência de mais de oito anos, surgiu no convívio na Aproveida, onde são associados e desenvolveram as técnicas de plantio orgânico e aprimoraram suas habilidades comerciais.

A partir da participação nos cursos de capacitação técnica, houve a transformação assistida das propriedades para o cultivo orgânico que começou no ano 2000.

Em meio aos relatos destacam-se fatos significativos como o apoio técnico oferecido pelo Instituto Maytenus e os dados apresentados pelo Sebrae-PR que, segundo os entrevistados, foram decisivos em sua opção pela prática do cultivo orgânico.

Entretanto, foi a perspectiva de uma maior rentabilidade e o fato de que seriam os primeiros a ingressar no mercado local com um produto diferenciado, a um preço substancialmente maior, que os levou a “experimentar” o cultivo orgânico.

Sob este aspecto é importante ressaltar que o principal estímulo desencadeador de todo o processo associativo posterior foi novamente o financeiro, o que não deixou de fazer com que os agricultores entrevistados percebessem as transformações efetivas em seu modo de vida. Revelaram mudanças nos próprios

hábitos alimentares, em sua saúde física, no envolvimento com o trabalho e o mais interessante; conhecem o perfil do cliente:

“Já não gastávamos com farmácia e veneno e passamos a comer melhor também. Tudo mudô! [...] até os nossos fregueses, quanto mais esclarecidos, mais procuram os produtos orgânicos!”

A partir das suas experiências foram convidados a divulgar sua prática e os produtos orgânicos então produzidos, o que se intensificou em 2002 na feira do comércio e da indústria, imprensa local, palestras e festas de bairros no município, que contribuíram para o aumento das vendas e permanência definitiva de seus adeptos. Os agricultores entrevistados relatam também que houve o contato com outras experiências com produtos orgânicos dentro e fora do Estado, além de cursos de capacitação oportunizados pelo Instituto Maytenus e pela Secretaria Municipal da Agricultura.

As contribuições destes agricultores para o estudo demonstraram as dificuldades e inseguranças que iam desde a assistência técnica até o excesso de trabalho exigido pela prática orgânica. Histórias, tanto da transformação das propriedades como dos conflitos ocorridos na Afepato, onde dividiam espaço para a comercialização dos produtos cultivados de forma convencional e orgânica.

Ainda segundo os próprios entrevistados, o processo de criação e formalização da Asporg foi desgastante; documentos, autorizações e prazos, tomaram quase dois anos dos envolvidos. Foi o auxílio dos apoiadores, que segundo os entrevistados, fez a diferença, entre estes apontaram a Prefeitura Municipal através da Secretaria da Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Emater/PR.

Em agosto de 2006, eram nove os produtores feirantes associados da Asporg que haviam submetido à avaliação e controle de qualidade todas as etapas da sua produção, exibindo o selo de garantia Aproveida em seus produtos. Durante todo o processo foi a Aproveida a responsável pelo treinamento em manejo do solo, compostagem seleção das sementes, rotação de culturas, fiscalização rigorosa de todo o processo e a concessão do selo de garantia.

Após a criação e o registro da Asporg, intensificaram as buscas por um local adequado à comercialização, amplo e central que facilitasse o acesso ao público. Esta etapa do processo envolveu empenho pessoal e destinação de recursos financeiros próprios; os maiores entraves foram o consenso entre os demais membros que, receosos em investir, preferiam buscar auxílio público.

Após inúmeras tentativas de parceria junto à Prefeitura Municipal, no final de 2005 conseguiram sob a forma de concessão por 20 anos parte de um terreno desapropriado, partindo novamente para o planejamento financeiro e arquitetônico de sua sede.

Os agricultores contam que, com a posse da atual gestão, eles foram novamente contatados pela Prefeitura Municipal que pretendia utilizar o terreno cedido para um novo empreendimento, reiniciaram o período de exaustivas negociações que culminaram com a devolução do comodato ao município, restando-lhes a promessa de um espaço público definitivo e apropriado à comercialização dos produtos.

A partir daí, a Prefeitura Municipal comprometeu-se com o auxílio financeiro parcial para a aquisição das bancadas de exposição dos produtos, reforma da atual sede, além de cinquenta por cento do valor da locação do imóvel até a

disponibilidade de um local definitivo. E assim o fez, conforme pode ser apreciado em vista parcial das instalações da feira da Asporg na figura 4, disposta abaixo.

Os entrevistados destacam a experiência obtida com todo este processo, a coragem de mudar e enfrentar as muitas dificuldades e revelam que o principal desafio está em aprender a lidar com as diferenças e com os conflitos internos.

Porém, continuam depositando sob o poder público a esperança de que o projeto que leva as feiras novamente às ruas, possa reduzir os custos de manutenção e ampliar as vendas.



Figura 4 - Vista parcial interna da Feira da Asporg (extinta em janeiro de 2007)
Fonte: Coletânea pessoal da autora.

1.3.2 A Associação de Produtores Feirantes de Pato Branco – Afepato

A mesma modalidade de entrevista foi realizada com o presidente da Afepato que reconstruiu os principais episódios da Feira dos Produtores de Pato Branco.

Segundo relatos do atual presidente da Afepato e de outros fundadores, tudo começou há mais de 30 anos, sendo que a feira já atuou em pelo menos cinco espaços diferentes. Remontam este período da feira às dificuldades típicas da exposição dos produtos na rua; especialmente o clima o transporte e a acomodação das mercadorias. Como compensação a estes fatores havia um movimento maior e custos de manutenção baixíssimos que potencializavam os lucros.

Muitos associados conhecem bem esta realidade e as pessoas envolvidas, alguns aprenderam com seus pais, outros fazendo, experimentando. Dentre os atuais associados há pelo menos seis que vivenciaram todo o processo iniciado a partir de um projeto de incentivo ao cultivo de hortas, idealizado por professores das escolas rurais (o presidente não soube dizer qual foi à instituição promotora) culminando na vinda dos agricultores à cidade para comercializar a produção, isso no início da década de 70.

“Esta feira durou aproximadamente dois anos, daí por falta de incentivo da prefeitura, de apoio ao produtor e com as dificuldades de manutenção que inviabilizaram sua continuação na época, voltamos anos depois e estamos aqui até hoje”. (G.A)

No início, 15 agricultores interessados em vender na cidade a produção excedente das propriedades, saíam pelo interior do município em busca de outros agricultores que desejassem unir-se a eles.

Um dos entrevistados lembra que as vendas eram muito vantajosas e que tudo o que traziam das propriedades era rapidamente vendido:

“Hoje tá muito decadente o comércio, não sei se é o local, o atendimento, ou o que está acontecendo. Era tudo muito diferente do que é hoje! Na época que nós tava na rua, nós trazia carga de mercadoria. Hoje não é mais assim”. (B.M)

Um dado importante desta contextualização é o fato de que a sugestão de se oficializar a feira na forma de associação, não surgiu do interesse do grupo, mas do incentivo de um funcionário da Emater/PR, que se encarregou de preparar os agricultores, reunir a documentação e completar o processo:

“Não sabemos nada como foi feito só ele, o seu Zé, é que sabe!”. (B.M)

Em busca de maiores informações junto ao referido funcionário da Emater/PR que teria contribuído para a legalização da Afepato, constatou-se que este senhor encontrava-se em tratamento médico não sendo possível contar com seus relatos.

Sendo assim, o único registro oficial da criação da Afepato, é uma ata que data de 1983, conforme documento apresentado pelo atual presidente.



Figura 5 -Vista Externa da Feira do Produtor – Sede da Afepato
Fonte: Coletânea pessoal da autora

Deste modo, constatou-se que tanto a idealização da própria feira, surgida antes da associação, quanto a posterior necessidade de uma maior representatividade para o grupo, foram desencadeadas pela interferência de apoiadores, ou terceiros.

A partir destes fatos, é possível perceber que a “construção” da Afepato não surgiu exatamente de uma base ideológica própria, sendo que as percepções dos associados e o significado por eles instituído à associação são secundárias a sua necessidade econômica.

No decorrer desses vinte e três anos de existência a Afepato contou com a participação de mais de 10 mandatos de diretorias eleitas pelos associados. Inicialmente todos os associados eram candidatos, os cargos da diretoria eram distribuídos entre os associados eleitos com o maior número de votos; o mais votado era o presidente e assim sucessivamente. Este processo eletivo mudou a partir da aprovação do estatuto, que estabelece eleições por inscrição de chapas.

Muitos membros que atuam na diretoria da Afepato permutam funções há vários anos, como é o exemplo do seu presidente que está na diretoria da associação há mais de doze anos, há cinco anos como presidente, por força de mudança de estatuto que acabou mantendo-o por mais tempo do que o previsto.

Dentre os membros da diretoria ouvidos pela pesquisa, há referências ao orgulho pelas amizades e pelo companheirismo, mas há também relatos de maus momentos vivenciados que vão desde as divergências de opinião até crises de relacionamento que marcaram a ruptura entre associados.

No caso específico do presidente, existe a integração pessoal em vários movimentos sociais e políticos do município o que, segundo ele, o “capacita para exercer a função de presidente da associação”. (G.A)

Segundo a percepção do presidente da Afepato, que foi averiguada nas entrevistas, os feirantes estariam satisfeitos com o atual movimento na feira que é a principal fonte de renda da maioria dos associados.

“Aqui são trinta e seis expositores, pequenos produtores familiares, a maior propriedade não chega a 8 alqueires e a área de cultivo é ainda menor pois a maioria já não pode contar com a ajuda dos filhos que buscaram seu sustento na cidade. Mesmo assim muitos ganham um bom dinheirinho e estão contentes!” (G.A)

Quanto à dinâmica do funcionamento financeiro, comercial e administrativo da associação, explica o seu presidente que as despesas são rateadas entre os associados e que a contabilidade é feita por uma funcionária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pato Branco.

A associação não possui qualquer parceria ou vínculo financeiro com instituições de apoio sendo as despesas, inclusive as de maior vulto como: o aluguel, a água, a luz e o IPTU, compartilhadas, compreendendo um valor médio mensal de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por associado. As despesas excedentes são também divididas e inclusas neste valor. Pode-se observar abaixo (figura 6) uma vista parcial do espaço interno da feira da Afepato, localizada em imóvel locado pela associação, com inúmeros problemas de manutenção.



Figura 6 - Vista parcial interna da Feira da Afepato.

Para os momentos de intercâmbio de idéias e sugestões, o presidente lembrou que na Afepato não há um calendário fixo, sendo que as reuniões são convocadas sempre que a diretoria julga necessário. Ele considera ainda o grupo como “muito participativo”, chegando a índices de presença nas reuniões de 95%. Sobre o seu relacionamento com todos os associados, diz ser cordial e receptivo:

“Aqui tem liberdade total dentro do espaço de exposição dos produtos que é de oito metros quadrados. O cultivo, a escolha, a classificação dos produtos e o preço de venda são de responsabilidade dos associados.” (G. A)

A percepção dos associados sobre estes e outros fatores ligados à dinâmica da comercialização e ao relacionamento interno do grupo, serão abordados no capítulo III deste estudo, amparados pelos relatos dos próprios associados colhidos na pesquisa de campo.

CAPÍTULO II

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ASSOCIATIVISMO UM NOVO DESAFIO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 Concepções sobre as Representações Sociais

Dentre as bases teóricas que encorpam este estudo estão os questionamentos acerca das representações sociais e sua influência sobre as percepções e significados que os sujeitos exprimem a respeito de suas experiências com o associativismo.

Desta forma, os conceitos de representações sociais que melhor expressam nossa intenção de análise são apresentados inicialmente por Spink (1996) e Minayo (2000):

O denominador é que este tipo de conhecimento é um conjunto de crenças, imagens, metáforas e símbolos compartilhados coletivamente por um grupo, uma comunidade, sociedade ou cultura. (SPINK, 1996, p.175).

Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção anterior ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais são definidas como categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a (MINAYO, 2000, p. 158).

Sob estas configurações é possível afirmar que as representações sociais são formas de conhecimento, elaboradas e compartilhadas pelas idéias, imagens e concepções a respeito da visão de mundo que os atores sociais possuem sobre a sua realidade comum.

Qualquer que seja o conceito de representação social está sempre ligado a diversos elementos, pois é dinâmico, possui uma dimensão histórica transformadora que congrega aspectos ideológicos nas dimensões: cultural, cognitiva e valorativa. Está presente nas mentes das pessoas, constituindo-se na realidade tanto dos sujeitos como dos objetos, carregando sempre um sentido simbólico.

Segundo Minayo (2000) as representações sociais se manifestam nas condutas, podendo inclusive ser institucionalizadas como é o caso do associativismo, que é onde podemos e devemos analisá-las a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais adquiridos.

Para Spink (1994), as representações sociais são formas de conhecimento prático e estão mais inseridas nas correntes que estudam o senso comum, induzindo a uma nova perspectiva que amplia o conhecimento do objeto de estudo para além das fronteiras da ciência, passando a contemplar o conhecimento do homem comum. Para esta autora, as mudanças de perspectivas das teorias do conhecimento tiveram um papel fundamental na elaboração do conceito das representações sociais, liberando o poder de criação dos conhecimentos práticos e de senso comum.

Neste sentido, o estudo das representações sociais de um dado indivíduo ou grupo devem “articular os elementos afetivos, mentais, sociais e integrar a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam a transformação da realidade material e social sobre a qual se intervém” (SPINK, 1994).

A afirmação de Guareschi (1994) contribui para esta discussão, no ponto em que considera que “o conceito de representação social deveria abranger as dimensões: cultural e cognitiva, ou seja, a dimensão dos meios de comunicação e das mentes das pessoas, de forma objetiva e subjetiva”.

O autor apresenta uma analogia de Sperber (1985) que propunha que os psicólogos e antropólogos trabalhassem juntos para estudar o que chamou de “epidemia das representações”, segundo a qual, “a mente humana é suscetível às representações culturais, do mesmo modo que o organismo humano é suscetível às doenças” (GUARESCHI, 1994, p.195).

Nesta analogia o autor quer mostrar que algumas representações se transmitem vagarosamente por gerações; é o que normalmente se chama de tradição, enquanto outras, que são típicas das culturas modernas, se espalham rapidamente pela população, mas possuem um curto período de vida e comumente chama-se moda.

Como sabemos o processo de elaboração das representações sociais acontece sob a égide de que o indivíduo é um sujeito social. Está imerso em uma sociedade moderna muito mais dinâmica e fluida, vive dentro de um contexto, com situação cultural definida tendo uma história individual e social. Então, não somos indivíduos isolados e por tanto, respondemos às manifestações de tendências do grupo ao qual pertencemos ou participamos.

Desta forma, Spink (1994) lembra que, quando o indivíduo atribui certos comportamentos à outra pessoa, a explicação vem das idéias que ele tem da realidade:

“É essa idéia que governa nossas percepções e interferências construídas a partir delas, junto com nossas relações sociais. E quando respondemos à pergunta “por quê?”, começamos de uma representação social, ou de um contexto geral para o qual fomos levados, a fim de dar essa resposta” (SPINK, 1994. p.197).

Minayo (2000) estabelece um intercâmbio teórico sobre o tema relacionando as idéias de Marx, Durkheim e Weber. A autora lembra que os autores coincidem em muitos pontos, porém suas divergências são fundamentais.

Segundo Minayo (2000) é a Escola Marxista, que coloca a ideologia, as idéias, o pensamento e a consciência, como resultado das representações sociais sob a base material.

Em seus estudos, Marx introduz a condição de classe como elemento de disputa e contradições entre o lugar de produção e a condição social. Para ele as representações sociais refletem os interesses da condição de subordinação ou de dominação, estando assim vinculadas à prática social, onde os homens são produtores de suas representações, porém condicionados a determinado envolvimento com as forças produtivas. Sobre a “visão de mundo”, admite, como Durkheim, que os valores e crenças exercem um poder coercitivo sobre as “massas”, mas insiste que é no caráter de classe das representações e no seu papel de luta estabelecido no modo de produção que se determina o campo ideológico.

Enquanto para Marx, a consciência emana-se das relações sociais contraditórias (...) “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” ou ainda (...) “A consciência jamais pode ser outra coisa que o homem consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX, 1984, p.43-44), para Durkheim a sociedade é a “síntese das consciências”, demonstra isso quando afirma sobre religião:

É preciso guardar-se de ver na teoria das representações um simples rejuvenescimento do materialismo histórico. Não pretendemos dizer, mostrando na religião uma coisa essencialmente social, que ele se limita a traduzir, em uma outra linguagem, as formas materiais da sociedade e suas necessidades imediatas e vitais. A consciência coletiva é uma síntese *sui generis* das consciências particulares. Esta síntese tem por efeito produzir todo um mundo de sentimentos, de idéias, de imagens, que uma vez nascidos obedecem às leis que lhes são próprias (DURKHEIM, 1983, p.227 apud MINAYO. 2000).

Nesta mesma obra, Durkheim propõe o estudo do pensamento coletivo tanto na sua forma quanto no conteúdo, sendo que apenas por serem coletivas as representações sociais já representam garantias de objetividade, pois elas já contêm verdades que é preciso descobrir. A respeito da “visão de mundo”, este autor defende que as representações sociais exercem coerção sobre os indivíduos e a sociedade, é desta forma que se estabelece a “síntese das consciências”.

Weber (1985), por sua vez contribui quando aborda a necessidade de concepções de mundo abrangentes para que uma sociedade se mantenha; para ele, as representações e idéias têm dinâmicas próprias e podem ter tanta importância quanto à base material. Sobre a “visão de mundo”, diz que os indivíduos são portadores de valores e de cultura que informam a ação social dos grupos.

Minayo (2000) explica ainda que, para estes autores, é no plano individual que as representações sociais se expressam; para Marx os sujeitos históricos são portadores de uma forma de relações sociais, políticas e econômicas. Durkheim chama a atenção para a tendência das idéias coletivas se individualizarem nos sujeitos e passarem a uma fonte autônoma de ação. Enquanto Weber vê o sujeito como portador de cultura e valores socialmente dados, uma “constelação singular” capaz de informar sobre a ação social de seu grupo, sendo que o limite de sua informação é o seu próprio valor.

Enquanto os autores clássicos discutem a essência fenomenológica nas ciências sociais, Schutz (1979) contribui com questões relativas à operacionalização da pesquisa social qualitativa; para ele, tanto o conhecimento científico quanto o senso comum envolvem o conjunto de abstrações, formalizações e generalizações que o sujeito constrói e interpreta a partir do mundo do dia-a-dia.

Valemo-nos das contribuições de Schutz (1979) para qualificar nossas intenções metodológicas na aplicação e análise dos dados coletados na pesquisa a campo. Suas idéias centrais insurgem no fato de que a existência cotidiana é dotada de significados e portadora de estruturas de relevância para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto, exatamente como propõe nosso objetivo central de investigação.

Para este autor, a compreensão do mundo se dá a partir de um estoque de experiências pessoais e também das experiências de seus companheiros, anteriores ou sucessores. O autor diferencia os termos experiência e conhecimento:

“A primeira pode ser comum a um grande número de pessoas ao mesmo tempo. O segundo é individual: consiste na elaboração interior, subjetiva e intersubjetiva” (SCHUTZ. 1973 apud Minayo. 2000, p. 164).

Entender o mundo no seu dia-a-dia é o grande desafio dos pesquisadores das ciências sociais, perceber que os significados instituídos pelas ações humanas são passíveis de serem entendidos e interpretados transforma todo o empenho em satisfação.

Neste sentido, reportamo-nos novamente a Minayo (2000) que apresenta o teorema clássico de W. J. Thomas (1963, p. 196), segundo o qual “se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas conseqüências”, segundo a autora esta citação resume claramente o pensamento fenomenológico aqui relatado e acrescenta:

Os homens respondem não apenas aos aspectos físicos de uma situação, mas também e por vezes, primariamente ao sentido que esta situação tem para eles. Uma vez que eles atribuem algum sentido à situação, o seu comportamento subsequente e algumas conseqüências deste comportamento são determinadas por este sentido anteriormente atribuído “(THOMAS, 1963, p197, apud Minayo. 2000, p. 165).

A partir da concepção de uma interação real entre sujeito e objeto, a possibilidade de desvelar uma realidade concreta através da rica contribuição dos indivíduos que a compõem, remete-nos a uma análise muito mais aprimorada destas experiências e conhecimento construídos historicamente e que revelam as representações sociais que permeiam as percepções e significados atribuídos ao associativismo.

2.2 Participação: uma prática cultural

As discussões acerca da coletivização no que concerne à organização do trabalho no processo associativo são revitalizadas a partir da participação popular, tentando estabelecer novos vínculos nas relações de trabalho alicerçados nos princípios da democracia e da solidariedade.

O princípio da solidariedade, por exemplo, pode ser colocado como opção para fazer frente ao paradigma neoliberal, com o qual convivemos de forma compulsória, e cujo papel crítico nessa luta está nas mãos dos movimentos sociais.

Neste sentido, Rocha (2002) explica que os mecanismos de ação recíproca entre cidadãos livres poderão constituir uma via para romper com a hegemonia neoliberal, contrapondo-se a mercantilização do homem imposto pelo neoliberalismo, e estabelecendo um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil.

Sob este contexto, os projetos estanques, especialistas em “doar” ou “emprestar” alguns centavos às organizações coletivas, pleiteando usufruir de seus possíveis reflexos políticos, perdem o sentido. Além disto, são bem diferentes daqueles capazes de construir uma consciência de classe entre os trabalhadores ou

fomentar a cidadania de um povo para reivindicar políticas públicas estruturantes em várias esferas, como: educação qualificação e emprego de forma crítica e autônoma.

Alvarez et al (2001) em seu estudo sobre os movimentos sociais na América Latina, propõem um novo conceito do cultural para as pesquisas nesta área, muito mais amplo e diversificado.

Desta forma, o autor sugere a aproximação entre a cultura e a política, onde a “cultura passa a ser entendida como uma concepção de mundo, como conjunto de práticas sociais, considerando as relações de poder que estão embutidas nessas práticas”. (ALVAREZ, 2001 p. 17) Uma visão mais ampla onde a dimensão cultural contempla várias instituições e práticas que constituem múltiplos significados, valores e subjetividades:

[...] as demandas materiais dos movimentos sociais são, na prática, construções seletivas politicamente apresentadas, transmitidas em campos de relações sociais que também definem sua significação e defende uma conceituação alternativa que confrontaria as questões culturais (e interesses políticos) inscritas na construção de políticas materialistas, assim como preocupações materialistas (e interesses políticos) inscritas nos enquadramentos culturais da política. (ALVAREZ, 2001, p.20)

Apesar do envolvimento e o compromisso com amplitude dessas relações, no momento, cabe a este estudo referir-se às lutas em torno dos significados e representações, em que está politicamente em questão para os sujeitos sociais, é difícil de discernir, e talvez nem mesmo eles tenham condições de reconhecer.

Assim, voltamos a preocupação deste estudo para a discussão da prática associativa, voltada para um caminho seguro, que passa por avaliar ações integradas que poderiam construir uma economia que não prescindisse do mercado, ou que fomentasse no mercado uma economia com perspectivas de desenvolvimento amplo

das sociedades humanas, dentro do quadro que está nos é posto ou imposto, como propõem Rocha (2002)

A opção pela economia solidária constrói a democratização dos ganhos da produção, orienta a redução das taxas de desemprego e projeta a possibilidade de autogestão. Este tipo de organização incorpora os princípios cooperativos e busca elaborar uma saída democrática e participativa para a produção e prestação de serviços no modo de produção capitalista. A grande virtude desta estratégia é a possibilidade de se construir a consciência de classe dos trabalhadores na prática produtiva. (ROCHA. 2002)

Esta abordagem revela que a essência do associativismo e da economia solidária é a mesma e, com estas bases, os grandes colaboradores dos grupos poderiam ser os apoiadores e parceiros com formação profissional capaz de avaliar as dificuldades e potencialidades dos interessados numa ação associativa.

O trabalho de acompanhamento e aconselhamento aos associados poderia ser no sentido de inteirá-los às práticas de trabalho em grupo, participação, conflitos, auto-gestão e todas as demais atividades de uma organização cooperativa. Enfim, ações que diagnosticassem as condições dos trabalhadores sob a perspectiva da construção de sua cidadania. Uma possibilidade concreta de inserção do trabalhador no mercado alterando sua mobilidade social e, principalmente preparando-os para ações totalmente emancipadas e livres. (ROCHA. 2002)

Segundo Souza (1997), a única forma de transformar direitos em realidade é através da participação; ela pode assumir a forma de uma simples ação pessoal, ou pode organizar e motivar a formação de grupos e instituições.

Para o autor, somente através da ampla participação se pode lutar por igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade, os outros quatro princípios da democracia, que possibilitam neutralizar o autoritarismo freqüente em nossa sociedade. É através dela que se acaba com a desordem de um *status quo* injusto, que produz a marginalização.

A participação gera transformações em todos os níveis, sem exclusão prévia de nenhum grupo social, sem limitações que restrinjam o direito e o dever de cada pessoa tomar parte e se responsabilizar pelo que acontece em sua volta ou no planeta. Cada um passa a ser responsável tanto pelas questões locais, quanto pelas nacionais e internacionais e se sente partícipe do processo.

Desta forma, a participação consciente de todos é um poderoso instrumento frente aos compromissos de uma sociedade engajada, agente de transformação responsável pela valorização e igualdade entre seres humanos.

2.3 Agricultor Familiar: uma identidade cultural

É sob este contexto, que surgem as discussões sobre o associativismo, imersas na grande polêmica operacional, nas quais o que se procura retomar é a garantia à permanência no meio rural pelas famílias que dele tiram seu sustento e que possuem estreitos vínculos com sua propriedade, como forma de identidade territorial.

O conceito de agricultura familiar adotado neste estudo está respaldado nas análises de Wanderley (1999) cuja concepção atende à situação em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e assume o trabalho do estabelecimento produtivo. O que sistematicamente traz consequências fundamentais para o sistema econômico e social do ambiente onde está inserida: “Esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais” (WANDERLEY, 1999, p. 23).

Corrêa (2002) contribui quando apresenta a unidade familiar como “espaço de produção e de consumo, que abriga um conjunto de práticas e de relações sociais específicas” (CORRÊA, 2002, p. 131).

Para esta autora, a lógica de funcionamento das “unidades produtivas” é distinta, mas possui alguns elementos comuns: “trabalho, terra e família” que estão interligados.

Desta forma, reconhecemos que a particularidade da agricultura familiar está na relativa autonomia dada pelo caráter familiar de sua produção, uma vez que o grupo doméstico controla os meios de produção e o processo de trabalho, sendo ele ao mesmo tempo a unidade de produção e de consumo do estabelecimento.

Para Corrêa (2002), o agricultor familiar contemporâneo possui características diferentes do camponês, especialmente nos efeitos causados pela abertura do mundo rural ao modo de vida moderno. Atualmente, o agricultor familiar está integrado ao mercado de diversas formas e, portanto, sofre os efeitos diretos e indiretos da reprodução do capital:

Muito embora a produção permaneça familiar, as transformações tecnológicas associadas às mudanças de comportamento nas sociedades modernas, reflete-se na composição interna das famílias que, atualmente, são mais reduzidas e, no que diz respeito ao trabalho no estabelecimento, não há necessidade de envolver todos os membros na produção. Além disso, o consumo também sofre redefinição, ou seja, o agricultor participa da sociedade moderna e, por isso, aspira à conquista de todos os bens materiais e culturais disponíveis. (CORRÊA, 2002, p.113).

Assim, qualquer esforço na análise das percepções destes sujeitos da agricultura familiar do município em Pato Branco, deve-se observar não apenas às condições objetivas, mas especialmente aquelas subjetivas de existência, como as condições sócio culturais, valores e expectativas inerentes às suas identidades culturais individuais e coletivas.

O crescimento do número de organizações coletivas e da diversificação das atividades na prática agrícola, em várias regiões do país, proporcionou um acréscimo à renda do agricultor familiar oportunizando, por exemplo, o investimento na melhoria dos padrões das residências e no conforto oferecido à família ou outros mais específicos como à seleção de matéria prima para o artesanato, ou ainda à prestação de serviços de lazer ligado à natureza, ou mesmo ao turismo rural.

Schneider (2003) quando se refere a pluriatividade na agricultura familiar, explica que, entre os estudiosos das unidades familiares, há uma “controvérsia metodológica” decorrente do raciocínio dualista, tipológico e ordenador da heterogeneidade. Equívocos metodológicos que normalmente poderiam reduzir a compreensão e a explicação das formas sociais existentes no campo à mera contraposição de dois tipos de racionalidade: uma social caracterizada pelas unidades familiares, e a outra, econômica, consagrada à empresa capitalista.

O autor refere-se também à necessidade de se fazer uma análise não apenas condicionada ao papel da forma familiar de produção no processo de acumulação do capital, mas como tentativa de entender as transformações ocorridas no modo de vida das famílias, sua existência no interior de uma sociedade mais ampla.

Corrêa (2002) corrobora com esta afirmação ao comentar que a proximidade com o meio urbano, as facilidades de acesso e a universalização das necessidades de consumo contribuíram para agravar a questão da renda das famílias agricultoras levando-os a buscar o assalariamento temporário:

“O trabalho externo complementa o rendimento da unidade de produção e serve também, para suprir as necessidades do grupo familiar. Além disso, a maior parte 60% das unidades possui fontes de renda externas, originárias de atividades não agrícolas, como comércio, construção civil, trabalho doméstico, aposentadoria, profissões liberais. Tais estratégias são fundamentais para assegurar a reprodução familiar”. (CORRÊA, 2002, p. 131).

Cabe destacar que toda esta complexa relação conta com determinadas situações históricas, com as influências culturais, com sua dinâmica e com a reprodução estabelecida pela imersão deste núcleo no regime capitalista vigente. No caso dos agricultores familiares feirantes do município de Pato Branco a integração vem ocorrendo gradativamente, a maioria dos familiares que deixaram o campo para trabalhar ou estudar na cidade, não o faz de forma temporária, mas constante.

2.4 O Intercâmbio do Rural e do Urbano pela Agricultura Familiar

O homem do campo brasileiro, especialmente o agricultor familiar, aquele que soma as forças individuais dos membros de sua família para produzir e comercializar bens que oportunizem melhores condições de vida e trabalha coletivamente é, sem dúvida, um importante objeto de estudo para pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas, face o importante impacto que estes geram no desenvolvimento das regiões onde vivem.

Somam-se a estes fatores, ideais de um espaço de vida em que impere a cooperação e a solidariedade amparadas por ações criativas que elevem a auto-estima, potencializem a agricultura familiar como meio de preservação ambiental, social e econômica e, especialmente, viabilizem a permanência destas famílias onde elas melhor se identificam.

A literatura sobre os sujeitos desta história de exclusão apresenta inúmeros relatos de sofrimento, esperança e luta contínua de seguidas gerações que buscam a oportunidade da chamada subsistência, de alimentar-se a si e aos seus com a dignidade e o suor do seu trabalho.

As discussões sobre o papel da agricultura familiar para a economia local e nacional trouxeram novos enfoques especialmente às políticas públicas que valorizavam o sistema produtivista na agricultura, responsabilizando-as pelo grave problema de exclusão dos grupos sociais que acabaram marginalizados pelo processo.

Veiga (2001) explica que este fato trouxe como consequência uma “questão rural”, que faz necessária a inserção dos espaços e das populações rurais na dinâmica econômica e social moderna, assegurando a preservação dos recursos naturais como patrimônio de toda a sociedade. Para ele, são estes os termos do debate social que tem como foco à problemática do desenvolvimento territorial/local segundo três questões específicas: “a pobreza e a exclusão social, as políticas de desenvolvimento territorial e o lugar da agricultura e dos agricultores neste novo contexto”. (VEIGA, 2001, p. 113).

Especialmente sobre o lugar dos agricultores neste novo contexto, há um crescente número de estudos nas Ciências Sociais que versam sobre a reconstrução do rural como um modo de ocupação diferenciado, com qualidade de vida e de formação de novas identidades mostrando um esforço continuado para a criação de redes de colaboração que construam um rural mais forte.

São iniciativas que apontam experiências positivas em várias regiões do país tendo como principais características a influência da cultura local e os valores de confiança mútua, nas quais as forças individuais somadas transformam os sujeitos em cidadãos conscientes e capazes de produzir com maior lucratividade e eficiência, mostrando que é possível a transformação da realidade pesquisada.

Na região Sudoeste, despontam várias iniciativas de sucesso, a partir das organizações coletivas, especialmente no associativismo. O estudo de Kiyota (1999)

apresenta resultados significativos da experiência associativa através da produção orgânica, da comercialização e das parcerias que viabilizam escoamento da produção familiar no município de Capanema-PR.

Kiyota (1999) revela que as parcerias promovidas a partir da organização coletiva dos agricultores familiares na região oportunizaram a comercialização de produtos como a soja orgânica, feijão, trigo, milho e açúcar mascavo, em grande escala, no mercado interno e com expectativas de exportação. Além destes, preparava-se para a implantação de projeto de expansão, com a produção de maracujá e carnes orgânicas.

Esta tendência abre espaço para que recorramos às discussões sobre as alternativas para aquelas áreas aonde a agricultura vem perdendo seu lugar na economia e na vida social.

Um novo olhar sobre o meio rural com alternativas para o emprego e para a melhoria no modo de vida sob a forma de um pacto social, é proposto por Wanderley (2000), que define o espaço como um lugar integrado ao conjunto da sociedade e às relações internacionais. Um todo que se move em um espaço físico diferenciado e específico e não mais sob a ótica de espaço socialmente vazio.

Sob esta perspectiva, afirma a autora, que há a homogeneização espacial e social, com crescente perda das fronteiras entre os dois espaços. Não é mais possível estabelecer limites entre o espaço urbano, apresentado como fonte de progresso e dos valores dominantes, e o rural ao qual já se confere o *status* de lugar de vida e de trabalho, meio dinâmico onde se vê e se vive o mundo, até a pouco visto como pólo atrasado.

A autora explica ainda que, nesta relação de aproximação e integração entre os dois pólos, não há a destruição de suas particularidades e afirma não haver mais a possibilidade do fim do rural.

Um enfoque que permite a paridade social, nas quais as representações sociais dos espaços reiteram diferenças significativas que repercutem sobre as identidades, direitos e posições sociais. Fatos há muito almejados pela população rural que se identifica com as reivindicações da vida cotidiana de qualquer outro cidadão.

Sob este aspecto, o rural já se tornou um ator coletivo, inserido num campo ampliado de trocas sociais de revalorização dos espaços locais, onde sua capacidade de organização e pressão é estabelecida pelo impacto dos seus movimentos sociais.

Abramovay (2001, p. 02) define o espaço rural sob a afirmação: “é rural tudo o que escapa ao perímetro urbano de um município, conforme decreto da prefeitura”. O que confirma que, no Brasil, mesmo um pequeno acúmulo de casas e a oferta de alguns serviços básicos poderiam classificar uma área como “urbana” restando à área rural especificações imprecisas e variáveis dependendo do caráter residual e administrativo determinadas pelo poder municipal.

O autor continua: “o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades”. (2001, p. 08). No meio rural brasileiro aquilo que chamamos de “cidades” variam segundo diferentes definições, permitindo que se enxergue a existência das “cidades rurais”.

[...] se o meio rural fosse apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credenciaria, no máximo a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir – então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural. (ABRAMOVAY, 2001, p.9).

Quando se relaciona o espaço rural como um lugar de vida, observa-se nele os conceitos fundamentais de convivência, relacionamentos pessoais, práticas religiosas e culturais, lazer e trabalho.

Para Souza (1997) o espaço social é como uma dimensão material e objetiva, um produto de transformação da natureza pelo trabalho social, o autor afirma que o espaço é palco das relações sociais, que não é um espaço abstrato, mas concreto, geográfico e criado nos marcos de uma determinada sociedade:

(...) Como qualquer realidade social, o espaço não é uma entidade apenas objetiva; sua objetividade é lida (inter) subjetivamente, sua materialidade é dotada de significações específicas para cada indivíduo (subjetividade), mas que são também, em certa medida, compartilhadas por vários indivíduos (intersubjetividade). (SOUZA, 1997, p.23).

Enquanto para Ferreira (1999) o espaço rural possui particularidades que o identificam e denominam como tal, mas que, ao mesmo tempo, é expressão de todos os processos de integração, fluidez e crise que marcam o mundo contemporâneo.

Um enfoque que permite a paridade social, em que as representações sociais dos espaços reiteram diferenças significativas como a repercussão sobre as identidades, direitos e posições sociais. Fatos por tempos almejados pela população rural que se identifica com as reivindicações da vida cotidiana de qualquer outro cidadão.

As argumentações formuladas até o momento baseiam-se nas afirmações de que, nas sociedades modernas, reduziu às diferenças nas condições de vida dos habitantes do meio rural e das cidades. Esta paridade social tornou mais atrativa à vida no campo para muitos cidadãos que não renunciaram às vantagens e

facilidades do progresso urbano que beneficiaram também a qualidade de vida associada à vida rural.

Para Veiga (2001) a paridade real entre o urbano e o rural está longe de ser alcançada de forma homogênea, pois partes significativas do espaço rural correspondem freqüentemente, às zonas mais fragilizadas dos territórios e suas condições de inferioridade se intensificam no acesso desta população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais. Especialmente aos bens e serviços básicos, oferecidos pelas instituições públicas e que têm efeito direto sobre a vida das pessoas, gerando dificuldades para assegurar o funcionamento das instituições locais.

O autor refere-se ao estudo de Kayser, na França, no qual o “rural é ainda marcado pelo estigma da inferioridade secular onde, mesmo o meio rural próspero, faz parte dos fracos”. São segundo Veiga, questões que se repetem em território brasileiro onde a fraca densidade de população e de serviços, a baixa produtividade e a atividade ambiental de base são ameaçadas pelos seus próprios sucessos, a fragilidade é freqüentemente percebida como a consequência da distribuição desigual no espaço da riqueza de uma sociedade.

É oportuno observar que o mesmo autor destaca a existência de casos em que a organização dos habitantes do meio rural em torno de importantes movimentos sociais, contrários a algumas políticas, bem sucedidos em suas reivindicações de implantação ou manutenção de equipamentos coletivos no espaço local.

A reorientação nas políticas voltadas para o meio rural promovidas por países mais avançados deu origem a uma nova abordagem, do desenvolvimento territorial pressupondo o reconhecimento político da necessidade de integração aos

processos de desenvolvimento dos espaços e das populações, marginalizados ou excluídos, valorizando os recursos naturais, sociais e culturais de cada território.

2.5 O Desafio da Experiência Associativa na Agricultura Familiar

Um primeiro olhar sobre as práticas associativas em todo país, demonstram fragilidades ligadas especialmente à forma participativa de gestão e aos objetivos dos grupos, porém, na maioria dos casos revelam-se economicamente viáveis, pois ampliam as oportunidades de trabalho, de produção agrícola e de renda, mercê a limitação de políticas públicas que as estimulem.

Nos últimos anos, são inúmeras as discussões, projetos e ações desencadeadas por profissionais de diversos segmentos buscando consolidar planos estratégicos para o desenvolvimento regional, com base nas potencialidades locais de cada Estado brasileiro.

Neste aspecto, a segmentação de mercado e o incentivo a nichos específicos são exemplos de ações que propiciam resultados relevantes em várias áreas. Especificamente na agricultura familiar, cuja diversificação da produção é bastante significativa, e na qual a mecanização e a tecnologia intensificaram as ações de fomento ao agronegócio e, segundo o jornal Gazeta do Povo (2006), já é possível perceber resultados importantes, como o caso da exportação do açúcar mascavo produzido na região Oeste do Estado do Paraná.

Historicamente, os conceitos de associativismo convergem para o fato de que sua origem está no espírito humano de congregação, na vontade do homem de poder pertencer a uma organização que sirva de elo entre ele e a sociedade. A

ajuda mútua já praticada pelos povos mais antigos, como instinto de sobrevivência quando as tribos nômades dividiam as oportunidades e desafios da busca de alimento, abrigo e proteção contra predadores. Fatores que parecem escrever uma história um pouco diferente, na atualidade.

Tanto o associativismo como o cooperativismo tem suas raízes nas lutas travadas por trabalhadores desde a Revolução Industrial, inicialmente como forma de resistência à exploração do trabalho e, mais tarde, como exercício ativo da cidadania. Um espaço de conquistas, de liberdade e de transformação política, cultural, econômica e social em constante construção.

Assim é possível dar à palavra associar significados convergentes como: cooperar, trabalhar junto com outras pessoas para realizar, com sucesso, um mesmo objetivo, através da união, confiança e solidariedade. Também, é lugar comum estabelecer a uma associação o dever de ser criada para alcançar os objetivos do grupo, com direitos e deveres aos associados que, organizados, devem garantir um processo participativo, tendo como principal objetivo o permanente interesse do grupo. Agindo assim tendem a prosperar e atingir suas metas, a partir daí novos horizontes se estabelecem, impulsionando suas atividades.

Porém, é preciso salientar que algumas destas referências conceituais muitas vezes não ilustram a verdadeira face da experiência associativa.

Estudos científicos realizados em todo país, especialmente sob o tema da agricultura familiar, revelam inúmeras dificuldades e exemplos do sub-aproveitamento da concepção associativa neste meio.

Neste sentido, Ribeiro (1994) apresenta toda uma discussão a cerca do papel economista imposto às associações de agricultores familiares, desenvolvidas “[...]”

não apenas como simples alternativas de sobrevivência, mas principalmente como a representação de um valor cultural construído pela comunidade.” (RIBEIRO.1994)

Trata-se de um estudo que propõe reconstruir a possibilidade da experiência associativa como caminho aos processos autogestionados constituídos pela propriedade individual integrada à posse coletiva de uma iniciativa comum, desconstruindo em parte, a visão salvadora disseminada por alguns projetos produtivos de integração ou incentivos de assessorias que contribuíram para criar a ilusão de que basta a união de alguns homens e centavos para fazer a diferença.

Ribeiro (1994) revela que uma associação precisa ser entendida como marco cultural de uma caminhada construída com persistência e com uma proposta de transformação possível que, somada a outras reveladas pelo poder e pela riqueza da nossa sociedade através da participação democrática, possa apresentar uma realidade menos cruel e discriminatória: “A organização que a associação vai construindo, sem abrir mão de seus objetivos maiores, é a sua aventura no mundo, e permite a ela ousar e desvendar” (p.11)

Este autor discute a contribuição que as associações poderiam oferecer ao mundo contemporâneo numa dimensão mais do que social onde se contemplem as vantagens da propriedade individual ou familiar e que também se possa trabalhar conjuntamente pela posse coletiva dos meios de produção alcançando uma nova sociedade.

Neste sentido, é possível constatar que uma associação de agricultor familiar é muita coisa ao mesmo tempo, com combinações quase ilimitadas que vão desde uma iniciativa de educação e preparação para os jovens da comunidade até a cooperação no preparo da terra e beneficiamento dos produtos, ou simplesmente o local para uma boa conversa, onde são traçados planos para o futuro.

Discutir o associativismo na agricultura familiar nos projeta às determinações provocadas pela sua interação com o mercado e com o Estado e nos leva a centrar esforços no universo proposto: o pequeno produtor que busca escoar sua produção em feiras livres como opção de sobrevivência e podendo competir no cenário globalizado.

A construção de uma possibilidade de desenvolvimento que reverta, mesmo em parte, a condição de penúria em que se encontram os trabalhadores, no contexto das novas formas capitalistas, comandadas pelo neoliberalismo, é tarefa importante e deve ser estimulada, divulgada e ampliada. (ROCHA, 2002)

O cenário familiar indica que é necessário introduzir novas formas de organização da produção, oportunizando a inserção do segmento em mercados diferenciados. Isto só poderá concretizar com o apoio e comprometimento institucional em diferentes instâncias. (CORRÊA 2002.p.130)

Isto já seria possível se tivéssemos políticas públicas que permitissem, aos segmentos, gerarem alternativas de sobrevivência e a oportunidade de competir no mercado. Desta forma, para Corrêa (2002) os produtores familiares ampliariam seus vínculos com o mercado, comprando mais insumos e bens de consumo ou mesmo vendendo sua produção, a movimentação de pessoas sempre dinamiza a economia local e traz desenvolvimento em vários segmentos.

Assim como no estudo de Corrêa (2002), em município do interior de Santa Catarina, a realidade dos históricos impactos econômicos sofridos pela agricultura nacional, são notórios em Pato Branco que ilustra o mesmo dinamismo, apresentando reflexos imediatos das crises vivenciadas pela agricultura familiar em vários segmentos de sua economia.

Daí a importância do papel de um segmento organizado e produtivo como a agricultura familiar contar com o apoio de políticas públicas sérias e contínuas que

lhes assegurem oportunidade não só de trabalho, mas também de renda. Corrêa (2002) comenta o fato e destaca o papel que a agricultura familiar tem para a economia dos pequenos municípios:

[...] importante fonte de fornecimento de alimentos e matérias primas para o suprimento do mercado. Mas como se sabe, os mecanismos criados pelo estado para difundir a modernização tecnológica na agricultura, como, por exemplo, crédito rural subsidiado, garantia de preços, pesquisa de extensão rural, entre outros, não foram sustentados, provocando crise no setor agrícola. Se isso já não bastasse para criar dificuldades aos municípios que têm sua base econômica fundamentada na agricultura familiar, surgiram outros agravantes, como a abertura do mercado e o Plano Real. (CORRÊA, 2002, p.121)

Numa breve retrospectiva histórica é possível destacar a década de 80, como marco do surgimento do associativismo no Brasil, onde as associações passaram a ser um recurso precioso para a implantação de projetos de “desenvolvimento social”. Uma opção para formalizar a distribuição de benefícios e recursos públicos, funcionando como uma espécie de agência de governo. Um canal que garantia trânsito ativo entre governo e o agricultor familiar e uma forma de legitimar programas de assistência ou extensão que se intensificaram e minguaram conforme o interesse de cada governo.

Schmidt et al (2002) comenta que somente na segunda metade da década de 90 é que começam a ser criadas políticas públicas que potencializaram a institucionalização da pequena produção e o desenvolvimento solidário e não excludente.

O estudo de Schmidt (2002) destaca especialmente experiências positivas de cooperativas e associações que surgiram nos anos 90, se fortaleceram e atualmente são referências no Estado de Santa Catarina. Exemplos de grupos excluídos pelo processo modernizador e cujo diferencial foi justamente à atuação alternativa

baseada nos movimentos sociais contestatórios ao modelo hegemônico implantado pelas políticas públicas.

No caso do Estado de Santa Catarina, apresentado por Schimidt (2002) contribui para a análise das experiências associativas da região Sudoeste do Paraná e de outros Estados brasileiros, visto que, o cooperativismo ganhou forças em decorrência da atuação concentrada de instituições governamentais, cujo principal objetivo era auxiliar as políticas públicas de modernização da agricultura.

O resultado destas ações para a maioria das cooperativas que sobreviveram foi concentrar-se no mercado optando pela agroindustrialização competitiva, voltada ao sistema de integração das empresas privadas. Já para as associações as dificuldades se concentraram na gestão de questões práticas e no planejamento estratégico para aproveitar as oportunidades que foram surgindo; aquelas que resistiram se tornaram exemplos de organizações coletivas promissoras.

Nos últimos anos, restou aos agricultores familiares o declínio constante da ação estatal, salvo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, com inúmeras críticas e restrições, é como se agricultura brasileira tivesse “maturidade” para sobreviver sem os subsídios, incentivos e programas especiais sendo submetida às próprias leis do mercado, cabendo ao governo garantir o funcionamento dos instrumentos de crédito e infra-estrutura.³

Por outro lado, é preciso destacar a atuação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, organizações da igreja com objetivos pastorais, dirigidas pelos próprios trabalhadores e que impactaram no desenvolvimento regional endógeno das comunidades onde atuaram .

³ A interpretação das políticas para a agricultura neste contexto é feita por Ângela Kageyama e outros, no texto “ O Novo Perfil Agrícola Brasileiro”, publicado pelo IPEA, no livro Agricultura e Políticas Públicas (organizado por Guilherme Delgado, 1990)

Importante instrumento de fomento ao associativismo na agricultura familiar, tinha como motivação, o fim da exploração, com uma cultura que formulava conceitos de mundo repartido em classes ou grupos que poderiam identificar os exploradores e seus instrumentos de exploração. Procuravam ao mesmo tempo, reunir os explorados e construir formas solidárias de libertação.⁴

As iniciativas de aplicar esta concepção de mundo e definir quais ações conjuntas poderiam solucionar os problemas identificados coletivamente, tinham origem em reflexões religiosas, e costumam transformar-se na análise de grandes problemas das comunidades, da categoria ou do país.

Em todos os locais em que as CEBs atuaram, com maior ou menor grau de intensidade, há relatos de transformações significativas nas representações sociais dos atores envolvidos. Em cada grupo ou comunidade, os princípios são os mesmos e sintetizam uma reflexão que une fé, produção e política.

Com seu estudo nas mais de 24 associações camponesas espalhadas por todo o Estado de Minas Gerais, Ribeiro (1994) aponta dados importantes sobre a atuação das CEBs, dos diversos órgãos públicos e Ong's na formação e atuação daquelas associações destacando a ambigüidade das práticas, objetivos e métodos que misturam os princípios da pastoral, dos extensionistas e dos sindicatos e aumentam a confusão cotidiana.

O que diferencia uma e outra concepção de associação são os objetivos da iniciativa. Os órgãos públicos têm intenções assistencialistas e procuram atingir os "agricultores de baixa renda" com ações limitadas e alguns aspectos das atividades econômicas.

As associações originárias das CEBs ou inspiradas por elas, trabalham com objetivos a longo prazo, procurando transformações profundas na organização da produção e da sociedade. Têm, necessariamente, um compromisso de luta contra a exploração, e seu trabalho cotidiano de cooperação está relacionado também a uma luta por terra, por influência na política, na saúde, educação, enfim, por cidadania. (RIBEIRO. 1994)

⁴ Retirado de um estudo sobre CEBs feito por Frei Betto onde ele explica a trajetória das Comunidades no livro "O que é Comunidade Eclesial de Base" – Editora Brasiliense, São Paulo.

Sob este aspecto é possível distanciar, segundo o autor, as associações sem a “alma” das CEB’s, que não possuem capacidade de tomar iniciativa e apenas funcionam motivadas pela existência de recursos ou assistência. E aquelas geradas pelas CEB’s ou por sindicatos, que têm dinâmica própria, funcionamento autônomo, cooperam com todos, mas existem por si porque se consideram ferramentas para objetivos maiores do que elas mesmas.

A pesquisa analisada na obra de Ribeiro (1994), destaca concepções ideologicamente diferentes e que interferem substancialmente no resultado das associações do Estado de Minas Gerais e que podem ser adaptadas à realidade pato-branquense abordada neste estudo.

No caso específico do município de Pato Branco a influência das CEB’s foi muito pequena, especialmente em relação aos demais municípios da região Sudoeste. Aqui as pastorais ligadas à igreja vincularam-se muito mais à formação de grupo de jovens e lideranças comunitárias, fragmentando os agricultores familiares em grupos no entorno das comunidades rurais próximas às propriedades.

O espírito de cooperação e envolvimento limitou-se ao trabalho comunitário em prol da construção das igrejas e pavilhões destinados ao culto e comemorações religiosas.

Os estudos sobre a influência das CEB’s e CPT (Comissão Pastoral da Terra) na região Sudoeste apresenta um contato mais intensivo nos municípios localizados a partir do Rio Santana em direção à fronteira com a Argentina, onde, ao que se sabe, as iniciativas associativas têm se destacado justamente pelos princípios de cooperação, defesa dos interesses da classe e envolvimento coletivo.

Entretanto, outras instituições atuaram de forma progressiva e intensa nos últimos anos com ações que promoveram e acompanharam as atividades das associações de produtores na região Sudoeste.

Desta forma, Kiyota (1999) destaca a atuação de parceiros importantes para a história do associativismo de pequenos produtores no Sudoeste do Paraná. Dentre eles, a autora aponta a Assessorar na assessoria das áreas pedagógicas e de produção, a Crapa dedicada à organização econômica e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais nas demandas políticas-educacionais. Estes parceiros e apoiadores acabaram por difundir as iniciativas associativas, especialmente nos municípios de Capanema, Planalto e Pérola D'Oeste, núcleos do associativismo de excelência desenvolvido no Sudoeste do Paraná.

Neste sentido, as contribuições obtidas junto aos parceiros e apoiadores das Associações de Feirantes de Pato Branco, que compõem este estudo, convergem para o fato de que historicamente as iniciativas potencializadoras de capacidades e fomentadoras de ações associativas junto aos feirantes têm partido das entidades ligadas à agricultura familiar ou dos profissionais das IFES locais, que almejam estimular ações nas associações que promovam também o desenvolvimento endógeno regional.

Segundo depoimentos colhidos entre as principais lideranças do município, o que sistematicamente têm impedido que estas ações evoluam é porque elas não costumam surgir de discussões ou necessidades dos associados, não encontrando junto a eles o respaldo imprescindível ao fortalecimento do agricultor familiar de pequeno porte no município de Pato Branco.

Outro fator que merece destaque é a avaliação destes apoiadores de que o principal estímulo que vem obtendo eco junto aos feirantes tem sido detectado em

projetos que oferecem apoio financeiro, especialmente aqueles ligados à infraestrutura ou a custeio, com possibilidade de futuros subsídios.

Este parece ser mais um traço cultural construído a partir das representações sociais que refletem uma prática histórica de apego ao assistencialismo público.

Sob este aspecto, é também discurso comum entre os apoiadores de que novas ações junto ao grupo de feirantes só serão implementadas a partir de acordos mútuos de envolvimento e participação, atrelados à capacitação técnica tanto na área de cultivo, quanto em cursos de formação de gestores ou de participação coletiva, que estimulem de fato, o associativismo.

Deste modo, espera-se que a partir das futuras experiências surjam mudanças de postura tanto individual como coletiva e que aja a promoção social da associação como entidade representativa no município.

2.6 Associativismo: aspectos legais, dinâmicas e ação

Embora possa parecer contraditória a expressão "juntar-se para competir", essa tem sido uma estratégia cada vez mais assimilada por pessoas e grupos diversos. Com a elevada competição que caracteriza os modernos mercados capitalistas, o associativismo e as parcerias estratégicas aparecem como uma alternativa para gerar sinergias, superando as limitações naturais dos membros que as compõem, para seguirem atuando e desenvolvendo-se em seus respectivos mercados.

Toda a abordagem inerente ao associativismo esbarra em questões ligadas a gestão de grupos, participação, administração de conflitos e aspectos legais. As

práticas associativas efetivas normalmente estão relacionadas à gestão de recursos do tipo economia solidária onde, a grosso modo, as despesas e receitas são igualmente socializadas.

As discussões em torno das propostas difundidas pela economia solidária nos remetem, segundo Rocha (2002), a uma espécie de tentativa de libertação dos trabalhadores explorados, em que somente a prática solidária da cooperação constante é capaz de garantir melhores condições de vida e trabalho aos grupos excluídos ou marginalizados pelo sistema.

O foco norteador dos princípios do capitalismo periférico de caráter reformista fundamenta sua proposta nos princípios eqüitativos de Rochdale (Veiga, 2001) , criado a partir da experiência de uma cooperativa de consumo do setor têxtil na Inglaterra onde os operários estabeleceram oito princípios que orientariam a redução de custos e aumento da qualidade dos alimentos consumidos na cooperativa. Marco histórico ocorrido no século XIX e que, atualmente, ainda serve como referência para propostas de cooperativismo popular a partir da noção de economia solidária, criando e mantendo organizações populares.

No caso brasileiro, constatamos que algumas Ong's, e governos populistas propuseram formas de organização e gestão do trabalho, a partir de princípios mais democráticos e autônomos. Neste contexto, renasce a discussão sobre a organização cooperativa como perspectiva de inserir no mercado de trabalho, uma massa de trabalhadores desempregados. Para tanto, alguns financiamentos de organizações não governamentais e de algumas prefeituras subsidiaram a estruturação de cooperativas populares fundadas em bases solidárias de gestão dos recursos.

Exemplos que ilustram esta realidade estão espalhados pelo Brasil; dentre eles, destaca-se, a partir da década de 1990, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). Atualmente, há incontáveis unidades de ITCP em universidades públicas e privadas promovendo pesquisas e ações de forma integrada.

Além das ITCP há inúmeras ações positivas e lucrativas em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST que comprovam a eficácia da luta destes trabalhadores, considerando-se o cooperativismo popular como a possibilidade de inserir o trabalhador rural no mercado. Os resultados aparecem em trabalhos acadêmicos e pesquisas que apresentam um aumento significativo de organização das cooperativas populares nos últimos dez anos, envolvendo uma diversidade de áreas de conhecimento e promovendo a interdisciplinaridade.

São ações que, efetivamente, constroem a verdadeira missão das universidades, que é aproximar-se dos problemas geoeconômicos e fomentar o desenvolvimento econômico, construindo formas sociais mais eqüitativas.

...não podemos pensar nos pressupostos de uma nova cultura do trabalho como se estivéssemos vivendo atualmente num processo revolucionário. Temos que analisar os elementos embrionários de um novo sentido do trabalho, a partir das condições concretas do espaço e tempo atual em que vivemos buscando apreender suas mediações. (TIRIBA, 2000, p. 224).

Na era do conhecimento, a busca pelo desenvolvimento econômico e social através de grupos estruturados e preparados, evoluiu para o processo mais acirrado que chegou com a globalização. Fato que fez do associativismo um instrumento para valorizar a representatividade como forma de desenvolver agentes de construção de uma sociedade de resultados.

Em todo processo do desenvolvimento social brasileiro as estratégias cooperativistas ganharam corpo e espaço como alternativa à superação das contradições sociais tão marcantes. Sob este contexto, as teorias sobre o associativismo e o cooperativismo seguem duas tendências; uma com apelos idealistas de união e solidariedade e outra de caráter mais crítico com destaque ao reducionismo econômico que iguala este sistema ao de qualquer outra empresa.

No Brasil, o processo associativo se fortaleceu no campo com a constituição das ligas camponesas, intensificadas pela organização dos produtores familiares que precisavam minimizar seus custos de produção. Passaram a formar grupos para adquirir insumos, máquinas e equipamentos a preços mais competitivos e, posteriormente, uniram-se para comercializar sua produção junto às grandes cooperativas. Mais tarde, vieram às associações de moradores e as federações, a reestruturação produtiva, as novas tecnologias e a política neoliberal que trouxeram também novos atores a estas organizações econômicas e sociais. É possível destacar ainda, o Movimento dos Sem Terra (MST), a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas (Anteag) e os Sindicatos de Trabalhadores. Também merecem referência as redes incubadoras das universidades e a enorme gama de organizações não-governamentais (Ong's) que contribuíram para a construção e fortalecimento da organização coletiva da nossa sociedade civil.

São ações alternativas em expansão no Brasil e que abrandam a redução do emprego e renda a uma camada cada vez mais significativa da população.

Por isto, definições de associação sempre convergem em fatores como integração, esforço coletivo, e soma de esforço, conforme os exemplos apresentados a seguir:

É uma sociedade civil de direito privado com organização para fins não econômicos, criada com objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores familiares em benefício da melhoria da sua produção e da própria comunidade onde vive. (SEAPA/DATER, 2006).

Ou ainda conforme VEIGA (2001, p.19) uma associação “é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios os seus associados”.

Contribuem e complementam as definições apresentadas, detalhes sobre seu funcionamento e exigências legais:

Associações são, portanto, entidades constituídas de pessoas físicas (em alguns casos também de pessoas jurídicas), dirigidas por uma diretoria eleita, cujas funções estão subordinadas à vontade coletiva e democrática de seus associados e cristalizadas no seu Estatuto Social, aprovado em Assembléia Geral e devidamente registrado e arquivado no órgão competente. (Sebrae/ES, 2006).

Quando nos reportamos aos conceitos de associativismo esbarramos em possibilidades factíveis como: solucionar problemas concretos, viabilizar soluções eficazes através da democracia e da participação, deixa tudo mais fácil, barato e possível. Uma proposta tentadora que apresenta muitas dificuldades, mas que transforma todo o cotidiano das pessoas e altera significativamente a cultura local. Demanda tempo e persistência, quebra o individualismo, aumenta a participação social, a consciência da cidadania e o poder de resistência gerando a possibilidade de influência política e econômica.

São regras básicas para o desenvolvimento de um grupo de associados: trocar idéias entre si, ouvir, discutir e compreender; estar disposto para mudar de

opinião se for necessário, além de dividir tarefas. Todos os associados devem participar das discussões e as suas decisões devem ser registradas em livro.

Estes são fatores operacionais que confundem os sujeitos envolvidos no processo, especialmente quando a expectativa do discurso não se concretiza em suas práticas cotidianas. Nestes momentos, os associados costumam encontrar barreiras muitas vezes intransponíveis, construídas por eles próprios no exercício da convivência.

São ações óbvias para a teoria e incrivelmente difíceis na prática, ao que descrevem as experiências de vários segmentos, em diferentes regiões do país.

Os discursos se seguem na afirmação de que uma associação deverá nascer da necessidade de resolver problemas que, isoladamente, não seriam possíveis. Deve surgir da necessidade e consciência do grupo interessado e este é que deve decidir o momento certo de organizar a associação, além, é claro, de possuírem necessidades e interesses comuns.

Novamente esbarramos na aplicabilidade; se partirmos do pressuposto de que muitas associações são frutos do esforço de pessoas sem formação técnica e despreparadas para os embates inerentes a este tipo de organização, atestaremos as dificuldades que haverão de encontrar na gestão do empreendimento.

No caso das associações de produtores rurais, é importante destacar que para que possam usufruir de isenções fiscais e receber recursos públicos devem estar registradas em cartório; cadastradas na Receita Federal, na Prefeitura de seu município, no Instituto de Seguridade Social – INSS e na Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além da Divisão de Organização Rural. É necessário também que sigam o calendário das declarações: mês de janeiro e fevereiro, a Declaração da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais para o

Ministério do Trabalho) e nos meses de maio e junho, declarar o Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

O site da Seapa/Dater revela que as associações não pagam imposto de renda, mas que mesmo assim devem fazer a declaração anual para evitar o pagamento de multa.

Veiga (2001) destaca também que a partir da Constituição Federal de 1988, art.5, as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, abrindo espaço para ações coletivas em defesa dos interesses de uma comunidade ou de um grupo de trabalhadores.

A legislação vigente estabelece regras para toda possibilidade organizativa, sendo que, a princípio, há diferenciação imediata quanto ao tipo de sociedade civil: “com fins lucrativos” e “sem fins lucrativos”.

As sociedades civis com fins lucrativos devem ser constituídas pela contribuição do capital dos sócios sob a modalidade de empresa comercial, com quotas de responsabilidade limitada, sociedade de capital, sociedade anônima ou microempresa.

No caso das sociedades civis sem fins lucrativos considera-se o vínculo ao “fim público”, cujo objetivo principal é servir a coletividade de forma exclusiva ou predominante. Neste caso, as associações podem realizar atividades de natureza econômica desde que seja para a implementação de seus objetivos assistenciais.

Segundo Veiga (2001) pela interpretação estrita da legislação a situação onde as sociedades sem fins lucrativos realizam atividades comerciais e distribui resultados financeiros entre os associados é irregular e deveria seguir a classificação de sociedade comercial especialmente do ponto de vista tributário.

O autor explica que, mesmo com a possibilidade de contestação do ponto de vista legal principalmente pelas Coletorias Estaduais e pela Receita Federal, as inúmeras associações de produtores e artesão espalhadas por todo país continuam comercializando seus produtos normalmente, especialmente porque sob forma de associação a administração é mais fácil e menos dispendiosa, além de ser reconhecidamente uma forma eficiente de organização da atividade coletiva para trabalhadores à margem do mercado formal.

Numa análise comparativa simples entre associações e cooperativas, é possível perceber que as duas iniciativas societárias possuem finalidades distintas: uma está mais ligada à promoção e assistência social e a segunda, à atividade econômica e viabilidade de um negócio produtivo. Fatores simples que remetem à reflexão do objeto deste estudo; Associações de Produtores Feirantes, seu objetivo principal é a atividade econômica, então sob o enfoque apresentado, a organização ideal para o grupo em análise deveria ser a cooperativa ao invés de uma associação.

Ao analisarmos a legislação pertinente às cooperativas vimos que há inúmeras vantagens neste tipo de modalidade, qual seja: os associados são efetivamente “donos” o que faz deles sujeitos econômicos autônomos, sem subordinação a patrão ou ao Estado. Além do fato de que as pessoas que desenvolvem atividade produtiva em uma cooperativa podem receber retorno financeiro, forma ideal de organização aos agricultores feirantes, não fosse as dificuldades burocráticas e legais que as leva convenientemente ao caráter associativo, menos denso e complicado de efetivar e administrar.

Além destes fatores de ordem jurídica os associados esbarram em questões como a gestão participativa, cujas dificuldades são largamente discutidas pelos autores da área.

Questões expostas pela teoria como ícones do sistema associativo têm sido apresentadas como entraves significativos à sua manutenção: administrar pessoas com voz e voto, com interesses pessoais marcantes, com baixa instrução, com visões distorcidas do mercado e, principalmente com necessidades financeiras acentuadas são, muitas vezes, um peso incalculável para seus pares.

Considerando que as representações sociais destes sujeitos escreveram a história das associações de produtores feirantes, espera-se através destas representações reconstruir as conexões que se estabeleceram entre as suas identidades culturais e as ações de participação social dos indivíduos e do grupo em toda a dinâmica do processo associativo. Também fazem parte da investigação, as subjetivas percepções individuais dos associados quanto às suas expectativas anteriores e ao seu relacionamento com o grupo, com parceiros, apoiadores e com a sociedade local.

A partir destas perspectivas analisar-se-ão os dados que refletem a experiência coletiva dos produtores familiares feirantes do município de Pato Branco estabelecendo relações e possibilidades que se apresentaram no decorrer da pesquisa.

CAPÍTULO III

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA: o caso da Associação dos Produtores Feirantes de Pato Branco

3.1 O Associado: Identidades Culturais

Um dos fenômenos culturais e políticos dos últimos anos é a emergência de estudos ligados às representações sociais dos grupos, seja pela reconstrução histórica de um fato ou período através da reinterpretação das memórias como sugere Huyssen (2000) ou através da construção de significados que estão relacionados às identidades dos atores envolvidos.

Esse fenômeno caracteriza-se pelo retorno ao passado que contrasta com o futuro e que descobre novas possibilidades de leitura da realidade, muito mais globalizada e atemporal.

Segundo Joutard (1993) foram os sociólogos e etnólogos que precederam o estudo da linguagem representativa, evocando nas histórias de vida dos atores as fontes para o conhecimento da dinâmica familiar, religiosa e cultural dos grupos sociais, fazendo emergir seus conflitos cotidianos.

É sob este aspecto que norteamos nossas análises, buscando compreender a realidade na interação existente entre as experiências e expectativas culturalmente compartilhadas pelos sujeitos sociais.

Em vários momentos da pesquisa a campo, fomos surpreendidos por situações de uso corrente, típicas do comportamento dos descendentes italianos.

Inicialmente desconfiados, extremamente agradáveis, porém comedidos, nas primeiras falas pareciam sondar as reais intenções da pesquisadora.

A estratégia empregada foi a de conversar sobre suas raízes, suas relações com o trabalho diário com as amizades e o envolvimento na comunidade. Caminhamos com alguns agricultores pela propriedade, o que trouxe maior proximidade e liberdade para o momento da entrevista. É verdade que alguns se alongaram em seus relatos e precisaram ser sutilmente reconduzidos ao tema.

Segundo o gráfico 1, exposto abaixo, é possível notar a força da presença italiana no município que se revela não apenas no grupo pesquisado, mas na população de um modo geral.

Origem dos Entrevistados (Descendência)

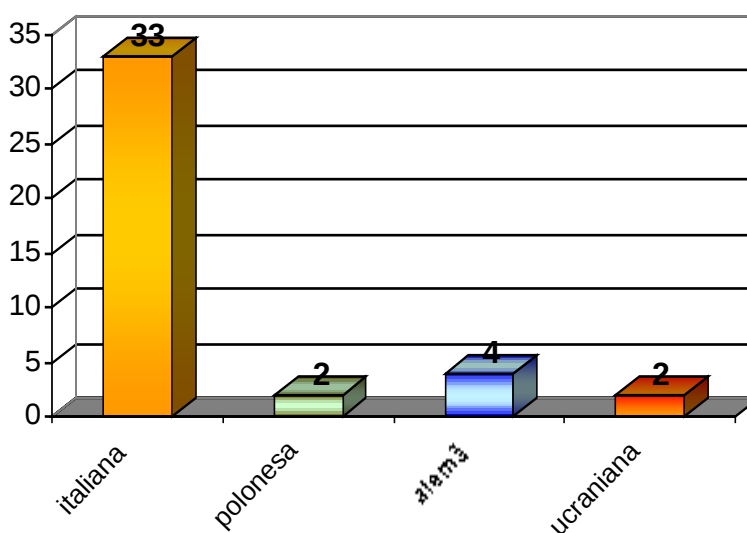


Gráfico 1 – Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

A partir das abordagens iniciais foi possível perceber pontos de vista e interesses diferenciados que expressaram modos distintos de uma mesma

realidade. As histórias de vida se confundem. A maioria dos 41 associados, compõe suas identidades pela formação cultural e étnica derivada de famílias de agricultores migrantes do Rio Grande de Sul e de Santa Catarina. Alguns poucos hesitam frente à determinação de sua origem, normalmente acompanhada de um largo sorriso e pelo complemento:

“[...] e como brasileiro também, é claro!” (BC, mulher, 52 anos)

Os entrevistados configuram-se em trabalhadores com idade média acima dos 50 anos, conforme os dados apresentados no gráfico 2. Apenas dois dos agricultores pesquisados por este estudo tem idade inferior ou igual há 30 anos. Todos os demais afirmaram ser residentes no município a mais de 30 anos, em sua maioria aqui nascidos ou trazidos ainda muito pequenos por suas famílias.

Faixa Etária dos Entrevistados

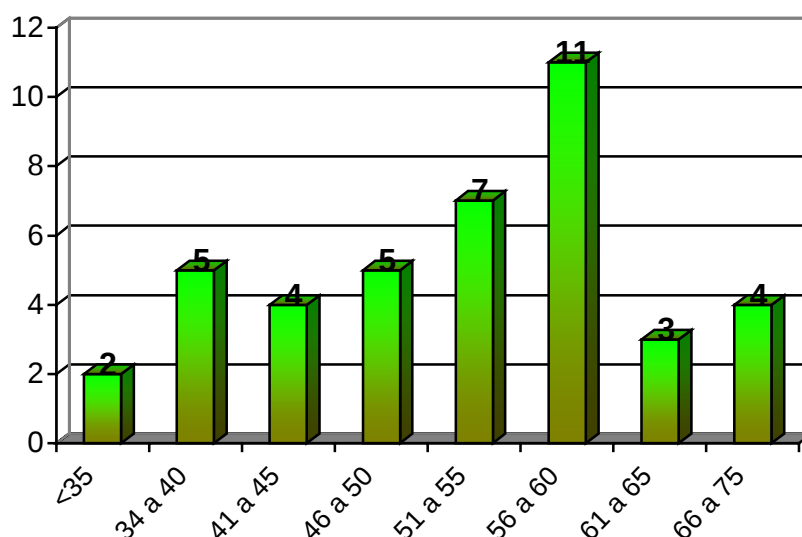


Gráfico 2 – Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

Outra peculiaridade que pode ser relacionada à alta média de idade é um fato comum entre os agricultores brasileiros, a baixa escolaridade. No caso em estudo, conforme demonstra o gráfico 3, 54% dos entrevistados revelaram ter freqüentado apenas as primeiras séries do ensino fundamental, enquanto 29% completaram a 8ª série. O que não lhes impede o reconhecimento pessoal de uma pesada bagagem de conhecimentos e informações técnicas acumuladas em anos de experiência, expresso pela maioria, até como justificativa:

“Naquele tempo era difícil o estudo e não tinha a precisão que tem hoje!”

(JF, homem, 41 anos).

Escolaridade dos Entrevistados

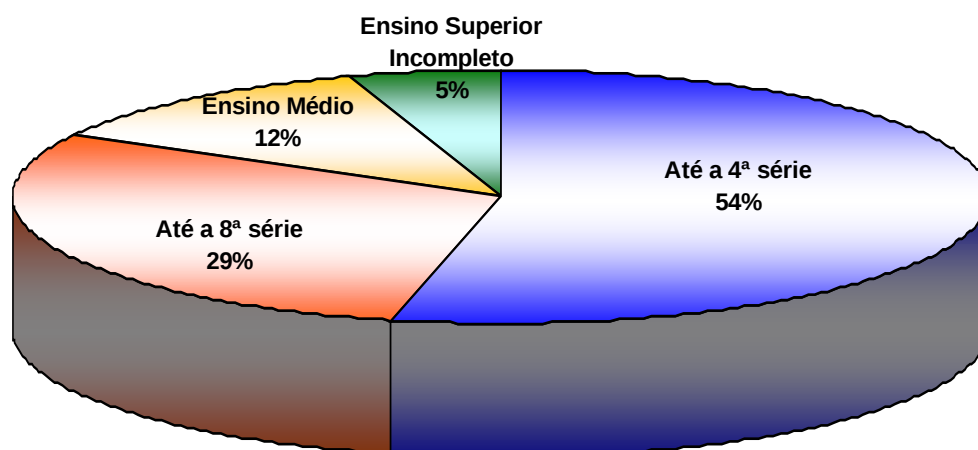


Gráfico 3 – Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

Suas histórias de vida revelam relatos de anos de sofrimento, privações, erros e acertos em vários segmentos, sempre acompanhados por referências à família, aos valores e à herança da terra, possíveis de serem identificados em suas falas

que ilustram as questões relativas às percepções individuais. Alguns dos entrevistados recordaram a infância como um período marcado por lembranças de uma educação rígida e pautada pelos princípios da religião católica, marcados pela rigidez, pela imposição e pela resignação que hoje se revela no olhar baixo e em frases como:

“A gente tem que fazê, né? Às vezes não é tão bom, mas nessa vida não se tem escolha!”.

Dentre os 41 associados pesquisados, 35 deles se identificam como católicos e apenas 6 de religião evangélica.

A seguir, é possível notar nos dados do gráfico 4 o tamanho das propriedades. É importante destacar o significativo número de estabelecimentos rurais de pequeno porte. Algumas destas propriedades além do cultivo destinado à comercialização, ocupam seu “espaço”, que chega a ser apenas de alguns metros quadrados, com a moradia, instalações para os animais, área de mata ciliar, paiol e garagem.

Número de Propriedades por Área

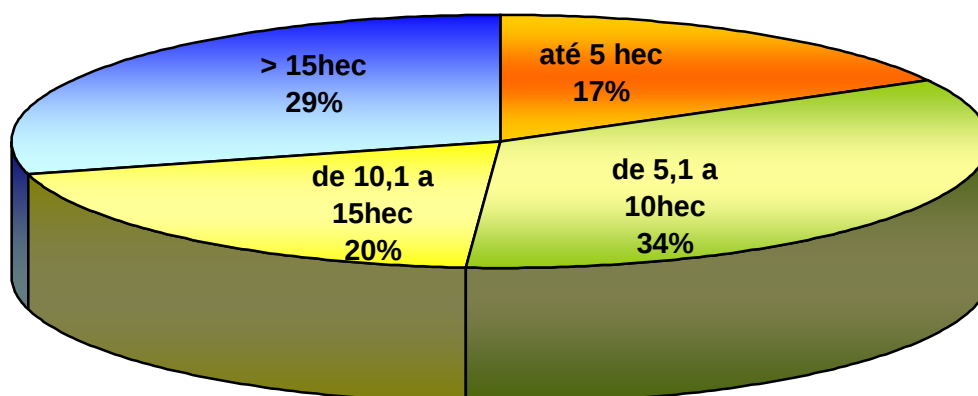


Gráfico 4 - Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

Nota-se que, segundo os dados quantitativos apresentados, a área total das propriedades pesquisadas é menor do que o índice oficial. Outro dado que merece destaque é o da área destinada ao cultivo de produtos comercializados na feira, pela representação do gráfico 5, exposto abaixo, vê-se que mais da metade das propriedades cultivam uma área inferior a 2 hectares, ou seja, até 20 mil metros quadrados, o que reforça a discussão a respeito da importância da feira como alternativa de renda para estes agricultores.

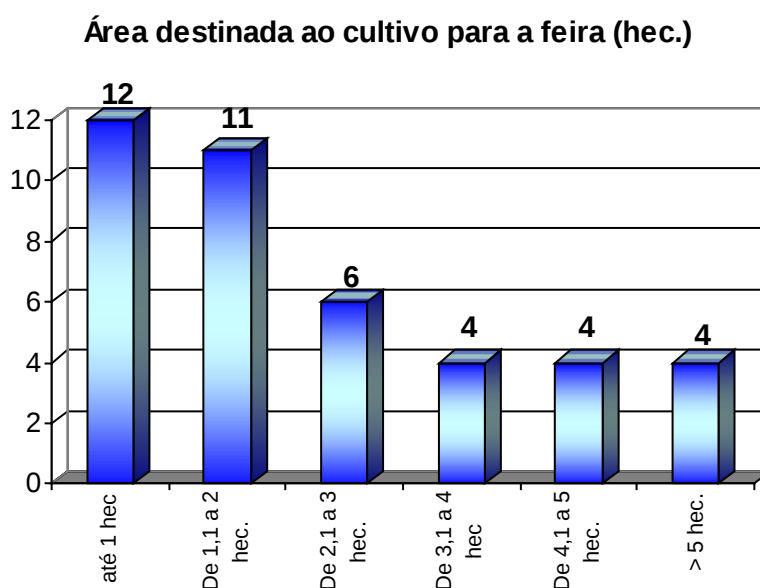


Gráfico 5 - Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

Este estudo, trabalhou com o conceito de agricultura familiar que prioriza o tipo de força de trabalho empregado nas propriedades em detrimento à extensão dos lotes, além do fato de que as famílias devem viver no local. Os dados apurados não só reforçam o conceito apresentado e classificam estes sujeitos como agricultores familiares, como também revelam o baixo índice de contratação de

trabalho assalariado. Em todas as 41 famílias pesquisadas, apenas 5 funcionários somam-se à força de trabalho familiar em duas propriedades diferentes. Segundo dados apresentados no gráfico 6, o total de propriedades que contam exclusivamente com força de trabalho familiar soma 88%:

Origem da Força de Trabalho

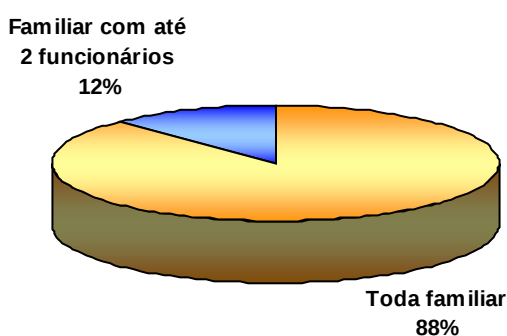


Gráfico 6 - Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

Outro dado significativo revelado pela pesquisa é apresentado pelo gráfico 7 onde constata-se que 44% das famílias entrevistadas são formadas por até 4 pessoas, em 43% destas famílias pelo menos 3 pessoas moram e trabalham nas propriedades. É importante ressaltar que, em muitas delas, estes percentuais são compostos por crianças e adolescentes e também que em 39% das propriedades onde a força de trabalho é composta por duas pessoas há muitos idosos, 17% dos entrevistados tem mais de 61 anos de idade.

Uma questão preocupante, se considerarmos que além da idade avançada, há os problemas de saúde típicos do trabalho braçal que ainda realizam e o fato de que são pessoas que começaram a trabalhar muito jovens, ou ainda crianças.

Comparativo entre o Número de Pessoas na Família e os que trabalham na propriedade

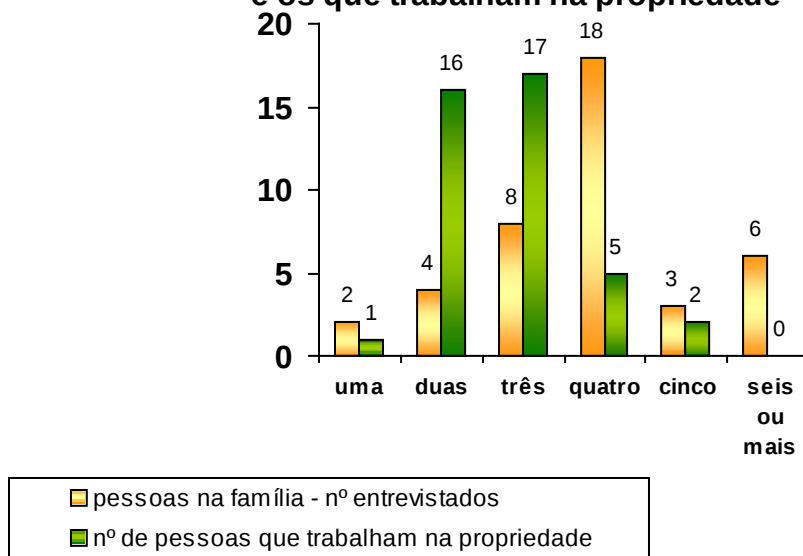


Gráfico 7 - Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

Quanto à renda familiar, verifica-se que 70% dos entrevistados vivem apenas com recursos financeiros gerados pela propriedade, outros 30%, afirmam o acréscimo de outras fontes; incluem-se neste item proventos de aposentadoria, locação de pequenos imóveis urbanos, em que buscam a segurança financeira que os ampare na velhice. Além do arrendamento de parte das terras de onde, na maioria dos casos, já não podem mais gerar produção justamente pela ausência da força de trabalho necessária.

Segundo os relatos colhidos na etapa qualitativa desta pesquisa e através da observação nas 15 propriedades visitadas, foi possível conhecer histórias de privações intensas contrastadas à percepção de que foram principalmente as pequenas conquistas financeiras as responsáveis pela melhora nas suas condições de vida, proporcionando-lhes mais conforto e incentivos emocionais. As pessoas falam com alegria sobre a experiência de comercializar seus produtos na feira, pelo incremento econômico ao orçamento familiar e principalmente pela auto-estima recuperada no contato com o público e pelo significado que isto representa para a sua dignidade.

O apego a mobilidade econômica e a satisfação perceptível nos relatos dos associados mais recentes é menos intensa quando apresentada pelos mais antigos sendo que todos eles, expressam claramente a valoração superior à feira em detrimento à associação.

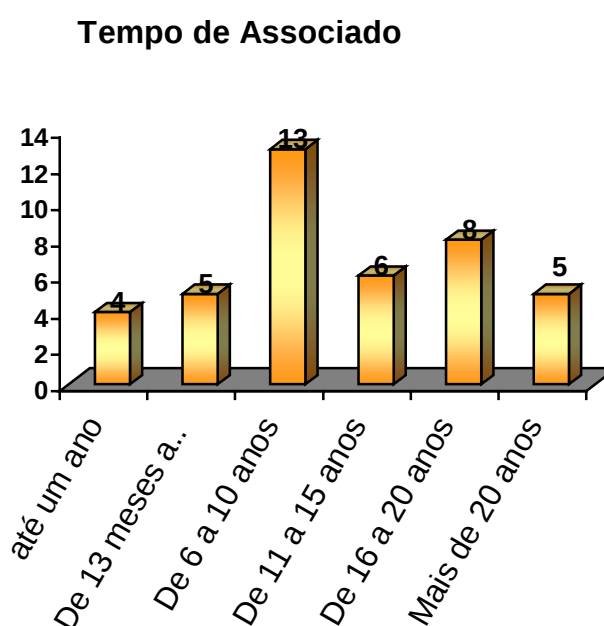


Gráfico 8 - Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora

O gráfico 8 apresenta a distribuição do tempo de participação como atores coletivos, (associados como nos referimos na pesquisa). Cabe ressaltar que em várias oportunidades quando do questionamento a cerca do tempo que eram associados os entrevistados perguntavam:

“Quanto tempo de feira?” (N.M, X.P, D.D e CS)

Nestes momentos procurou-se esclarecer que a feira é uma forma de expressão do grupo associado, e que pode não ser a única. Sendo assim, foram destacados alguns outros benefícios que o associativismo poderia lhes proporcionar. Esta intervenção não pareceu gerar nenhum interesse por parte dos entrevistados ressaltando o caráter comercial ou econômico que compõe suas percepções, significados e valores pessoais.

O foco de interesse desde o início foi averiguar quais eram as suas percepções mais latentes, se aquelas relacionadas ao indivíduo, nome ou sobrenome, família, local de residência ou aquelas ligadas ao ser social, à profissão ou à coletividade, conforme conceito apresentado no decorrer desta análise.

Os questionamentos que se seguiram buscaram estabelecer alguma relação entre as afinidades pessoais, a família o trabalho e o relacionamento social dos entrevistados com o grupo e com as comunidades onde estão inseridos.

Na primeira pergunta, buscou-se conhecer quais as percepções dos associados sobre o seu trabalho; como foram levados a seguir a profissão de agricultores. Se escolheram ou se foram escolhidos, qual a avaliação que fazem do seu cotidiano. Estas e outras questões que tinham o intento de captar o grau de satisfação e as expectativas sobre o seu futuro, a permanência no campo e a continuidade da atividade que desempenham.

Neste aspecto, notamos que as contribuições se dividem em dois grupos; um primeiro determinado por pessoas inexpressivas, apáticas e subordinadas às pressões do sistema, com discurso pré-estabelecido de dificuldades e limitações. Outro, com características marcantes, expectativas bem definidas e auto-estima em equilíbrio. Um grupo que, se expõem com confiança e principalmente diverge da postura de inferioridade cultural, econômica ou social, comum nos diálogos com agricultores do município de Pato Branco.

Já nos momentos iniciais da conversa, alguns desabafam:

“Talvez eu nunca desista totalmente [...] uma coisa eu digo francamente a ti: eu nunca fiz questão de que os meus filhos fizessem o que eu estou fazendo, porque é muito trabalhoso e o teu trabalho não compensa. Eu acho que a agricultura é isso; é um mal que tá plantado no brasileiro que é você não dá perspectiva de futuro. Depois que os “grande” invadiram tudo aí, não adianta mais você querê, vamo dizê criá galinha, porque se uma Sadia não comprá você ta quebrado! Se foi o teu galinheiro!” (J.L, homem, 52 anos)

Foi unânime entre os entrevistados o desejo pela posse da terra e pelo trabalho mesmo após o benefício da aposentadoria, uma característica comum entre os descendentes de italianos. Muitos têm filhos em idade adulta, com empregos na cidade e vida própria e aqueles que ainda possuem filhos menores não manifestaram interesse ou expectativa na continuidade do legado. A exceção de dois casais. Um deles com dois filhos adolescentes que, segundo a mãe, terminaram o ensino médio e, estimulados pelos bons resultados das vendas na feira, “só querem cuidar do serviço”:

“[...] o mais novo, Deus me livre! Tenho que chamar mil vezes para vim da horta. Fica lá até que é escuro! E o outro também, sabe o que é? Nois sofremo muito e agora que tamo ganhando um pouquinho eles se animaram pro trabalho, eles vê que este é o nosso futuro, só trabalha!” (N.M, Mulher 43 anos)

Um outro casal, associado há menos de dois anos, nos revelou uma história de vida marcada por privações e sofrimento, onde se destaca o papel da mulher agricultora; forte, perseverante e principalmente obstinada, eles têm uma filha adolescente, que estuda na cidade e um menino de seis anos e afirmam:

“As veis da vontade de largá tudo... mas não dá! Tem que agüenta! Vamo trabalhá até que a gente guenta e depois a gente se aposenta e passa pros filho como foi com a gente!” (J.F., homem, 41 anos)

Na maior parte dos casos foi possível notar a surpresa causada pela pergunta relacionada aos planos para o futuro, como se pensar no futuro fosse algo para muito mais adiante:

“lhhhh! Nunca falamo sobre isso! (56 anos de idade) Olha a gente pensa em se aposentá mas a gente qué ir assim trabalhando até que as força ajudam!” (I.A. homem, 55 anos)

“Ahhh! O futuro a gente vê que tem que trabalha. Tem que sê mantê e vivê. Nós não samo aposentado. A gente pensa em se aposentá na agricultura e daí temo que trabalha até que dá. Não podemo depende dos filho. Agora vende aqui, nunca! Nem fala! Se os filho não quase planta tem que cuida, conservá!” (B.C, mulher, 52 anos)

“A gente paga o INSS, porque nós tivemos que contratá empregado, nós só os dois não dava conta e daí passamo a ser produtor rural. A gente pretende assim... trabalhar enquanto dé, depois quem sabe a gente se muda pra uma casinha na cidade, mas as terra a gente não pensa em vendê nunca!! Isso aqui é patrimônio pras filhas e pros neto!” (D.D., mulher, 51 anos)

Apesar de toda a determinação dos entrevistados em afirmar sua disposição para o trabalho até que as “forças agüentem”, seu apego a posse da terra ou como é o caso dos associados não agricultores, ao ofício ou profissão; parece não exercer uma influência significativa às suas percepções de identidade, especialmente, às identidades coletivas.

Silva (2005) lembra que os debates em torno da pós-modernidade fizeram ressurgir a noção de identidade que não é nova nas ciências humanas, sendo bastante discutida pela psicologia e pela antropologia, especialmente pelos adeptos das multidimensões que abrangem este tema.

Desta forma, a autora explica que as inquietações em promover a conscientização sobre a diversidade cultural trouxeram as definições de identidade étnica, regional, cultural, nacional e social, questionando sua construção sob os mais diversos prismas, cada um com uma gama de significados e métodos de análise próprios.

Partindo de uma definição filosófica com conceituações antropológicas e psicológicas Silva (2005, p. 202) apresenta identidade como “uma característica de continuidade que o ser mantém consigo mesmo”, assim pode-se compreender a identidade pessoal como a característica do indivíduo se perceber como o mesmo ao longo do tempo.

[...] a identidade é um sistema de representações do passado, de condutas atuais e de projetos para o futuro. Da identidade pessoal, passamos para a identidade cultural, que seria a partilha de uma mesma essência entre diferentes indivíduos. (SILVA, 2005, p. 202).

Outro autor que contribui para esta discussão é Bauman (2005), que insere de maneira polêmica e intensa, valores que dão à identidade uma dimensão que de modernidade líquida, as nossas identidades sociais, culturais, profissionais, religiosas e sexuais sofrem um processo de transformação contínua.

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade”, não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. (BAUMAN, 2005).

Desta forma, é possível entender a dinâmica sugerida pelo autor durante as entrevistas onde o ser individual se sobrepôs naturalmente sobre o coletivo, ou seja, o pertencimento ainda é uma tarefa a ser realizada, o indivíduo associado, aquele que se percebe como alguém que faz parte de um todo, ainda não existe, ou não se reconhece como tal.

Quando provocados a falar sobre o cotidiano do seu trabalho, ou de como surgiu o interesse pela agricultura, o objetivo também era gerar estímulo para que revelassem percepções mais profundas de sua realidade pessoal. Pretendia-se reaproximá-los de seus sentimentos em que através da interpretação natural, pudessem atribuir a eles significados que os identificassem como pertencentes a um determinado grupo ou segmento.

Neste aspecto, destaca-se como marco da pesquisa a reação dos entrevistados. Como a intenção expressa era de provocá-los, inseriu-se a pergunta relativa à identidade, gradativamente, no decorrer da conversa sobre o seu cotidiano: - "Então senhor(a) fulano(a), agora conte um pouco sobre o senhor. Imagine que eu não o(a) conheço. Quem é o senhor(a)? O que faz? Do que gosta? Qual o seu trabalho?"

Alguns dos entrevistados foram, surpreendidos pela pergunta, tinham olhares incrédulos ou um aparente desconforto, houve quem ficasse vários minutos em silêncio ou esperasse que alguma resposta lhes fosse indicada. Com a preocupação de tranquilizá-los, o gravador era desligando e a conversa estimulava-os a falarem naturalmente sobre si mesmos.

Mesmo agindo desta forma, os resultados foram surpreendentes, alguns pareciam falar sobre si mesmos pela primeira vez, mostravam-se satisfeitos,

enquanto outros lembravam que sua situação atual é resultado das circunstâncias.

Houve quem relutasse em revelar-se de forma mais efetiva:

“Eu sô um filho de agricultor que veio pra cidade, tentô trabalhá na cidade. Não deu certo! Voltô pra agricultura. Eu tive sucesso um tempo na agricultura, só que hoje eu não vejo uma janela que vai se abri. Porque os anos na agricultura, cada vez vai sugando mais o lucro, apertando mais o agricultor. O agricultor grita, ele pede socorro, mas não é atendido! Além disso eu aprendi, lendo por aí, que pra ser um bom agricultor é preciso estar além de um bom agricultor. Eu acho que eu tô além de um bom agricultor! [...] Por causa do conhecimento que eu tenho da área técnica. Saber o que é um fungo, uma célula, uma molécula, um inseticida ideal para cada tipo de planta. Então é isso aí! Eu acho que eu to numa situação diferenciada dos outros!” (J.L, homem, 57 anos).

“Sei lá! Nem eu às vezes sei quem eu sô! Eu, a minha vida é corrida! Sempre trabalhando, pra lá e pra cá! A gente sai muito pouco e vai levando a vida! [...] Não sei. Tenho uma vida sofrida! Sou agricultora!” (E.P, mulher, 35 anos).

“Meu nome é N.M e eu tô muito feliz em te recebê aqui pela primeira vez na minha casa. O meu trabalho é tudo! É a casa, é a horta, é tira o leite, fazê os queijo, prepará as coisa pra feira é tudo o que tem que ser feito. [...] Sô uma colona da agricultura. Não passa disso! É bom né, fazê o quê!” (N.M, mulher, 43 anos).

“Quase teria que dizer que eu sou o I.A, casado com a M.P. Resido na comunidade de Passo da Ilha. Agricultor. Pai de duas filhas. Tenho três netos e tamo aí, lutando!” (I.A, homem, 55 anos).

“Eu moro aqui. Gosto de dança, de cantá, de saí. A gente fica aqui pra cuidar (parecia melancólica). Eu trabalho aqui, cuido das galinhas, dos porco, faço a comida...e...Acho que agricultora, né?!” (B.C, mulher, 52 anos).

“Eu sou eu! Meu nome é J.F, vivo aqui já faz muitos anos e to aí! Faço de tudo um pouco. Tudo o que eu gosto de fazer eu faço. Ahhh! A gente vive da agricultura. Eu sô agricultor!” (J.F, homem, 41 anos).

Torna-se necessário destacar que dois entrevistados, surpreenderam ao identificarem-se de forma objetiva, respondendo com convicção ao primeiro contato com a pergunta. O que chama a atenção nos dois casos é o fato de que, ao contrário dos demais, estes não fizeram menção ao nome, família, ou residência, não permitindo maiores comentários:

“Eu sou agricultor, produtor orgânico, faço feira e trabalho com entrega de verduras nos mercado da cidade” (X.P, homem, 43 anos).

“Eu vou te dizer o quê? Eu sou um agricultor que sobrevive de teimoso na agricultura porque nas época de hoje não é fácil.” (A.D, homem, 56 anos).

Em todas as falas analisadas é possível notar que nenhum dos associados fez referência a sua condição de ator coletivo, alguém participante ou membro de um grupo atuante no cenário municipal e com influência direta na vida de cada um deles.

Este e outros fatores determinantes à sua percepção de identidade coletiva aparecem mais claramente no decorrer da entrevista e ressaltam características das suas representações sociais.

Quando indagados sobre seu relacionamento social, o convívio com os outros associados e sobre os momentos de lazer, tratados como “horas de folga”, vários mostraram-se resignados ao convívio doméstico e familiar, típicos da cultura local e dos descendentes italianos que afirmam sua preferência pelas relações de parentesco e vizinhança:

“Não vamo muito nas festas porque os parentes e amigos sempre vêm aqui em casa nos fim de semana e nós não podemos saí muito. Têm o serviço que não pode esperá. [...] com o pessoal lá da feira, só temo contato mesmo lá. Confraternização ou brincadeira de amigo; de jeito nenhum! Vivemo em clima de disputa! Acaba feira, vai todo mundo embora. Cada um cuida das suas coisa e pronto! Eu tive bastante dificuldade no começo” (D.D, mulher, 51anos)

“Olha o final de semana não é muito dos bom. Tenho que olhar para a casa, arrumar tranqueira, cuidar do filho e no domingo a gente trabalha até o meio dia para preparar as verduras para os mercado na segunda-feira.[...] Com o pessoal da feira? Nunca! A gente até tentou fazê uma festa junina, o pessoal concorda na hora e depois desiste. A gente nunca se reuniu assim... pra se diverti!” (E.P, mulher, 35 anos).

“Sabe que eu vô te fala uma coisa: é na horta até meio dia e quando a gente entra é descasca amendoim, escolhe feijão pra vende. A gente não gosta de ta indo em festa assim... e depois não dá pra deixar a casa sozinha. Quando têm festa aqui na comunidade a gente vai e trabalha e encontra com os amigo. Muito de vez enquanto vêm um ou outro tomá um chimarrão, mas todo mundo têm o que fazê!” (N.M, mulher, 43 anos).

3.2 A Experiência Associativa

Com o objetivo de apurar quais eram as expectativas individuais dos atuais associados em relação a sua atuação coletiva e qual a avaliação deles sobre as possíveis transformações ocorridas em sua participação social, a entrevista seguiu a seqüência de indagações apresentadas no ANEXO I.

Neste segundo momento da entrevista já havia mais descontração e se podia perceber, na maioria dos associados, maior desenvoltura. Foi a partir daí que as contribuições ganharam consistência com relatos naturais e expressões significativas de fatos marcantes que se repetiram em várias situações. As perguntas foram conduzidas sempre com o cuidado de ouvir as opiniões desviando o foco de comentários pejorativos sobre qualquer outra pessoa ligada à associação direta ou indiretamente.

Os questionamentos foram acompanhados por referências como: Qual é a sua opinião... Como ocorreu tal fato... Como o senhor(a) se sente em relação a tal fato...

Foi a partir das falas gravadas na íntegra, que posteriormente agruparam-se os seus relatos e opiniões sobre os fatos mais marcantes e que poderiam melhor responder as demais hipóteses deste estudo.

Desta forma, construiu-se uma coletânea das percepções dos associados acerca de seu envolvimento, empenho e satisfação com a experiência vivenciada com a coletividade sob as bases das representações sociais que os definem.

Os fatores resultantes das representações sociais elaboradas em seu convívio familiar e social, na maioria dos casos, se contrasta com as novas informações que os associados vêm assimilando através da sua participação no

grupo, em palestras, cursos e contato com clientes. Em alguns momentos há exposições conflitantes entre aquilo que os associados assimilaram como consensos ou crenças pessoais e aquelas que passaram a fazer parte de suas determinações.

Por este motivo, em todas as abordagens buscou-se de forma indireta, confirmar relatos anteriores, visando acima de tudo, integrar os depoimentos similares e esclarecer pontos obscuros, assim como possíveis tendências ou desvios que pudessem prejudicar o resultado final da pesquisa.

Quanto às transformações percebidas pelos associados em seu modo de vida social, político e econômico há unanimidade na valoração das vantagens econômicas geradas pela feira que refletem significativamente na economia familiar:

“É bom porque a gente tem uma rendinha melhor e conversa e faz amizades!” (B.C, mulher, 53 anos).

“Pra mim sempre foi bom porque sempre me dei bem com as vendas. Graças a Deus, pude aumentar a minha casa, comprar móveis novos e viajar. A gente vive razoavelmente bem!” (A.M, mulher, 56 anos).

“Mudô bastante, nossa! Pra você ter uma idéia, antes de sê associar a gente não tinha dinheiro pra nada. Pra te falar a verdade, pra comê nós tinha. Fome nunca teve. Mas depois que tamo indo na feira, melhoro muito! A safra é só a cada seis meses e não sobra pra tanto tempo e depois de três anos de seca, imagine?! A gente não passô fome, mas necessidade sim!” (J.F, homem, 39 anos).

Entretanto, é comum o reconhecimento de que o convívio social ampliou seus conhecimentos e a forma como percebem o dinamismo do mercado e da política. Além deste intercâmbio de idéias ter reconhecidamente, alterado seus comportamentos adaptando-os a atual realidade:

“Acho que eu mudei, porque antes eu ia com medo de não vendê e agora eu vou com a certeza de vai dar certo! Me dou bem com todos, nunca tive nada com ninguém!” (B.C, mulher, 53 anos).

“É geralmente a gente muda, né?! Antes eu trabalhava de empregada, praticamente fechada lá e alí não. Eu to em contato com o público. A gente conversa, muitos dão sugestão e a gente aprende!” (A.M, mulher, 56 anos).

“Ihhh, muita coisa! Amizades e a gente aprende com os clientes e com os outros a ficar esperto, porque a gente muitas vezes não tem malícia e hoje em dia todo mundo tenta se dar bem, tanto os colegas como os fregueses! E os políticos então?! A gente pensava que eram uma coisa e conhecendo viu que são outra! Têm que ficá de olho e ouvido bem aberto e boca fechada!” (J.F, homem, 39 anos).

“Eu acho que o próprio convívio, amizades e a conversa com pessoas mais informadas e que tem outras experiências de vida e outra visão, faz com que a gente tire alguma coisinha de aproveit! No teu dia a dia você lembra de alguma coisa que outro disse e muda um pouquinho o jeito de fazer as coisas e as vezes fica melhor.” (W.S, homem, 52 anos).

“Sei lá! Me criei assim, quase só em casa, meio envergonhada e lá a gente se obriga a fala e a escutar também. Comecei a perceber coisa que eu não sabia que era assim, principalmente nos políticos!” (L.C, mulher, 40 anos).

“A gente percebe uma porção de erros, inclusive da diretoria mesmo. O presidente pega muito no pé de alguns e a gente vê. Um pouco a feira e um pouco o estudo ajudou a gente a mudar!” (E.P, mulher, 35 anos).

“Eu mudei muito, porque sempre fui muito quieto e quanto a política, eu mudei o jeito de vê, porque tem muito interesse em usar a gente pra ganhá voto!” (Valdecir).

Seguindo ainda esta dimensão participativa e sua repercussão no modo de vida dos associados, cinco entrevistados revelam sua atuação ativa em outras associações e destacam diferenças significativas entre as experiências vivenciadas nas diferentes associações, dentre as quais, apontam as carências da Afepato quanto a participação equitativa dos seus membros nas decisões e maior interação entre os associados.

Os questionamentos que se seguiram buscaram estabelecer alguma relação entre as afinidades pessoais, a família o trabalho e o relacionamento social dos entrevistados com o grupo e com as comunidades onde estão inseridos.

O ponto de partida foi à comunidade rural, próxima às propriedades e local onde normalmente os vizinhos se reúnem, logo após o culto dominical, para conversar e se distrair, é comum também entre os agricultores do município, trabalhar nas festas religiosas ou eventos que visem angariar fundos para melhorar as instalações das capelas ou pavilhão comunitário. Além disto, servem como referência de esforço coletivo, espírito de grupo e cooperação.

Normalmente, as práticas comunitárias, envoltas pela participação religiosa se tornam o primeiro contato social fora da família, além de ser uma característica típica da cultura italiana, reconhecida pelo convívio bastante próximo entre vizinhos, compadres e amigos, fatores que os ambientam e preparam para as relações coletivas e a prática da cidadania.

Este traço cultural estabelece vínculos significativos nas representações sociais e está representado neste estudo de forma curiosa. Apenas três associados afirmam freqüentar os cultos religiosos apenas como fiéis, enquanto todos os demais revelam que já fizeram ou fazem parte da diretoria da comunidade na qual pertencem. Entretanto, entre os 15 entrevistados, 8 revelam que suas ações junto às diretorias estão muito mais voltadas ao trabalho voluntário nos eventos festivos da igreja, destinado a angariar fundos para investimentos e benfeitorias:

“A gente é da diretoria da Capela, mas não vamo todo o domingo porque tem que ficar alguém em casa pra fazer o serviço, né?! Mas quando tem festa lá, nós tamo trabalhando. Eu adoro! Porque a gente se criou aqui e também tem que fazer a nossa parte, é nossa obrigação!” (M.N, mulher, 43 anos).

“Eu já fui da diretoria, mas agora não tenho mais filho na catequese e desanimei um pouco. Deixei pros outros! Não gosto muito de festa de igreja, a família se reúne aqui no final de semana e a gente vai nas festas, muito de vez em quando!” (A.D, homem, 56 anos)

Relatos como estes podem demonstrar um significado implícito e revelar que a motivação à participação, ao contrário do que se acreditava, não é um traço cultural construído historicamente na sociedade local. Nota-se que a participação dos associados, nestes grupos, acaba fugindo aos interesses relacionados com a prática da cidadania, o envolvimento e a cooperação e volta-se muito mais ao compromisso moral ou social exigido pela comunidade, muitas vezes, como uma resignada tradição familiar que se perpetua sem opção de escolha.

Neste sentido, Demo (1990) lembra que a conquista da cidadania é proporcional à capacidade organizativa de uma dada sociedade:

De certa forma poderíamos afirmar que a cidadania que temos, sua qualidade histórica e seu horizonte no futuro, é proporcional à capacidade organizativa da sociedade, no caminho da institucionalização da democracia. No entanto, faz parte do conceito de cidadania autêntica que ela seja conquistada. O Estado não a dá, nem as elites a promovem. (DEMO, 1990).

Desta maneira destaca-se a necessidade do envolvimento pessoal e especialmente do desejo em fazer parte, contribuir, cooperar. Neste sentido, já há alguns sinais de interesses que despontam. Ilustra estes indícios o fato de que todos os associados entrevistados afirmaram ter algum interesse em fazer parte da diretoria da Afepato, aqueles que já o são, não esquecem as dificuldades mas se declaram satisfeitos com a experiência, alguns ressaltam o status e o poder expressos nos cargos e o seu efeito sobre os demais:

“A gente quer ajuda porque ali tem muita gente boa, mas é difícil porque também tem muita vaidade e dizem: - Eu sou amigo do prefeito! Eu conheço o fulano! Assim tem prejuízo para o grupo, porque os interesses são particulares!” (V.S, homem, 57anos).

“Fazendo parte da diretoria a gente aprende bastante!” (E.P, mulher, 35 anos).

“[...] no começo eu tava mais entusiasmado, mas muita gente espera tudo da diretoria, tudo tem que dar certo! Muitos não respeitam o grupo e fazem as coisas sozinhos, sem combinar, se dá certo eles se beneficiam e dá confusão jogam pro presidente resolver!” (X.P, homem, 44 anos).

“Eu gostaria, mas penso que tenho pouco estudo para ser presidente. Talvez possa ser outra coisa, como fiscal, por exemplo!” (J.F, homem, 39 anos).

“Nunca participei, mas as vezes tenho vontade, outras não, porque o pessoal vê a diretoria como inimigo! Eu acho que existe preconceito, acham que o presidente é mais do que os outros. Mas para mim não. É tudo uma família, é todo mundo igual. É preciso ter uma liderança, naqueles que representam a associação, mas a gente é igual, não existe diferença!” (A.M, mulher, 56 anos).

A partir destas falas os associados passaram a comentar sobre a dinâmica da tomada de decisões e o papel da diretoria na promoção da participação efetiva de cada associado no processo, além de apontarem vantagens e desvantagens da organização coletiva sob o prisma da convivência.

Sobre estes aspectos, houve divergências nas opiniões dos membros da diretoria e dos demais associados, estabelecendo-se aí, indícios de uma gestão autoritária, pouco democrática e equivocada do ponto de vista do associado.

“Sabe, eu sinto falta de momentos para trocar idéias e dar sugestões, já pensei em falá, mas sei que vou mexer num formigueiro! Lembrei de outros episódios que aconteceram com quem resolveu falá e fiquei quieta, porque sabia que corria o risco de falar sozinha. Alguns foram convidados pra feira e precisam muito daquela renda, até pra comer; quase! São famílias que passaram muitas dificuldades e hoje tem uma vida melhor, até mais digna. Você acha que eles vão discordar da diretoria?” (D.D, Mulher 50 anos).

“Ali é difícil viu! Não importa o que é feito, ou sugerido, tem sempre alguém para criticar. Tudo sobra pra diretoria, desde tarefas simples como recolher um papel do chão ou puxar a água da chuva que entra pela porta” (X.P, mulher, 35 anos).

“Nunca têm reunião, como eu disse; no último ano e meio foi só a reunião da eleição. Quando vem algum político ou quando querem dar um aviso é reunido o pessoal no final da feira, uns cinco minutos e aí eles dizem: - Vai ser assim! Vai ser Assado! Vai ser daquele tipo! E é assim. As reuniões são assim! É para dar ordens e avisos! Algumas pessoas são esculachadas, não existe um cuidado pra falar com os colegas! Eu fico só na escuta. Ali entra Pedro e sai Paulo, sai Pedro entra Paulo de novo, sempre o mesmo grupo.” (N.M, mulher, 44 anos).

As questões de relacionamento interno e de gestão de pessoas evidenciaram-se a partir das memórias individuais dos entrevistados que destacaram especialmente os conflitos ocorridos nos últimos anos que acabaram por gerar a ruptura entre associados levando à criação de uma nova associação (a Asporg).

“Ali só entra quem é convidado pela diretoria, quem eles querem, ninguém consulta os outros associados. Não tem unidade ali dentro, foi a falta de diálogo que aumentou as brigas e chegou ao rompimento com o pessoal dos orgânicos. Nós poderia ter convivido todos juntos, não precisava ter acontecido nada disso”. (V.S, homem, 57 anos).

“Eu tinha medo de ir nas reuniões. Sinceramente acho que muita gente também tinha porque ficavam quietos, só assistindo. Um queria mandar mais do que o outro, começavam a gritar, teve até ameaça de cadeirada”. (A.M, mulher, 56 anos).

Para mais da metade dos associados, 09 entrevistados, os conflitos não foram resolvidos e há algumas insatisfações latentes no grupo, segundo avaliação de dois entrevistados, tanto aspirações quanto às sugestões e insatisfações não são pauta de discussão por insegurança e medo de represálias:

“Até para formar as chapas para a eleição dava briga porque os mesmos queriam permanecer. Ali entra quem eles querem os nomes não são postos em votação e é sempre só uma chapa. Quem se arrisca a falar alguma coisa, coitado! É ignorado ou fica ouvindo indiretas depois. Alguns que tão ali a mais tempo querem controlar tudo. Querem que as coisas sejam do jeito deles.” (A.M, mulher, 56 anos).

“Olha ali a coisa foi feia! Tem muita coisa guardada, muita magoa e outras coisas que ninguém mexe!”. (I. A, homem, 54 anos).

Quando provocados a avaliarem a sua participação nas decisões e ações da associação, alguns associados demonstraram um comportamento reticente. Estas posturas se evidenciaram no decorrer das entrevistas, onde se tornou perceptível à

preocupação dos associados de que suas contribuições pudessem prejudicá-los provocando sanções futuras.

“Para dar sugestão de reunião para conversar é possível que o presidente..., eu acho que ele pode levar a mal. Porque eu penso que é ele que tem que tomar a frente e dar a idéia”. (I.A, homem, 54 anos).

“Ali tem uns dinossauros, que são donos da feira, cabeça dura, são contra qualquer mudança, reclamam de tudo, estão afundando e não deixam as coisas mudarem, além de tudo não largam a diretoria para poder impedir que as coisas sejam diferentes”. (D.D, mulher 50 anos).

A participação é parte da categoria norteadora desta análise que perpassa a experiência associativa e que, normalmente é formada a partir das representações sociais de cada sujeito. É também a opção mais coerente para superar a resignação e o medo, gerando as condições para o exercício pleno da liberdade e da cidadania, o que só é possível em sociedades democráticas, conforme ressalta Herbert de Souza:

A resignação e o medo da participação são resultados da cultura autoritária, que perpassa nossa história e instalou-se na nossa cultura e, portanto, nos nossos próprios hábitos. Participar, em vez de ser regra geral, tornou-se uma exceção. Temos, então, o cidadão limitado, fechado, sem iniciativa, dependente. (SOUZA, 1997).

Neste sentido, a fala de um dos associados refere-se especialmente à proposição de Souza (1997):

“Na verdade, a culpa não é da diretoria. Os culpados disso tudo que acontece lá dentro somos nós, que com o nosso voto confirmamos o comportamento deles. Aí eles pensam: tão gostando!” (V.S, homem, 57 anos)

Deste modo, se procurou esclarecer junto aos associados, de que forma eles definem o papel da diretoria junto ao grupo.

Inicialmente 3 associados (não membros da diretoria), afirmaram que cabe à diretoria e especialmente ao presidente, “trabalhar” pelo grupo, o mesmo ocorreu com dois membros da diretoria, enquanto os demais entrevistados reconhecem que as tarefas e as responsabilidades podem e precisam ser compartilhadas:

“É uma liderança. Deve conduzir a associação e resolver problemas gratuitamente. É alguém que deveria representar mas quando isso acontece, é mais para se proteger de críticas!” (J.L, homem, 57, anos)

“Uma associação é formada pelos interesses de um grupo inteiro e não deve haver diferenças lá dentro. Na diretoria a responsabilidade é grande porque ali você tá representando todo o grupo. Muitas vezes a gente tem que acatar coisas que não queria que acontecesse. A gente tá ali há anos fazendo, fazendo e eles pensam que é nossa obrigação!” (W.S, homem, 52 anos)

“Quando tem um ou outro que não concorda com alguma coisa, o presidente toma peito e resolve. A maioria das coisas ele dá um jeito. Ele tem que ir atrás e fazer os outros fazem a sua parte.” (J.F, homem, 39 anos)

Contribuem para o desgaste das relações internas algumas falas que expressam os traços culturais da postura paternalista relatadas nas histórias de vida da maioria dos associados oriundos de uma geração onde a “sabedoria” estava na experiência dos mais velhos que detinham a “ultima palavra” em todas as situações e que ainda parecem incidir sobre as interações sociais deste universo.

Entretanto, começam a aparecer inquietações e posturas mais críticas e democráticas, ilustradas pelas respostas aos questionamentos sobre as diferenças e semelhanças entre o seu papel e o papel da diretoria nas decisões que envolvam a associação, notadamente, presentes em associados que freqüentam eventos de formação continuada. Houve unanimidade nos posicionamentos que defendem uma postura mais representativa para a diretoria, que consulte e cumpra a opinião da maioria e cuja participação nas reuniões seja equivalente a de associado.

“Para mim uma associação não tem dono. O que faz com que dê certo são as pessoas, quem coordena é a diretoria que serve para representar todos e não para dar ordens. Aliás acho que os da diretoria deveriam ser os últimos a se manifestarem para não inibir ou induzir os outros e também todos pagam a mesma coisa e tem os mesmos direitos.” (D.D, mulher 50 anos)

“A gente passou a vida inteira tendo que obedecer, esperar a vez de falar, dar ouvidos aos mais velhos, coisas da criação de cada um, sabe?! Mas ali tem gente que pensa que só ele sabe, que a gente não pensa! Todo mundo não pensa igual. O que precisa ali é alguém que ensine uns a respeitar os outros deixando todo mundo dar a sua opinião.” (D.D, mulher 50 anos)

Dentro deste contexto, seguiram-se os questionamentos quanto às vantagens e desvantagens percebidas pelos associados referentes à experiência coletiva. Somaram-se a estes quesitos suas opiniões sobre a convivência e o relacionamento interno do grupo, onde foram colhidas opiniões divergentes, especialmente com relação aos conflitos, ao cultivo orgânico e a nova inserção da ASPORG (feirantes orgânicos) no mesmo espaço de comércio, que revelam eminentes e preocupantes disputas e insatisfações:

“Pra mim que não tem mais nada de conflito. È conversando que a gente se entende, né?! E o presidente é que tem que chamar a atenção e resolver. Eu não me envolvo com essas coisas! Comigo ta tudo bem, mas o pessoal que voltô, agora depende deles, né?! Eles têm que se unir e entrar nas nossas regras!” (B.C, mulher, 53 anos)

“A gente já enfrenta tantas dificuldades, daí tem o cliente que não entende que na agricultura nem tudo é como a gente quer e ainda vivemos num clima de disputa. Um feirante não indica a banca do outro, quando descobre algum macete não conta, é muito complicado. Queria ou não ali é um lugar muito favorável para o agricultor, a gente ganha bem e o dinheiro é certo e a vista, onde vamo conseguir outra oportunidade dessas! Falta treinamento, informação, a imagem da feira tá muito desgastada. Têm aqueles muito mal educados, grosseiros com os clientes. Banca suja, má vontade, o barracão é nojento, não estimula a compra.” (P.S, homem, 48 anos)

“Eu sempre plantei coisa natural, minha mãe me ensinou desde pequenininha. Nós fizemo curso de orgânico, mas eu não continuei porque era muita reunião e eu não posso ta lá toda hora. Aqui tudo que a gente produz é orgânico, mas pro pessoal aqui de Pato Branco não faz muita diferença, a maioria ainda não tá tão conscientizado!” (L.C, mulher, 40 anos)

Deste modo, ressalta-se novamente a oposição entre aquilo que faz parte das representações sociais, estabelecidas nos núcleos familiares, com destaque a comportamentos submissos e resignados, típicos da educação familiar, e a formação posterior ao envolvimento social, mais amplo onde aprenderam pela experiência e pela capacitação, o que é mais indicado ou eficiente para a dinâmica coletiva.

Assim, Souza (1997) adverte que a participação é um exercício contínuo e que deve fazer parte da vida das pessoas:

Nesse sentido, a participação não pode ser uma possibilidade aberta apenas a alguns privilegiados. Ela deve ser uma oportunidade efetiva, acessível a todas as pessoas. Além disto, é preciso que ela assuma formas diversas: participação na vida da família, da rua, do bairro, da cidade, do País. Participação é, ainda, um direito que não pode ser restrito por critérios de gênero, idade, cor, credo ou condição social. É universal. (SOUZA, 1997)

Considerando que o espaço e o horário destinados às reuniões são o lugar e o momento em que a dinâmica das expressões individuais melhor se estabelece, este foi o ponto de discussão que melhor descreveu as percepções e significados estabelecidos pelos associados com relação à sua participação na experiência associativa. Segundo a maioria dos entrevistados, os momentos de interação e discussão de idéias são mal conduzidos e explorados e não atendem às necessidades do grupo, o que se reflete especialmente nos conflitos pessoais e na insatisfação velada.

“Na maioria das vezes as reunião são no final da feira do sábado. É rápido só para avisos. Não é um horário muito bom porque tá todo mundo cansado e com fome. A gente tem pressa de ir embora, sabe? Só que é preciso para a gente saber o que tá acontecendo. Eu tô satisfeita, tá indo tudo bem!” (L.C, mulher, 40 anos)

“Acho que as reuniões precisam ser rápidas. Precisava ter um mediador porque o pessoal da diretoria vê tudo como crítica e não muda. Já teve briga de envolver agressão física e até polícia na frente dos clientes. Um horror!” (N. K, mulher, 43 anos)

Nas entrevistas esta percepção pode ser sentida, especialmente naqueles associados que estão mais engajados na prática da cidadania:

“A principal diferença entre a Afepato e as outras associações é o contato entre a diretoria e os associados, momentos para conversas e troca de idéias e não o apego ao poder “ (V.S, homem, 57 anos)

Neste momento das entrevistas, foi surpreendente o nível e o volume de contribuições dos associados entrevistados quanto às sugestões e ações que poderiam contribuir não somente para a melhoria da dinâmica interna do grupo, mas especialmente, para o seu crescimento e fortalecimento como organização representativa da classe.

“Eu me dou bem com o pessoal, mas penso diferente! Acho que o cliente sempre tem razão e com ele não se discute! Também acho que a gente tinha que fazer um rodízio de produção, porque não fazê uma escala para não deixar faltar produto pros clientes e todo mundo ganhá?” (D.D, mulher 50 anos)

“Eu acho assim; porque não estimular a participação em cursos e palestras ou trazer alguém como tantos professores que se prontificaram a falar para os associados. Isto ia melhorar o comportamento de todos, ia melhorar o nosso relacionamento e os clientes iam ficar mais satisfeitos.” (V.S, homem, 57 anos)

“O que falta é uma mudança de mentalidade geral. Tem gente que acha que porque sempre fez assim e ganhou dinheiro pode continuar fazendo! A própria prefeitura poderia colaborar, ensinando o pessoal a participar, escolherem o que querem, porque daí não foi a diretoria ou alguém que decidiu e a agente tem que cumprir! Quando é a gente que escolhe fica mais fácil fazer, todo mundo luta quando acredita, é diferente!” (D.D, mulher 50 anos)

“Eu nunca disse nada, mas o atendimento de alguns é muito ruim. Parece que não querem vendê! Precisava forrar as bancadas com um plástico novo, limpo e tudo igual. Também a cada tempo tinha que dar uma lavada naquele piso, o lugar ali não atrai. Têm também esse negócio de ter que ficar até o meio dia, as vezes as verduras que sobraram já tão feias, é resto, tudo murcho e as vezes nem tem mais nada, fica feio pra nós assim.” (B.C, mulher, 53 anos)

“Acho que precisa ser mais organizado no que cada um deve plantar para não falar coisas e sobrar outras. Quando é época de alface aquilo verdeja tudo e uns poucos tem cenoura. Assim os associados ficam concorrente. Nós já começamo plantar aquilo que a gente viu que poucos tem pra venda.” (N.M, mulher , 43 anos)

A partir das contribuições dos associados percebe-se que este grupo tem muito a explorar, que precisa ser estimulado e especialmente ouvido.

Desta forma, é possível destacar ainda que a percepção dos associados quanto ao seu envolvimento, empenho e satisfação estão diretamente ligados à forma de gestão adotada pela diretoria da associação, o que reafirma mais uma das hipóteses deste estudo.

Os depoimentos indicam uma tendência cultural à execução e ao respeito à hierarquia. Notadamente os associados reconhecem que são partícipes do processo, mas o fazem com um discurso aprendido e não assimilado, ou seja, todos os entrevistados usam o termo união para definir a característica mais importante para o sucesso de uma associação e logo depois não se reconhecem como um grupo unido, participativo ou cooperativo.

“Acho que a coisa mais importante para uma associação é a unidade, todos devem decidir o que a associação quer e trabalhar para isso. Tenho certeza que é possível porque funciona em outros lugares, mas é preciso conversar. Não adianta ter boas idéias se não contar para os outros e fazer a coisa acontecer! O que eu falo é o aquilo que eu acredito, mas eu posso estar errada.” (D.D, mulher 50 anos)

3.3 Desafios e Oportunidades

Nesta terceira etapa da pesquisa os questionamentos buscaram evidenciar qual o significado do trabalho de apoiadores e parceiros, para os associados e qual a interferência destes apoiadores nas representações sociais construídas a partir desta experiência.

Como previsto em uma das hipóteses deste estudo, os relatos coletados afirmam a preferência dos associados por parcerias que lhes ofereçam possibilidades de vantagens financeiras ao reconhecerem especialmente as transformações econômicas no orçamento familiar como expressão importante da reprodução social oportunizada pelo associativismo.

Os reflexos da cultura assistencialista difundida pelos programas públicos de assistência à agricultura familiar, convenientemente os apresenta como um segmento de produção limitada, não apto a receber incentivo de políticas públicas estratégicas e contínuas, acostumando-os a concessão de benefícios pontuais e com vantagens políticas:

“Eu penso que tem muita gente dos políticos que podiam ajudar a gente. Já tá na hora de darem um lugar pra gente fazer a feira e não ter que pagar. A gente vota e vota e ninguém resolve, é sempre só promessa” (A.D, homem, 56 anos)

“A gente vê que alguma coisa ali podia ser diferente, né?! Mas vamo fazê, o quê?! A gente precisa e eu me dou bem com todos ali. Também a gente faz o que é preciso, não se envolve, vende as nossas coisas e vai embora.” (N.M, mulher, 44 anos)

Outro fato que reflete a cultura assistencialista, impregnada em suas representações sociais, é que os associados atribuem o papel de envolver e estimular o grupo à participação de terceiros, mais especificamente à diretoria e a

apoiadores, como a Prefeitura Municipal, e a profissionais como os pesquisadores das IFES e instituições que os capacitem ou atuem como mediadores:

“É preciso ter cuidado com as interferências porque a associação é nossa. Somos nós que temos que fazer as coisas acontecerem. O que precisamos é de alguém que ensine como arrumar o que tá errado pra depois a gente ir buscar parcerias para conquistar aquilo que todo mundo acha importante. É de organização que a gente precisa!” (V.S, homem, 57 anos)

“Eu não vejo que interferem, as vezes, algum político, dá palpite numa ou outra reunião. Por exemplo, se o prefeito não tivesse ido naquela reunião os orgânicos não tinham voltado. Eu acho que a associação é nossa e é nós que temo que decidi.” (B.C, mulher, 53 anos)

Além destas manifestações, todos os entrevistados também atribuem valor significativo ao papel dos apoiadores nas transformações ocorridas em sua participação social:

Deste modo, as manifestações em prol da volta das ações que vinham sendo desenvolvidas e especialmente o reconhecimento da importância que a presença de alguns profissionais ligados à área da agricultura familiar tem para o dinamismo e organização da associação, constituíram-se em destaques comuns nas falas dos associados entrevistados.

Algumas contribuições versam sobre a necessidade do apoio destes profissionais no desenvolvimento de potencialidades do grupo, com destaque aos pesquisadores e instituições que atuam à margem de interesses políticos.

“Tem conflito que vem de anos sem solução e acho que pode piorar agora que os orgânicos vão voltar. Eles vão sofrer muito, ainda mais que o resultado da votação foi tão apertada. Eu votei pra eles voltarem porque eu penso que a classe tem que ficar unida pra ter força. As confusões e brigas são conhecidas de todos. Inclusive, muita gente que tentou ajudar desapareceu com medo de se complicar. É uma pena que os professores e o pessoal que não tem interesse político e tem muito pra ensinar se afastaram. Nós só perdemos com isso! A própria secretaria da agricultura, não agüentou a pressão!” (P.S, homem, 48 anos)

“Acho que tem muita gente que gostaria de aprender mais, são interessados em melhorar. Eu já fiz cursos com todos os feirantes e foi muito bom. Na verdade os mais preparados são os orgânicos porque a APROVIDA ensina um monte de coisa. A gente vê que eles estão sempre nos cursos e melhoraram muita coisa na questão da embalagem, higiene, disposição dos produtos na banca.” (D.D, Mulher, 50 anos)

É consenso entre os associados ouvidos, que a ruptura e as perdas acumuladas ao longo dos últimos anos com o afastamento de alguns parceiros e apoiadores trouxe reflexos às ações internas da associação.

Entretanto, há quem aposte na atuação da Secretaria Municipal de Agricultura como agente de reaproximação, usando como marco desta ação, a transferência do local de comercialização da feira para um via pública (conforme projeto para a construção de estrutura pública em uma rua próxima à atual feira. Informações não oficiais dão conta de que a Prefeitura Municipal aguarda apenas a concessão de verba pública para o início das obras).

“Seria bom se no futuro, eu não sei como, mas a prefeitura cuidasse do comércio, organizasse essas coisas e ajudasse a todo mundo poder falar mais e dar idéias. Era bom se todo mundo escolhesse o que vai ser feito. É verdade que o pessoal da diretoria faz muita coisa sozinha, mas é porque eles não têm como fazer de outro jeito. Não é fácil pra eles, muitos não colaboram e outros só criticam pelas costas.” (B.C, mulher, 53 anos)

“A possibilidade de ir pra rua; pôxa! Reclamam que o espaço vai ser menor, que tem a chuva. Meu Deus! Como em outras cidades funciona? Lá não chove? É preciso conversar, discutir alternativas e não só possíveis problemas. Aonde vai ter mais cliente é o que interessa. Conheço feiras de outras cidades, até menores que Pato Branco e que tem sempre muita gente, onde se vende de tudo, desde artesanato até verdura como nós.” (D.D, mulher, 50 anos)

Manifestações neste sentido acentuam as tensões entre duas vertentes expressas no grupo: uma tradicional e conservadora com tendência a uma gestão centralizada e hierárquica e outra, contemporânea, com atuação mais participativa

dos associados nas decisões e restrição da diretoria ao papel de representante da vontade da maioria.

“Eu vejo assim; apoio e incentivo é uma coisa e parceiro e outra, mas quem ainda tá por ali é o pessoal da prefeitura, porque o pessoal da EMATER, do CEFET e da FADEP, desapareceram por causa das confusões. Eles não ganham nada pra se incomodarem e nem podem interferir, né?! É preciso que sejam convidados, que haja interesse da nossa parte, atenção e principalmente abertura. Esse pessoal trabalha de graça pra nós, faz pesquisa e descobre coisas interessantes e ninguém ali parece perceber o que a gente tá perdendo.” (D.D, mulher 50 anos)

Algumas das opiniões apresentadas expressam inquietudes que podem despertar novos interesses com relação ao envolvimento e à participação dos associados e apontam para uma perspectiva mais progressista, cujo caminho ainda precisa ser construído.

Sobre estas questões Demo (1990) afirma:

[...] a conquista de relações sociais mais iguais traduz o momento típico do cidadão. É cidadão, quem disto toma consciência histórica e se organiza para conquistar seu espaço próprio, no contexto do poder. Elabora a idéia de direitos, de Estado de Direito, de democracia, não como facilidade de consensos fátuos, mas como conquista do equilíbrio do conflito, onde a convivência possível é construção, não dada e definitiva.(DEMO. 1990)

Deste modo, o ponto de partida para uma possível transformação, talvez seja, justamente a percepção da própria identidade de associação e o seu significado. O fazer parte, as afinidades, os interesses em estabelecer com o mercado local, relações mais intensas, representativas e duradouras, podem seguramente proporcionar-lhes uma nova visão sobre si mesmos.

A pesquisa exploratória junto aos pesquisadores e profissionais ligados ao meio rural detectou, que tanto o afastamento, quanto as mudanças de posturas

adotadas por estes profissionais com relação à associação teve razões ligadas aos seus comportamentos contraditórios e ao fato de que costumam estabelecer com estes profissionais, relação de dependência e não de apoio ou de parceria para decisões e ações discutidas e assimiladas pelos membros da associação e tidas como da própria associação.

Segundo um pesquisador com experiência de vários anos em apoio às associações de produtores familiares, as posturas inadequadas de alguns associados inviabilizaram um sério trabalho que poderia fundamentar e assessorar futuramente o grupo:

“Nós, juntamente com a Secretaria da Agricultura do Município, tínhamos muito interesse em acompanhar o pessoal da associação; assessorá-los mesmo! Apesar das dificuldades tentamos nos aproximar. Conversamos com eles e nos propusemos a fazer um trabalho de acompanhamento. Realizamos uma intensa pesquisa a cerca da comercialização da feira para que pudéssemos fundamentar as futuras ações. Ali é muito difícil! Têm muita gente boa, mas também tem aqueles que querem se beneficiar individualmente e acabam comprometendo todo o trabalho e até denegrindo a imagem de quem se aproxima mesmo com sérias e boas intenções como nós. Achamos que o mais prudente era nos afastar.” (JK, pesquisador credenciado pelo CNPQ)

As opiniões coletadas entre os profissionais que já estiveram em contato com o grupo em questão convergem para o fato de que o índice de envolvimento dos associados nas ações propostas é baixo, que algumas informações não chegam a todos, ou chegam distorcidas e comprometem a qualidade de qualquer ação de apoio.

É consenso entre os parceiros e apoiadores entrevistados, que as experiências anteriores vivenciadas com a Associação de Feirantes, não podem e

nem devem se repetir. Assim, um novo envolvimento entre as partes só será possível a partir do interesse e comprometimento dos associados:

“Acredito que o grupo precisa de uma parada para a reflexão. Estou sempre disponível através da Secretaria da Agricultura para qualquer solicitação deles. Procuro resolver aquilo que depende de mim, posso providenciar palestras, cursos e contatar com novos parceiros, mas têm muita coisa que é interna; é coisa deles e eles precisam resolver entre eles.”
(T.D.V, Secretária da Agricultura de Pato Branco)

Entre os associados já é possível perceber impulsos nesta direção, especialmente dentre aqueles mais conscientes e preocupados com as perspectivas que se apresentam para o futuro da organização:

“Eu acompanho tudo de perto, observo muito e ouço muito também, ali têm muita gente com nó na garganta, só esperando a oportunidade de dar o seu grito de liberdade; dizer o que pensa e sugerir mudanças. Se houver, ou quando houver a oportunidade certa, muita gente vai se surpreender com o que aquele pessoal é capaz de fazer! Só ta faltando a oportunidade!” (V.S, homem, 57 anos)

Corroborando com estas opiniões a definição do sociólogo Souza (1997) sobre participação:

Participação é um dos cinco princípios da democracia. Sem ela, não é possível transformar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade.
(SOUZA. 1997)

Neste sentido a secretária de agricultura do município de Pato Branco, destaca que iniciou sua gestão frente à Secretaria com o objetivo de promover ações que oportunizassem maior envolvimento entre os feirantes associados e também com os demais agricultores do município, que o fez por diversas vezes, mas que entende que não obteve o sucesso que esperava:

“No início deste mandato tomamos a iniciativa de reunir pesquisadores da FADEP e da UTFPR, profissionais da EMATER e técnicos desta secretaria para alavancarmos esta questão da feira. Nos reunimos várias vezes, com e sem a presença dos representantes da Associação. Foi feita uma importante pesquisa como parte de um trabalho que pretendíamos continuar. Os agricultores receberam bem a iniciativa, porém, no momento de discutir metas e ações, não houve interesse, eles não vinham às reuniões ou mantinham discussões pessoais. Ainda existem muitos atritos entre os orgânicos e os convencionais que acabam travando o processo. Para ser mais simples: se eles não conseguem se entender entre eles, como é que alguém de fora pode interferir!” (T. D.V, Secretária da Agricultura)

Esta iniciativa foi naturalmente confirmada tanto pelos associados quanto pelos apoiadores pesquisados, que ressaltaram o interesse e o envolvimento efetivo do poder público em todos os eventos.

Dentre os eventos mais citados na pesquisa, destacam-se: viagens de reconhecimento em outras feiras livres e associações fora do município, cursos e palestras envolvendo temas como: práticas de cultivo, associativismo, controle de custos e resultados, manipulação de produtos, atendimento ao cliente e alguns outros promovidos ao longo dos últimos anos.

Todos os associados entrevistados aprovam as iniciativas, mas a maioria reconhece que participa pouco dando como principal motivo o excesso de trabalho na propriedade. Há também aqueles que apesar de cientes da importância das ações de controle de custos de produção, receitas, formação de preço final e outros que contribuem para uma melhor eficiência nos gastos e investimentos nas propriedades, simplesmente afirmam que não o fazem:

“A gente aprendeu nos cursos que deve anotar tudo que gasta, mas eu não preciso fazer isso porque só mexo com queijo, salame e coisas que não precisa anotar. E depois a gente não tem mais idade e nem tempo pra isso!” (B.C, mulher, 53 anos)

“Eu até comecei a anotar mas vou te dizer; desisti! Não dá! A gente começa a vê que não vai ganhar quase nada e no final começa a sê desacorsoá!” (I.A, homem, 54 anos)

Os principais reflexos destas posturas estão nos dados apurados na pesquisa nos quais apenas dois dos quinze associados reconhecem o uso efetivo e a importância das informações obtidas nas oportunidades de capacitação em suas práticas cotidianas de planejamento e controle das receitas e despesas das atividades nas propriedades.

Nestes dois casos há uma base de dados consistente como; controle de custos de produção, levantamento das receitas, preocupação com a manipulação dos produtos, noções de marketing, além de uma singular avaliação sobre as potencialidades e fragilidades que envolvem a atuação da Afepato no mercado pato-branquense:

“Eu procuro fazer controle de tudo, aprendi o quanto isso é importante nos cursos e palestras. Agora participo do projeto da Mesoregião aprendi muito, especialmente sobre comercialização. Descobri coisas sobre os produtos diferenciados e como calcular os custos, também sobre a importância da embalagem e como diminuir custos e preços.” (D.D, mulher 50 anos)

“Eu faço o caixa depois de cada feira, sei que vendo mais no inverno, mas está muito bom! Vale a pena! Estou pensando em oferecer outras coisas; surpreender o cliente!” (V.S, homem, 57 anos)

Sobre esta perspectiva a pesquisa apurou que os demais associados (13) estabelecem os preços de venda de seus produtos a partir dos preços praticados pelos supermercados. Enquanto, as variações internas nos preços de um mesmo produto decorrem da comparação de fatores subjetivos com: proporção, tipo de cultivo (orgânico ou convencional), quantidade da oferta e outros que ficam a critério do feirante.

Segundo os associados, apesar desta ser uma prática comum na Afepato, o limitador é que os preços praticados internamente não devem estar abaixo dos

preços praticados pela maioria dos demais feirantes, sob pena de advertência dos fiscais da diretoria.

Este é um dos aspectos apontados pelos feirantes como o principal responsável pela concorrência interna. Eles reconhecem que se apegam ao controle interno dos preços e a falta de escala de produção, como os principais dispositivos de disputa pelo cliente e como um regulador à sua segurança comercial:

“O preço de venda tem que sair a partir dos custos de produção. É verdade que muita gente não dá o valor que merece um produto natural e artesanal.” (A.M, mulher, 56 anos)

“Os nossos preços de venda é o do mercado, porque os nossos produtos são melhor!” (L.C, mulher, 40 anos)

Quanto às perspectivas dos associados para o futuro da Associação de Feirantes de Pato Branco, o quadro é crítico. A maior parte dos entrevistados não conseguiu apontar oportunidades de crescimento ou investimento, que não recaiam sobre a concessão pública de local para a comercialização que reduza seus custos. Os entrevistados também tiveram dificuldade em vislumbrar algum desafio como meta de ação a ser proposta ao grupo:

“O futuro desta associação é medíocre, ou fica como tá e agüenta quem precisa, ou acontece alguma coisa boa pra salvar a situação. A nossa esperança é o novo espaço na rua, tomara que seja público e que a prefeitura administre, coloque regras e coordene algumas decisões. É preciso enfraquecer este grupo que está no poder e estimular os outros a participarem para que aja mudança. Não basta mudar de lugar é preciso mudar a cabeça das pessoas.” (V.S, homem, 57 anos)

“Precisa melhorar urgente o atendimento, a diversificação dos produtos, os preços e a qualidade. A qualidade é fundamental, os clientes não se importam de pagar o mesmo preço do mercado ou até mais se o produto for de maior qualidade, sem bichinho ou estragado.” (D.D, mulher, 50 anos)

“Só vejo futuro no prefeito dar um jeito num outro lugar porque ele foi lá na reunião e disse que se a gente aceitasse os outros de volta ele construía na rua. Por isso que a gente aceitô, senão não ia, né?!”(L.C, mulher, 40 anos)

A apresentação destes dados e suas análises correspondem às interpretações de sua autora, que procurou fundamentar seus apontamentos a partir das discussões teóricas apresentadas no decorrer deste estudo, utilizando as opiniões dos associados aqui expostas, como referência e sem qualquer juízo de valor ou manifestação de cunho pessoal.

Segundo a abordagem proposta e os métodos e técnicas de pesquisa científica que contribuíram para a realização deste estudo, discussões teóricas de pesquisadores de vários segmentos científicos e na coletânea de opiniões dos sujeitos partícipes do processo de associativismo para a comercialização da produção agrícola familiar no município de Pato Branco.

As manifestações expressas pelos sujeitos sociais, partícipes do processo associativo, foram cuidadosamente relatadas, conforme as expressões e vícios de linguagem, típicas da cultura local, com a única intenção de representar a autenticidade do conteúdo das falas sob análise.

Desta forma se estabelece um perfil singular para o grupo estudado, cujas características foram aqui explicitadas e comentadas, tendo como base as categorias que apontam as multidimensões do associativismo para os associados da Afepato – Associação dos Feirantes de Pato Branco: identidades culturais, experiência associativa, desafios e oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo esta pesquisadora buscou subsídios para compreender quais as percepções e significados atribuídos ao associativismo a partir das representações sociais dos agricultores familiares feirantes do município de Pato Branco-PR.

Num primeiro olhar sobre este universo o que se apresentava era uma realidade desafiadora, com pontos que convergiam para uma situação de exclusão social a um grupo com importantes potencialidades no mercado local.

Aos poucos foi-se desvelando uma nova realidade, não mais com limitações voltadas especificamente à falta de incentivo de políticas públicas ou de parceiros e apoiadores institucionais, mas uma experiência rica em oportunidades que precisam ser descobertas pelos atores que as constroem dia-a-dia.

Este estudo reflete as significativas influências das representações sociais dos sujeitos, agricultores familiares que expressaram sob a forma de histórias do seu cotidiano a sua interpretação sobre o universo que os cerca.

A partir das abordagens o grupo agricultores familiares em estudo, reconstruiu sua atuação como atores sociais e o significado que se estabeleceu sobre a valorização das suas identidades culturais, trabalho e também da sua participação social revelando pontos importantes desta realidade.

Ao sistematizarmos as identidades culturais e o perfil socioeconômico dos associados, confirmamos a forte influência da descendência italiana e católica, com preocupante índice de envelhecimento dos associados. Outra preocupação reside

nas expectativas de trabalho e renda já que muitas propriedades apresentam sinais de sua subutilização pela falta de força de trabalho.

Pela análise dos resultados obtidos constatamos que tanto as expectativas quanto as motivações individuais mais relevantes que levaram os associados a buscarem a atuação coletiva, foi a econômica. Fato perfeitamente admissível face à realidade mercantilista em que atuam, não fosse pela desgastada representatividade ideológica e democrática que torna o grupo ainda mais enfraquecido social e politicamente.

Através da análise e sobreposição dos dados apresentados foi possível verificar que a avaliação dos associados quanto às transformações ocorridas em sua participação social, em decorrência do associativismo, é positiva. Todos os associados apontam uma maior interação social, política e econômica com o mercado, a partir das suas relações com a coletividade. Dados positivos que refletem na sua auto-estima e ampliam seus conhecimentos capacitando-os para lançarem novas ações participativas.

As formas de se organizarem e gerirem suas dificuldades e expectativas, além de como administram os diversos fatores envolvidos em sua experiência coletiva, demonstram a pressão exercida pela cultura local sobre seus comportamentos e posturas.

Assim como a dinâmica das relações humanas, os seus conflitos foram pontos fundamentais para entender a coletivização das necessidades como forma de acesso às demandas individuais e as práticas que se refletem na intensidade da participação social, o que pode, futuramente, modificar o seu modo de vida e o efetivo exercício da sua cidadania.

As respostas positivas a todas as hipóteses propostas para este estudo revelam que medidas de reestruturação de valores institucionais precisam ser imediatas, constantes e progressivas, além de necessitarem de apoio especializado, o que foi prontamente oferecido por seus apoiadores e parceiros.

Neste aspecto, constatamos que a resposta a pergunta de pesquisa que norteou este estudo, estabelece inúmeras alternativas como caminhos viáveis para potencializar as ações e resultados do grupo em estudo.

Dentre elas destacamos a revisão das posturas individuais e coletivas, discussões internas que gerem alternativas para ações de reestruturação e posteriormente, a busca por apoio e formação que lhes permitam maior interação e envolvimento.

Cabe ressaltar ainda, que esta autora compactua com as constatações de associados e colaboradores de que tanto as iniciativas, quanto o desejo pela transformação, devem partir das necessidades do grupo, como resultado da consciência de suas limitações e principalmente da disposição à mudança de postura individual.

Desta forma acredita-se na possibilidade de uma maior e melhor visibilidade social, comercial e política para a Associação de Feirantes de Pato Branco, considerando especialmente o grande potencial de expansão do segmento no mercado local e o fato de que todos os associados contribuíram imensamente com este estudo, mostrando-se interessados nas inovações construídas a partir dele.

Sob este aspecto, e considerando principalmente a disposição das instituições públicas do município em assessorar as suas iniciativas, vislumbra-se que este diagnóstico singular sobre a experiência associativa dos feirantes de Pato

Branco, sirva para que repensem as suas ações, seu envolvimento e principalmente, suas redes de relações e valores.

Assim, concluí-se que o ponto central e de equilíbrio do objeto em estudo está na forma como os sujeitos deste processo associativo têm conduzido a sua participação individual. Como têm democratizado o envolvimento de todos os demais associados nas ações, no planejamento e na avaliação de oportunidades e desafios que se apresentam para o seu futuro.

Desta forma e diante do exposto neste estudo, não nos cabe julgar, nem tão pouco apontar culpados ou soluções paliativas às ações que nortearam as posturas deste grupo, visto que acreditamos que uma associação pertence aos seus associados e sua força representativa em qualquer dimensão dela emana e nela reflete positiva ou negativamente, atingindo a cada um dos seus membros, co-responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural**. Economia Aplicada. v. IV, n.2, abril/junho, 2000 b.
- _____, R. **Conselhos além dos limites**. Estudos Avançados. Universidade de São Paulo, Volume 15, número 43, setembro/dezembro de 2001.
- _____, R. **A agricultura familiar entre o setor e o território**, Projeto: As forças sociais dos novos territórios – O caso da Mesoregião Grande Fronteira do Mercosul, Programa de pesquisa: Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial, 2005.in <http://www.rimisp.cl/seccion.php?seccion=308>, acessado em 12/01/2007.
- ALMEIDA, J. **O Enfoque Sistêmico E A Interpretação Dos Processos Sociais Rurais: Usos “Redutores” De Um Pretenso Paradigma “Holístico”**. Revista *Redes*, v. 8, n.1, jan.-abr. 2003.
- ALVAREZ, S.E, DAGNINO, E. & ESCOBAL, A. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos- Novas Leituras**, Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2001
- ANJOS, F.S. dos; GODOY, W.I., CALDAS. N. V. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: Perspectivas e Tendências**, Pelotas: Ed. Universitária, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997
- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Buman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005
- BOCCHESE, N. F. **A trajetória de desenvolvimento econômico**. Dissertação de Mestrado em Economia, Palmas, 1999.
- CAMPANHOLA, C., SILVA J.G. **Diretrizes de Políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local**. XXXVII Congresso da Sociedade Brasileira de economia e Sociologia Rural, Foz do Iguaçu, PR, agosto, 1999.
- CAMPOMAR, M. C. **Do uso de “estudos de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração**. Revista de Administração. São Paulo v.26, n. 3 (jul./set. 1991), pp.95-97.
- CARVALHO, M.C.B. **A reemergência das solidariedades microterritoriais na formação da política social competmporânea**. Revista São Paulo em Perspectiva II, Ed. PUC, 1997.
- CASTORÍADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Ed. Paz e Terra, 3ª Ed. Rio de Janeiro, 1991.
- CEMTR e Deser. **Gênero e Associativismo na Agricultura Familiar. Mulheres e Homens Construindo Caminhos de Igualdade**. Curitiba. Marginal. 2000.
- CORRÊA, W.K. & GERARDI L. H. de O. **A Produção Familiar e os Desafios do Mercado**. Revista de Ciências Humanas, Ed. UFSC, Florianópolis, nº 31, abril 2002.
- CUNHA, L.A. G. **Confiança, Capital Social e Desenvolvimento Territorial**. Revista ERA, Curitiba, nº 4, p.49-60. Ed. UFPR, 2000.

DEMO. P. **Trabalho e cidadania**. In: Encontro Regional de Tropicologia, 3, 1986, Aracaju. Anais. Recife: Massangana, 1990. p. 51-62.

_____, P. **Pesquisa e construção de conhecimento. Metodologia científica no caminho de Habermas**. 4^a ed. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 2000.

_____, P. **Metodologia do Conhecimento Científico**. Atlas. São Paulo, 2000.

FILHO.J.R.S.**Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação**. In <http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.htm>, acessado em 26/11/2006

FLORIANI, D.. **Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, nº 1, p. 21 – 39, jan./jun. 2000.

FÓRUM INTERGOVERNAMENTAL E DA SOCIEDADE DO SUDOESTE DO PARANÁ. **Plano de desenvolvimento sustentável do Sudoeste do Paraná: Versão Agrícola**. Pato Branco: Secretaria Executiva do Fórum / EMATER, novembro de 1999.

GIL. A.C. **Como Elaborara Projetos de Pesquisa**. 3^a ed., São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES. A. **Foco Dobrado na Agricultura Familiar**. Jornal Gazeta do Povo. Caderno Paraná Política de 14.01.2007

GUARESCHI. P. A. & JOVCHELOVITCH. S. (orgs) **Sem Dinheiro Não há salvação: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais**, Textos em Representações Sociais, Ed. Vozes, 2^a Ed., Rio de janeiro, 1994.

GUIDDENS, A. **A Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.

HUBERMAN, L. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1976, p. 31. in: Origem das feiras -<http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-mem/32.htm>-

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBD - Instituto Biodinâmico Demeter: <http://www.ibd.com.br/> Acesso em 03/12/2006

IBGE. Censo Agropecuário de 1995-1996 – Brasil. Rio de Janeiro, 1998.

_____. Censo demográfico 2000 – Brasil. Rio de Janeiro, 2001.

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - **Encarte Institucional do II Plano nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**, Brasília, 2002.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, **Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura paranaense : subsídios e diretrizes para uma política pública**. Curitiba, 2005.43 p. (acesso em 03/12/2006)

JOUTARD, P. Verbete: **Memória Coletiva** (p. 526 a 528) in BURGUIÈRE, A. Dicionário das Ciências Históricas, Ed. Imago, Rio de Janeiro, 1993

KIYOTA. N. **Agricultura Familiar e suas Estratégias de Comercialização: um estudo de caso no Município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná.** Dissertação de Mestrado, Lavras, 1999.

MARX. K. **A Ideologia Alemã.** São Paulo Ed. Hucitec.1984

MACHADO, Z. (2002) **Economia combina com solidariedade?** FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – um outro mundo é possível, www.ciranda.net/publicue/cgi Acessado em 13/11/2005.

MDA/FAO – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Food and Agriculture Organization. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto.** Brasília: MDA/FAO. Fev. 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao/>> Acesso em: 10 mar. 2005, 17:30:30.

MENOSSO. D.T.P. **Trajetórias de Vida e Estratégias Produtivas: o caso da produção familiar de Pato Branco.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Londrina, 2002.

MINAYO. M.C de S. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde.** 7ª ed.. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco 2000.

_____, M. C. de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** In: MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 17ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

OLIVEIRA. M. **Tendências das Atuais Políticas de Ciências e Tecnologia: ressignificações no espaço universitário.** Dissertação de Mestrado em Educação, Pelotas. 2000.

PINTO, Á. V. **Ciência e Existência.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PEDRO, F.C., COULON, O.M.F. **As rotas comerciais e as feiras medievais.** Disponível em <http://www.hystoria.hpg2.ig.com.br/rotas.html>, Acesso em 03/out/2006.

RIBEIRO, E. M. **Fé, Produção e Política: Experiências Associativas de Camponeses de Minas Gerais.** São Paulo: Loyola, 1994.

ROCHA, M. M. **Associativismo e participação: alternativas populares para fazer frente ao modelo neoliberal.** Ponencia apresentada al Tercer Congreso Internacional de Latinoamericanistas en Europa, Amsterdam, 3-6 de julho de 2002.

ROMERO, F.K. **A afirmação.** São Paulo: Saraiva, 1999

SANDRONI, P. **Discionário de Economia.** São Paulo:. Best Seller, 1989.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____, S. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: Elementos Teóricos e um Estudo de Caso.** In **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos.** Ijuí: Unijuí, 2006.

- SHUTZ, A. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar.1979.
- SILVA, K.V. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Contexto, São Paulo, 2005
- SCHMIDT, W. **Associativismo e Cooperativismo: O Terceiro Setor no Desenvolvimento Rural Catarinense**. In *A Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Florianópolis: APED, 2002.
- SOUZA.H. **Participação Consciente** in:<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-62.htm>, acessado em 16/04/2007
- SOUZA, M. L de **Algumas Notas Sobre a Importância do Espaço para o Desenvolvimento Social**. Revista Território, ano II, nº 3, jul./dez. 1997
- SPINK.M.J.P. **Desvelando as Teorias Implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais**. in. GUARESCHI. P. A. & JOVCHELOBVITCH. S. (orgs) *Textos em Representações Sociais*, Ed. Vozes, 2ª Ed., Rio de Janeiro, 1994.
- _____.M.J.P. **Representações Sociais: questionando o estado da arte**. Revista Psicologia e Sociedade, jul./dez. 1996.
- TIRIBA, L. **A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho** IN:. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*.São Paulo, Contexto, 2000.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sócias: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VASCONCELLOS, M.A; GARCIA, M.E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- VÁZQUEZ A. B, **Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo**. Madrid: Pirâmide, 1988.
- VEIGA J.E., **A face territorial do desenvolvimento**. Anais do 28º Encontro Nacional de Economia - ANPEC, Belém, dez.1999.
- _____, J. E – **A Face Rural do Desenvolvimento: natureza, território e agricultura** – Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2000.
- VEIGA S.M., **Associações: Como Construir Sociedades Cívicas Sem Fins Lucrativos**. Rio de Janeiro:DP&A: Fase, 2001
- VELHO, G. **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977
- WANDERLEY, L. Os **Sujeitos Sociais em Questão** in *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 40, Cortez, São Paulo,1992.
- WANDERLEY,M.N.B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In *TEDESCO, J.C. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo. EDIUPF, 1999.
- _____,M.N.B., **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural como espaço singular e ator coletivo**. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, nº15,out/2000, ed. UFRRJ, 2000.

_____, M.N.B. **A ruralidade no Brasil Moderno- Por um Pacto social pelo Desenvolvimento Rural.** In:GIARRACCA, N. (Org). Uma nueva ruralidade em América Latina? Buenos Aires: Lasco, 2001

WEBER. M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Pioneira,1985.

Sites Consultados:

<http://www.rr.gov.br/investidor.php?area=associativismo>, consultado em 13/08/2006

http://www.sebraees.com.br/manualempresario/pag_det_ass_man_emp.asp?cod_assunto=177&ds_assunto=Associativismo&cod_grupo=14, acesso em 13/08/2006

<http://brazine.de/artikel.asp?rubrik=archiv&artikel=%7B6CAEAAAC0-2B65-4AB3-BF56-B698AFDC20F9%7D-> acesso em 03/12/2006

http://www.ibase.br/userimages/pub-pronaf_final4.pdf., acesso em 14/01/2007

<http://brazine.de/artikel.asp?rubrik=archiv&artikel=%7B6CAEAAAC0-2B65-4AB3-BF56-B698AFDC20F9%7D-> **Agricultura familiar: riqueza da nação e miséria do produtor.** acesso em 03/12/2006

ANEXOS

Anexo I

O DESAFIO DO ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: o caso dos Produtores Rurais Feirantes do Município de Pato Branco-PR Trabalho de Dissertação PPG em Ciências Sociais Aplicadas/UEPG

Audrey Merlin leonardi de Aguiar
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (Org.)

Roteiro para Entrevista Semi-Estruturada (Associados)

O ASSOCIADO: Perfil e Identidades Da Origem à Continuidade A família e o Trabalho

Iniciais fictícias do entrevistado: _____

1-Origem: _____ Religião: _____ Est. Civil _____

2-Idade: _____

3-Estudou até qual série: _____

4- Há quanto tempo reside no município: _____ anos.

5- Local de residência no município _____

6- Qual o tamanho da sua propriedade _____ alqueires/hectares.

7- Qual o tamanho da área destinada ao cultivo dos produtos comercializados na feira? _____

8- Sua família é formada por quantas pessoas? _____ pessoas.

9- Quantas pessoas da família moram e trabalham na propriedade? _____ pessoas.

10 A força de trabalho usada na propriedade é toda familiar?
() Sim () Não – Nº de funcionários _____

11- A renda familiar é toda gerada na propriedade?
() Sim () Não -Qual a outra fonte de renda? _____

12- Como passou a trabalhar na agricultura?
- Como é o trabalho?
- Gosta do que faz?
- Quais as maiores dificuldades?

13- Qual a sua expectativa para o futuro? O que pretende fazer quando não for mais possível trabalhar, alguém da família dará continuidade ao seu trabalho?

14- Me conte um pouco sobre a vida de vocês nas horas de folga?
- Estas atividades envolvem relações de amizade com as famílias dos outros associados?
- Onde encontram com os amigos?

15- Imagine que eu não o (a) conheço. Me conte quem é o senhor (a):
- O que faz?

B) EXPECTATIVAS E REALIDADES DA EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA

- Avaliando a Participação
- Convivendo com as Diferenças

16- Há quanto tempo é associado? _____ anos.

17- Depois que o senhor (a) passou a associado quais foram as principais alterações ocorridas na sua vida?

- Como ocorreu o seu ingresso na associação? A vida melhorou ou piorou? Por quê?
- Na sua opinião qual foi o melhor período da Associação? Por quê?
- Como é agora?

18- Sua participação na Associação, de alguma forma mudou seu comportamento social e/ou político?

19- Além da Associação o senhor (a) participa de algum outro grupo ou associação?

- Como é sua participação na comunidade (igreja)?
- O senhor gosta de participar das atividades que acontecem lá? Por quê?

20- Para o senhor o que é uma associação?

- O senhor (a) já fez ou faz parte da diretoria da associação?
- Gostaria de ter feito? Por quê?
- Qual é o papel (a tarefa) da diretoria em uma associação?

21- Me fale um pouco sobre as reuniões da associação:

- Com que frequência elas ocorrem e em qual horário?
- Concorda com o horário? Acha as reuniões produtivas?
- Todos se manifestam e dão opiniões e sugestões?

22-Quais as principais vantagens e desvantagens do associativismo?

23- Eu Gostaria que o senhor (a) comentasse sobre a convivência de vocês dentro e fora da Associação?

- Como o senhor (a) analisa a forma como são resolvidos os conflitos?
- Como é a relação dos associados com a atual diretoria, há interação, discussão de idéias?
- É possível discutir assuntos cotidianos, conversar sobre suas prioridades, estreitar laços de amizade? Por quê?

24- E quanto ao projeto em tramitação que transfere o espaço da feira para a rua, em local coberto e com infra-estrutura adequada, o que o senhor (a) tem a dizer?

- A Associação discutiu o assunto com vocês?
- O senhor(a) participou desta decisão, concorda com ela? Por quê?

25- Qual a coisa mais importante para que uma Associação prospere, de certo?

DESAFIOS E OPORTUNIDADES - Aplicando Conhecimentos

- Redes Sociais de Participação
- Estratégias Institucionais de Desenvolvimento

26- O senhor(a) faz algum tipo de controle financeiro, como despesas, custo de produção e receitas?Qual? O que o levou a fazê-lo, iniciativa própria ou incentivo de cursos ou palestras?

27- Gostaria que o senhor(a) comentasse um pouco sobre as relações da Associação com os seus apoiadores ou parceiros?

- Quem são os principais parceiros?
- Qual a sua opinião quanto à participação e influência destes parceiros nas ações e resultados da Associação?
- Como o senhor (a) acredita que a Associação seria sem a influência deles?
- Qual é o limite de interferência que eles devem ter e qual será o momento ideal para a autonomia da Associação?

28- Quais as ações que as parcerias proporcionaram aos associados que o senhor (a) poderia destacar?

- A associação e seus parceiros oferecem algum tipo formação técnica? Palestras, cursos, visitas e assistência às propriedades?
- O senhor (a) já participou de algum?
- Qual a sua avaliação desta iniciativa?

29- Vamos falar um pouco sobre a feira:

- Qual é a sua avaliação sobre a Feira do Produtor?
- Quais os pontos fortes da feira e em quais pontos ela deve melhorar?
- O senhor (a) sabe qual é o seu faturamento mensal com a feira?
- O faturamento aumentou ou diminuiu no último ano? O que influenciou este fato?

30- Como o senhor(a) estabelece o preço de venda dos produtos comercializados?

- () Pelo levantamento dos custos de produção
- () De acordo com os preços praticados pelos outros associados
- () De acordo com os preços praticados pelos supermercados
- () Outra forma _____

31- Como o senhor (a) imagina o futuro da associação? O que precisa ser feito para que isso ocorra (ou não ocorra)?

Anexo II

O DESAFIO DO ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: o caso dos Produtores Rurais Feirantes do Município de Pato Branco-PR Trabalho de Dissertação PPG em Ciências Sociais Aplicadas/UEPG

**Audrey Merlin leonardi de Aguiar
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (Org.)**

Roteiro para Entrevista Semi-Estruturada (Secretaria de Agricultura)

1. A senhora poderia comentar um pouco sobre a sua participação e a dinâmica da Secretaria de Agricultura do Município?

- Em que data a senhora assumiu a Secretaria de Agricultura do Município e como ocorreu a sua indicação a esta Secretaria?
- Como estão distribuídas as funções dentro da Secretaria Municipal de Agricultura? Como ela atua, de forma independente ou conta com parceiros institucionais?
- Como é o acesso dos agricultores à Secretaria, diretamente à senhora ou a algum funcionário específico?

2. Quais eram as propostas do atual governo municipal voltadas especificamente para o agricultor familiar do município?

3. Destas quais foram possíveis de implementar e quais não foram? Por quê?

4. Como esta Secretaria se relaciona com as Associações de Produtores Feirantes do Município?

5. Como é a reciprocidade da Associação de Produtores Feirantes com relação às propostas do atual governo?

- Os Associados são acessíveis?
- Há discussão das propostas a serem implementadas?

6. Qual tem sido a postura adotada pelo poder público municipal frente às ações das Associações?

- De que forma ocorrem os apoios e parcerias com a Prefeitura Municipal?
- Como é a participação dos grupos nas reuniões, cursos ou treinamentos promovidos por esta Secretaria?

7. Qual a sua avaliação sobre a dinâmica das Associações dos Produtores Feirantes do município?

- Qual a sua avaliação quanto aos freqüentes conflitos ocorridos entre os associados?
- A Prefeitura Municipal tem intenção de intervir? (Como pretende fazê-lo)
- Qual a sua expectativa quanto ao futuro destas associações?

8. Há um projeto para a construção de um novo espaço público e comum às duas associações, qual o seu atual estágio?

- De que forma os associados contribuíram para a elaboração deste projeto?
- Como será a distribuição e a administração do espaço?